

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (MESTRADO)
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA**

CARLOS ELIAS BARROS SOBREIRA RODRIGUES

**“A GENTE COMEU GELO!”: PERCEPÇÕES DA GRANDE GEADA À LUZ DE
UMA HISTÓRIA AMBIENTAL (PARANÁ, 1975)**

**MARINGÁ/PR
2022**

CARLOS ELIAS BARROS SOBREIRA RODRIGUES

“A GENTE COMEU GELO!”: PERCEPÇÕES DA GRANDE GEADA À LUZ DE UMA
HISTÓRIA AMBIENTAL (PARANÁ, 1975)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: História: Cultura e Política.

Linha de Pesquisa: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R696g

Rodrigues, Carlos Elias Barros Sobreira

"A gente comeu gelo!" : percepções da grande geada à luz de uma história ambiental (Paraná, 1975) / Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues. -- Maringá, PR, 2023.
127 f.: il., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. História ambiental. 2. Geada negra - Paraná - 1975. 3. Cafeicultura - Paraná. 4. Jornalismo. I. Priori, Angelo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

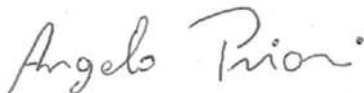
CDD 23.ed. 981.62

CARLOS ELIAS BARROS SOBREIRA RODRIGUES

**"A GENTE COMEU GELO!": PERCEPÇÕES DA GRANDE GEADA À LUZ DE
UMA HISTÓRIA AMBIENTAL (PARANÁ, 1975).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

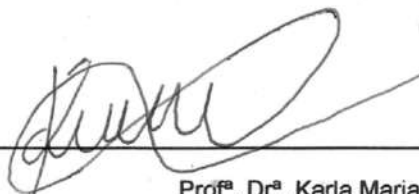
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Márcio Antônio Both da Silva
Membro Convidado (UNIOESTE)



Prof^ª. Dr^ª. Karla Maria da Silva
Membra do Corpo Docente (PPH/UEM)

Maringá
2022

Dedico este trabalho ao amado Norte do Paraná.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro grande agradecimento é ao grande e poderoso Deus e ao Senhor Jesus Cristo, que, se eu não tivesse a sua luz e bênçãos, e não tivesse me sido concedida uma centelha de sua infinita sabedoria, nenhuma das palavras deste trabalho teria sido escrita.

Ao professor Angelo, minha eterna gratidão, pois, em um momento extremamente difícil, me acolheu, me tornou um pesquisador e me deu a oportunidade de realizar um trabalho que muito me alegra e me honra por ter sido eu a contar a história destas pessoas que muitas das vezes passam anônimas e despercebidas. Obrigado pelos puxões de orelha, pelos sermões, pela confiança que recaiu sobre mim e pelas maravilhosas lições que levarei para toda minha trajetória.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPH), em especial, aos da linha de História Política, pelas discussões e pelos preciosos apontamentos, em especial, a professora Natally Vieira Dias, que me ensinou sobre ser um intelectual e como traduzir isso em prol da minha vida acadêmica.

Às professoras Karla Maria da Silva e Verônica Karina Ipólito, pela participação na minha banca de qualificação. Agradeço de forma especial às duas pela gentileza com que me trataram, pela cordialidade e pelas ricas sugestões de melhoria do meu trabalho, oferecendo um importantíssimo aporte teórico-metodológico para minha humilde pesquisa.

A todo corpo funcional da Biblioteca Pública do Paraná (BPP), que, mesmo em tempos pandêmicos, ouviu os apelos de um jovem pesquisador e abriu o seu acervo para minha pesquisa, mesmo quando a cidade de Curitiba se encontrava fechada, e ali me forneceram todos os materiais necessários para o desenvolver desta dissertação.

Aos funcionários da Gerência de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Maringá, em menção honrosa ao colega João Laércio Leal, cujas conversas foram extremamente importantes em diversos momentos do meu trabalho.

À minha família, que, mesmo sem entender a natureza do meu projeto, nunca deixou de me apoiar e de me amar, nem de compreender a minha ausência por tanto tempo devido a um sonho. Principalmente, à minha avó, Dona Anita, nordestina de fibra, que foi minha fiel escudeira em todos os momentos, bons e

ruins, que passei durante estes dois anos. À minha mãe, professora Ana Carla, que, mesmo se irritando comigo, me ajudou a organizar os meus pensamentos e a desenvolver um raciocínio lógico de escrita. Às minhas irmãs, Ellen, Eliana e Elian, por todo o carinho e afeto.

Aos meus amigos Amanda Malheiros, Lucas Marcelo Canassa, Gabriela Panisson, Ellen Delefrati, Emily Delefrati, Mariana Batista, Isabelle Marques, que, até nas horas mais difíceis, me ajudaram profundamente a enfrentar os momentos complicados de escrita e nunca permitiram que eu cogitasse a ideia de desistir.

À Me. Renata Kelen da Rocha, que além de amiga e companheira de trabalho inestimável, também se dispôs a revisar, mais de uma vez, o meu texto, e muito me auxiliou a desenvolver a pesquisa, tornando esse processo deveras mais leve.

À Beatriz, secretária do PPH, que sempre esteve disposta a ajudar em qualquer momento e ocasião.

Àqueles que não citei, à memória dos flagelados e dos anônimos que foram afetados pela geada, minha gratidão por poder contar suas histórias.

“A gente comeu gelo, Carlinhos! Nunca vi tanto frio na minha vida. O carreador estava branquinho, branquinho, a gente pisava e os *pé congelava...*”

Paulo Miguel da Silva¹

¹ O interlocutor é tio do escritor da dissertação. A fala foi obtida em uma conversa informal.

RODRIGUES, Carlos Elias Barros Sobreira. “**A gente comeu gelo!**”: Percepções da Grande Geadada à Luz de uma História Ambiental (Paraná, 1975). 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori. Maringá, PR, 2022.

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar a catástrofe ambiental ocorrida no Paraná (PR), no ano de 1975. Nesse ano, ocorreu uma grande geada, seguida de incêndios que abalaram o campo paranaense, chegando a consequências trágicas na economia, na sociedade e, principalmente, no modo de viver há muito arraigado nas terras do Norte do Paraná. As causas são, de certo ponto, simples de serem entendidas, pois um evento natural, a chamada “geada negra”, dizimou os cafezais que tanto orgulhavam os habitantes da região. Contudo, a maneira com que o fenômeno atingiu as pessoas, bem como o tamanho dos seus impactos, podem ser entendidos como uma soma de vários fatores que já estavam em curso desde décadas anteriores. Por conta das consequências geradas pela geada, uma série de medidas que procurava remediar as perdas dos agricultores foi planejada pelo Governo Federal e estadual, todavia, poucas delas foram postas em prática. As medidas para auxiliar a população vitimada foram influenciadas por disputas políticas, evidenciadas pela conjuntura política daquele momento, marcada pelo governo militar e pela política de industrialização imposta ao Paraná, que seguia o modelo hegemônico norte-americano da Guerra Fria. A pesquisa também relata os diversos problemas que a população teve de lidar devido à ocorrência da geada, tais como: perda de seu sustento, imigração em massa para os grandes centros, empobrecimento e tantos outros. Os materiais utilizados para essa pesquisa são os dados oficiais do Estado do Paraná (PR), comunicações entre o governador e a Assembleia Legislativa, jornais regionais, como a *Gazeta do Povo*, *O Diário do Norte do Paraná* e a *Revista Panorama de Londrina*, além de relatórios de empresas privadas, como a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), relatórios de autarquias federais e fotografias. Para um melhor entendimento do tema e rememoração dos conceitos de desastre ambiental, utilizamos os referenciais teóricos e metodológicos da História Ambiental. Por meio deles, ampliamos os estudos das relações do homem com o meio natural para compreender as transformações ocorridas nas paisagens e o modo como essas alterações podem influenciar diretamente as sociedades. Em suma, tal desastre ambiental se revela como fruto das relações dos habitantes com o seu meio natural, potencializado pela ação da natureza no ambiente em que os atores sociais estão inseridos.

Palavras-chave: História Ambiental; desastres; geada; cafeicultura; jornalismo; sociedade; Paraná.

ODRIGUES, Carlos Elias Barros Sobreira. “**WE ATE ICE!**”: Perceptions of the Great Frost in the Light of an Environmental History (PARANÁ, 1975). 118 p. Dissertation (Master in History) – State University of Maringá, Supervisor: Angelo Priori. Maringá, PR, 2022.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the environmental catastrophe that occurred in Paraná (PR) in 1975. That year there was a great frost, followed by fires that shook the countryside of Paraná, reaching tragic consequences in the economy, society, and in a way of living for a long time. rooted in the lands of northern Paraná. The causes are, to a certain extent, simple to understand, as a natural event, the so-called “black frost,” decimated the coffee plantations that the inhabitants of the region were so proud of. However, the way in which this phenomenon reached people and the size of its impacts can be understood as a sum of several factors that were already underway since previous decades. Due to the consequences generated by the frost, a series of measures that sought to remedy the losses of farmers were planned by the Federal and State Government, however, few of them were put into practice. The measures to help the victimized population were influenced by political disputes evidenced by the political conjuncture of that moment that was marked by the military government and by the policy of forced industrialization imposed by it on Paraná (PR), following the North American hegemonic model of the Cold War. The research also reports the various problems that the population had to deal with when the frost occurred, such as: loss of livelihood, mass immigration to large centers, impoverishment, and others. The materials used for this research are official data from the State of Paraná, communications between the governor and the Legislative Assembly, regional newspapers, *Gazeta do Povo*, *O Diário do Norte do Paraná*, *Revista Panorama de Londrina*, reports from private companies, such as Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), reports from federal agencies and photographs. For a better understanding of the theme and remembering the concepts of environmental disaster, we used the theoretical and methodological references of Environmental History. Through these, we expand the studies of man's relations with the natural environment to understand the changes that have taken place in the landscapes and the way in which such changes can directly influence societies. In short, we must consider that such an environmental disaster is the result of the inhabitants' relationships with their natural environment, enhanced by the action of nature in the environment in which the social actors are inserted.

Keywords: Environmental History; disasters; frost; coffee growing; journalism; society; Paraná.

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
CESMA – Centro Especial de Monitoramento Agrícola
CGIAR – Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional
CIMMYT – Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo
CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COAMO – Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda
COCAMAR – Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda.
DEMA – Departamento de Melhoramento Agrícola
DERAL – Departamento de Economia Rural do Paraná
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAEP – Federação Agrícola do Estado do Paraná
FAO – Organização Internacional para Agricultura e Alimentação
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GERCA – Grupo Especial de Apoio à Racionalização da Agricultura
GMC – Grupo Maringá de Comunicação
IBC – Instituto Brasileiro do Café
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
NERICA – Novo Arroz para o Continente Africano
OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RPC – Rede Paranaense de Comunicação
SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquematização do evento “Poço dos Andes”, baseada na sequência fotográfica do satélite geoestacionário SMS-2, entre 13 e 18 de julho de 1975.....	12
Figura 2 – A memória da geada segue presente na cultura do Norte do Paraná.....	31
Figura 3 – Notícia, em destaque, da geada no Norte do Paraná	61
Figura 4 – Manchete da <i>Gazeta do Povo</i> , noticiando o “apocalipse” que se aproximava.....	62
Figura 5 – Especial de 26 anos da geada de 1975	64
Figura 6 – Capa da <i>Folha do Norte do Paraná</i>	65
Figura 7 – Capa <i>Gazeta do Povo</i> de 18 jul. 1975.....	67
Figura 8 – Outra versão do inverno curitibano	68
Figura 9 – Capa de 19 jul. 1975, d’ <i>O Diário do Norte do Paraná</i>	69
Figura 10 – Capa do jornal <i>Gazeta do Povo</i> , de 19 jul. 1975	70
Figura 11 – Desolação do governador Jayme Canet Jr. com a destruição das plantações.....	71
Figura 12 – Pedido de ajuda do governador	73
Figura 13 – Tentativa de alento e ânimo marcam o discurso do governador após a geada	74
Figura 14 – Geada no sítio de José e de Nathalino Carniel	76
Figura 15 – Fazenda coberta de gelo	76
Figura 16 – Os danos da cafeicultura se estenderam ao trigo e a outras culturas....	77
Figura 17 – Registros da geada no <i>campus</i> sede da UEM, com o Reitor Rodolfo Purpur	77
Figura 18 – Outro registro da geada no <i>campus</i> da universidade.....	78
Figura 19 – Reportagem enfatizando as consequências sociais da geada no Norte do PR	80
Figura 20 – Geada no Paraguai	81
Figura 21 – Precificação do café em 19 jul. 1975 e em 8 ago. 1975.....	83
Figura 22 – Chegada do Ministro Paulinelli a Curitiba, para reunir-se ao Governador Canet.....	91
Figura 23 – Providências anunciadas pelo Presidente.....	92
Figura 24 – A cidade de Umuarama foi muito afetada pelos incêndios.....	94
Figura 25 – A região rural de Maringá afetada pela combinação de fogo e frio	94
Figura 26 – Nova Esperança conheceu a força dos incêndios	95
Figura 27 – Os incêndios foram comparados aos de 1963	95
Figura 28 – O impacto dos incêndios continuou a repercutir na imprensa.....	96
Figura 29 – Mandaguaçu também foi atingida pelas chamas	96
Figura 30 – A Serra dos Dourados após a geada de 1975	97
Figura 31 – Notícias frequentes no contexto pós-geada	99
Figura 32 – A defesa da cafeicultura no Norte do Paraná é tema recorrente	100
Figura 33 – Planos e conjecturas para uma nova agricultura paranaense.....	103
Figura 34 – Esperança renovada nos cafezais de Terra Rica.....	104
Figura 35 – A reportagem que “selou” o fim da “era de ouro” do café.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A HISTÓRIA AMBIENTAL EM DEBATE: ESPECIFICIDADES DE UMA GEADA NO NORTE DO PARANÁ	12
1.1 História, paisagem e café: o meio ambiente em debate.....	13
1.2 A História Ambiental em três níveis: novas hierarquias?	21
2 A CALMARIA ANTES DA TEMPESTADE: OS EVENTOS QUE CULMINARAM NO DESASTRE DE 1975	34
2.1 O café como propulsor do Norte do Paraná: da Revolução Verde à ocupação do território	34
2.1.1 Início da Revolução Verde no México e os seus impactos mundiais.....	35
2.1.2 O Norte do Paraná: da ocupação do território à racionalização da agricultura	42
2.2 O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).....	48
3 COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE OS EFEITOS DA GEADA PELO JORNAL O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ E GAZETA DO POVO	60
3.1 Do deslumbramento ao luto: a neve em Curitiba e a geada no Norte.....	67
3.2 O governo em ação: entre as políticas públicas e os incêndios	85
3.3 O “Novo Paraná”: olhares pós-geada.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

Os desastres ambientais podem ser definidos como o resultado de múltiplos eventos, que, se colocados em determinada ordem, podem gerar uma espécie de “tempestade perfeita”, causada, ou não, pela ação humana, acarretando danos irreversíveis aos ecossistemas, ambientes, economias e pessoas. Assim, tsunamis, geadas, incêndios, terremotos são exemplos que podem ser encaixados nessa definição nefasta.

De modo geral, estes desastres são determinados pela relação do homem com a natureza ao seu redor. Eles resultam das tentativas humanas de dominar a natureza, que, em sua maioria, acaba derrotada. Essas intervenções são, por exemplo, a construção de casas em áreas propensas a desmoronamentos de terra, furacões e terremotos. Isso é um risco às pessoas, que, levadas pelo desespero de não terem para onde ir, acabam por morar em áreas irregulares. Quando o poder público e as pessoas não agem para diminuir os riscos e, sobretudo, a intensidade dos desastres, a tendência é que eles aumentem em proporção, impactando a vida dos envolvidos.

Em julho de 1975, no Norte do Estado do Paraná (PR), ocorreu uma geada sem precedentes na história da região. Aproximadamente 150 municípios tiveram a sua economia, direta ou indiretamente, afetada pela geada. De acordo com relatos:

Foi terrível. Você deitou com as lavouras tudo verde e, no clarear do dia, de 8h, 9h, começou a ficar marrom e queimou tudo. Não salvou nada. Perdi tudo. Era tanto gelo que você andava na terra e aquilo estralava no calçado [...] Teve que cortar no tronco. Quem teve coragem cortou, que não teve abandonou, arrancou, fez qualquer coisa. Não tem como falar. É uma decepção imensa. Você cuida o ano inteiro, tratando e, dentro de meia hora, queima e não tem mais recuperação (GRECO, 2015).

No final do mês de julho, a situação do Paraná já era calamitosa. Incalculáveis quantidades do “ouro negro” (nome dado ao café) foram dizimadas. Famílias ficaram desempregadas, sem casa, vagando pelas estradas, doentes e sem rumo. Essas pessoas passaram a integrar um contingente de pobres e arrasados nas periferias das grandes cidades, os “órfãos da terra”.

As primeiras justificativas para a magnitude do evento foram as combinações climáticas que ocorreram na região, naquele período, conhecidas, na agronomia, pelo termo de “geada negra”. Antes de atermos aos fatos técnicos, cabe, neste momento,

uma rápida conceituação acerca das tipificações de geadas e as implicações na vida do homem do campo.

As geadas são fenômenos meteorológicos que se formam quando a temperatura do ar é menor ou igual a 0 °C. Isso faz com que o vapor d'água sublima, formando cristais de gelo sobre as superfícies de contato com o ar (BÍSCARO, 2007). Tais congelamentos podem causar lesões nas plantas e até mesmo a morte delas pelo frio.

Em relação aos aspectos visuais, há duas tipificações de geadas que destacamos: as geadas brancas, que ocorrem em noites frias e sem vento, caracterizam-se pela formação de gelo sobre as superfícies. As geadas negras se caracterizam pelo congelamento da água no interior das células das plantas, quando, devido às fortes ventanias, ocorre a “queima” delas, provocando a necrose dos tecidos vegetais (MELO-ABREU, RIBEIRO, 2010; SNYDER, MELO-ABREU, MATULICH, 2005). A conceituação acerca da geada permite a compreensão do quanto danoso o processo é para as culturas agrícolas, onde ocorre, além de possibilitar a identificação do motivo pelo qual ela afetou a economia e, principalmente, a vida das pessoas do Norte paranaense.

No entanto, a justificativa citada é uma base científica para os processos desencadeados em 1975, que desconsidera diversos fatores que devem ser entendidos como a “chave” para o processo de desconstrução da atividade cafeeira paranaense na década de 1970. A geada em si marcou apenas o fim de uma cultura, que, por interesses do governo e de alguns setores da iniciativa privada, já estava com os seus dias contados. De acordo com o professor Roberto Bondarik (2010), do Departamento de Agronomia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), foi o maior golpe na história e na economia paranaense, que modificou até hoje a matriz produtiva de todas as áreas rurais do estado, ao quebrar o monopólio da monocultura de exportação, à qual a agricultura estava submetida.

O nosso primeiro contato com este assunto foi no ano de 2019, quando o Prof. Dr. Angelo Priori nos propôs a investigação do tema para o mestrado. Entretanto, no ano seguinte, a pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) se abateu sobre a humanidade, quando as restrições de circulação e de mobilidade limitaram, inicialmente, a pesquisa a apenas duas fontes: aos relatórios do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDE) e ao jornal *O Diário do Norte do Paraná*.

Com o relaxamento das restrições sanitárias, na cidade de Curitiba (PR), foi possível ampliar esta documentação para incluir recortes do jornal *Gazeta do Povo* e da *Revista Panorama*, responsáveis por importantes coberturas acerca do acontecimento. Com isso, constatou-se que o evento climático, tema desta dissertação, representa um momento da história paranaense que não se restringiu somente à cobertura dos fatos inerentes à geada. Ao contrário, os seus efeitos modificaram, em definitivo, milhares de vidas, alteraram o cenário, produziram sequelas para a economia, impactos sobre a agricultura, transportes e saúde, além de alterar por completo a infraestrutura urbana das cidades do Paraná e até mesmo do Brasil.

Neste sentido, novamente a afirmação de Bondarik (2010) faz-se precisa:

As colônias das fazendas começaram a se desfazer, os não proprietários passaram a se fixar nas cidades da região, muitos viraram bóias-frias. Londrina era sempre a melhor opção, surgiram bairros imensos, grandes conjuntos habitacionais como o 'Cincão'. Outros foram para Curitiba e São Paulo. Próximo a Campinas, existem bairros inteiros habitados por gente que se orgulha e chora de saudade, por ser do Paraná. Para aqueles que já eram proprietários, optaram em vender o que possuíam e comprar novas terras em regiões livres do frio, assim hordas de paranaenses rumaram a Mato Grosso, Rondônia e Acre. Rapidamente Rondônia virou um Estado. Mato Grosso virou dois, no do Norte estão muitos dos nossos antigos vizinhos. Dizem que foi o maior fluxo migratório em tempos de paz, o êxodo rural norte-paranaense retirou do Estado quase 2,5 milhões de pessoas na década de setenta e 1,6 milhão na década de 1980, segundo dados do IBGE. Não é surpresa, cidades da região perderem lugar no ranking das mais populosas da região Sul (BONDARIK, 2010).

Feitas estas breves considerações acerca da temática, passemos, agora, a entender a estrutura da dissertação. No primeiro capítulo, apresentamos o referencial teórico que permeia toda a investigação. Colocamos a nossa pesquisa nos referenciais teóricos e metodológicos das recentes discussões acerca da História Ambiental, que, em linhas gerais, é uma forma de escrever e pensar a história, sendo o meio ambiente um elemento de discussão das mudanças ocorridas nele.

Ao considerarmos que os campos do Paraná foram majoritariamente afetados pela geada, o nosso referencial foi pautado no uso da paisagem rural, tido, aqui, como um documento histórico. Isso porque ela é constituída por componentes naturais (o campo) e artificiais (as lavouras de café instaladas pelos colonos). Por

intermédio das observações e das análises críticas acerca do tema, percebemos que o homem modifica a natureza e o ambiente ao seu redor de maneira que o favoreça, estabelecendo, ao longo da história, relações ora benéficas, ora maléficas, com esses elementos. No processo de transformação das paisagens, o elemento fundamental é o tempo, pois as suas ações, no espaço físico onde as relações sociais e históricas se dão, determinam a ordem dos fatos que ali acontecem.

No segundo capítulo, tratamos do contexto pré-geada, mais específico, das ações que permitiram que os eventos climáticos erradicassem definitivamente a era do café do Norte do Paraná. Nele, enfatizamos as ações da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, as ações do Governo Federal, inseridas num contexto de Ditadura Militar (1964-1985), e as ações do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) que é ligado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC)².

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) é derivada da antiga Parana Plantations, uma empresa de capital britânico, à qual foi concedido o direito de parcelamento e venda de terras de uma extensa região, desde Jataizinho (PR) até Umuarama (PR). Em troca, a companhia deveria prolongar a estrada de ferro ao longo dessa área.

Em 1924, um grupo de empresários ingleses chegou ao Paraná, chefiado por Lord Lovat. A faixa de terras existentes entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema despertou o interesse dos visitantes. Entusiasmados pela exuberância do espaço, adquiriram 500.000 alqueires de terras do Governo do Estado do Paraná (PR), na região. Depois disso, fundaram a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cujo principal acionista era a Parana Plantations Limited, de Londres (Reino Unido). Isso ocorreu entre 1925 e 1927.

Ao seguir o modelo de parcelamento rural inglês, a companhia abriu a ferrovia ao longo do espigão e fundou cidades a cada dez ou quinze quilômetros. Maringá, Umuarama e Arapongas são algumas das que foram delimitadas pelo grupo na região paranaense. Entretanto, a expansão urbana preconizada possuía um grande rival: o café, grão produzido, em larga escala, nas áreas rurais adjacentes às cidades fundadas pela companhia inglesa.

² O Instituto Brasileiro do Café foi uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, que definia as políticas agrícolas do produto no Brasil, entre os anos 1952 e 1989, quando foi extinto. O IBC como autarquia do Governo Federal pertencia a administração indireta do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio (CABRAL; SÁ, 2022).

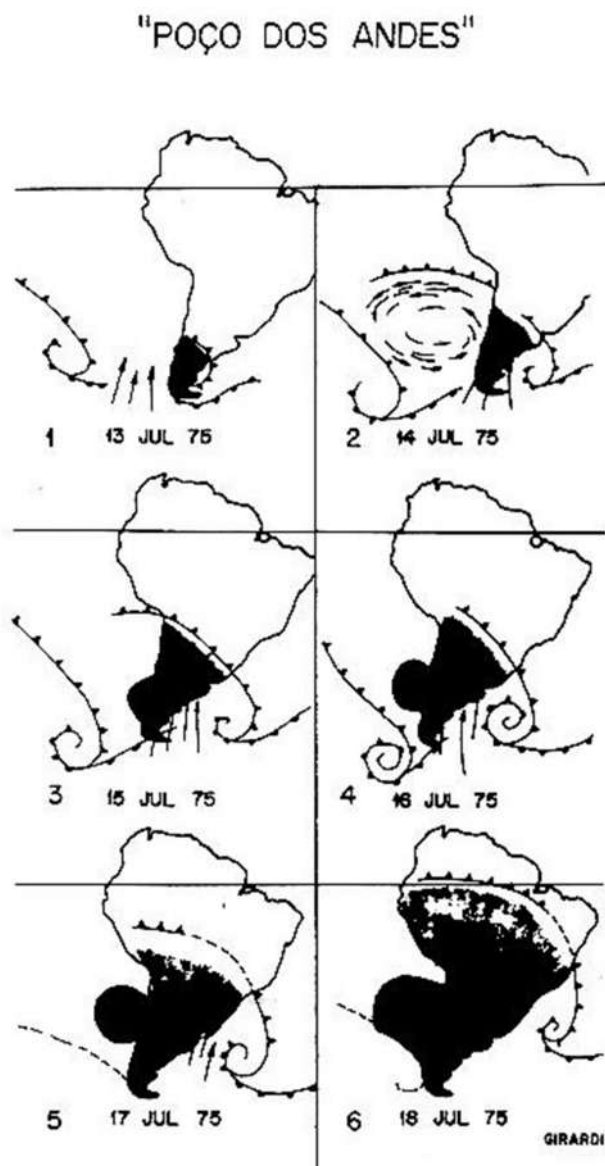
O GERCA tinha por objetivo efetuar uma “racionalização” da economia cafeeira, auxiliando a eliminar os cafezais considerados antieconômicos (MOREIRA, 2018), para, com isso, abrir espaço ao *agrobusiness* conforme os moldes norte-americanos, em consonância com as políticas desenvolvimentistas do governo central. É preciso entender a oposição de ideias, além de descrever de que maneira a ação desses agentes, combinada aos projetos de Brasília, contribuiu para a erradicação dos cafezais e potencializou os efeitos da geada de 1975, atingindo, inclusive, os camponeses. Logo, propiciar essa discussão é a pretensão deste capítulo.

O terceiro capítulo trata da geada e dos seus impactos na vida do homem do campo do Paraná (PR), à luz da História Ambiental e de suas implicações. Diante da massiva cobertura da geada pela imprensa local, esse capítulo retrata o cotidiano que circundou a geada, a partir das reportagens veiculadas naqueles dias. Essa parte do texto utiliza a dimensão humana da tragédia, ao trazer os impactos socioeconômicos da calamidade que se abate sobre as pessoas do campo paranaense, principalmente com a ocupação da periferia daquelas que viriam a ser as grandes cidades paranaenses, como Maringá, Londrina, Curitiba, além de cidades do interior do Estado de São Paulo, como Campinas, a própria capital paulista etc.

1 A HISTÓRIA AMBIENTAL EM DEBATE: ESPECIFICIDADES DE UMA GEADA NO NORTE DO PARANÁ

Em 1975, o Estado do Paraná (PR) foi atingido por inúmeros focos de geada que desestabilizaram as estruturas ambientais, sociais e econômicas do local. Entre os dias 13 e 18 de julho de 1975, um fenômeno climático, conhecido como “Poço dos Andes”, levou a geada para praticamente todos os municípios da região, como atesta o mapa da Figura 1.

Figura 1 – Esquematisação do evento “Poço dos Andes”, baseada na sequência fotográfica do satélite geostacionário SMS-2, entre 13 e 18 de julho de 1975.



Fonte: Sias (2022).

Apenas os municípios de Siqueira Campos, Quatiguá, Joaquim Távora e Carlópolis, no extremo Norte paranaense, tiveram os seus danos minorados ou nulos em relação aos demais. Isso ocorreu devido a um fenômeno deveras curioso:

existe, na região, uma represa por nome de Represa Xavantes (ou Chavantes, de acordo com algumas fontes). A presença dela propiciou um microclima local que protegeu os cafezais dos impactos da frente fria. Apenas essas cidades do Paraná não sofreram demasiadamente com os danos causados no dia 18 de julho de 1975.

Dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) apontam que, junto da frente fria andina, combinada a uma forte massa polar, uma sequência assustadora de geadas ocorreu em toda a Região Sul, além dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, até o Sul e Oeste do Mato Grosso e o Sul de Rondônia (BRASIL, 2022). A potente onda de ar frio de 1975 atravessou completamente a Linha do Equador, levando a uma queda de temperatura em estados como Amazonas e Roraima, além de impactar as lavouras agrícolas de Argentina, Chile, Paraguai e Peru, como a Figura 1 demonstra.

A mídia regional e os documentos que foram escritos por órgãos do Governo do Estado do Paraná, em 1975, são unânimes ao revelar que as geadas impactaram não apenas a economia estadual, mas também o modo de vida local: foi o fim da “era de ouro” do café. Essa “era” gerava um deslumbramento entre a população por ser parte de suas vidas diárias. Por isso, os impactos podem representar consequências que vão além de um simples fenômeno ambiental. Afinal, no Paraná, elas acarretaram também uma mudança do homem paranaense, que deixa de ser rural e interiorano, para ser cada vez mais industrial e metropolitano.

Para um entendimento da geada de 1975, é necessário que façamos análises mais aprofundadas em relação a estes fatores, bem como a inserção do evento dentro de um macro contexto, o qual pode ter potencializado as causas do desastre. Essas análises carecem de um trato interdisciplinar, já que as ciências naturais, como a agronomia, são úteis para explicar as causas, razões e conjunturas relativas aos fenômenos climáticos extremos que ocorreram em meados da década de 1970, no Paraná. Para tanto, tomamos a História Ambiental como referencial teórico e metodológico ao longo da dissertação.

1.1 História, paisagem e café: o meio ambiente em debate

Os seres humanos têm presenciado, ao longo dos anos, um aumento expressivo dos desastres ambientais: inundações em lugares improváveis, secas severas, buraco na camada de ozônio, aumento das temperaturas no mundo, espécies de vegetais e de animais sob risco iminente de extinção, dentre outros.

Devido a esses fatores, a questão da sustentabilidade é cada vez mais discutida e colocada na ordem do dia, em quase todas as esferas da sociedade e de órgãos de tomada de decisão, ao redor do planeta.

Segundo Martins (2007), estas questões passaram a ser ponto de honra na década de 1970, pois, em 1971, como uma reação aos testes nucleares do governo estadunidense no Alasca, surgiu o Greenpeace. Esse grupo, formado por ativistas, mudaria a história das discussões ambientais ao redor do mundo, ao evidenciar a questão ambiental como um alerta de que o planeta estava cada vez mais doente e, se nada fosse feito, poderia tornar-se inabitável em algum tempo. Tanto que, no ano de 1973, foi publicado um relatório do Clube de Roma, intitulado *Limites para o Crescimento*. Nele, continha um alerta de que os recursos naturais do planeta seriam rapidamente esgotados, caso o ritmo de crescimento econômico e de consumo se mantivesse igual nas próximas décadas (o que de fato ocorreu e as consequências são sentidas até hoje) (PAIXÃO, 2015).

A questão que hoje permeia o debate é: como o planeta suportará as demandas de consumo, de produção e de aumento populacional, principalmente, nos países em desenvolvimento? De acordo com Paixão (2015):

Uma espécie de catastrofismo ecológico que tomou conta nas décadas de 1960 e 1970. Comunidade científica e sociedade civil colocaram diante de si o temor pela completa dizimação da vida humana na Terra e passaram a buscar obstinadamente uma saída para evitar que isso aconteça (PAIXÃO, 2015, p. 21).

Com o aparecimento de problemas ambientais, em âmbito global, as correntes historiográficas se debruçam sobre a enorme e urgente necessidade não apenas de repensar, mas também de materializar importantes mudanças no *modus operandi* e nos *locus* de enunciação metodológicos, em processos relativos à sua área de atuação. Esperava-se que essas novas abordagens contemplassem as complexas e, ocasionalmente, destrutivas interações entre os seres humanos e o meio ambiente ao longo da história.

Neste contexto, surgiu a História Ambiental como um campo de análise científica. Ela oferece uma ampla gama de pensamentos, proposições e reflexões, que possibilitam o estabelecimento de parâmetros e de condições claras para a sua análise e a aprimoração contínua de suas teses e conceitos, bem como a análise historiográfica das relações entre o homem e a natureza. Foi considerada como

campo de análise científica nos Estados Unidos, no fim da década de 1960 e no início da década de 1970, em plena Guerra Fria. Com isso, é possível apreender um contexto de inúmeras agitações políticas, sociais e econômicas ao longo de todo o globo, reflexos das tensões entre superpotências.

Entre os principais eventos desta época, podemos destacar os protestos e as barricadas estudantis de 1968, na cidade de Paris, na França, a ascensão da contracultura *hippie* com o grande Festival de Woodstock, em 1969, o cansaço decorrente da Guerra do Vietnã (que chegava ao seu declínio), dentre outros eventos que marcaram uma geração. Devido às inquietações que permeiam os fundamentos da civilização ocidental, uma espécie de mal-estar civilizacional que, é muito bem descrita por Sigmund Freud (2019), em 1930, invadia as pessoas nesse período.

A crença no progresso por meio da ciência fora fatalmente abalada, bem como todo o discurso desenvolvimentista. De maneira paulatina, a sociedade civil percebia que as suas bases estavam corroídas e podres, pois tudo o que fora construído, através de lutas, no pós-Segunda Guerra, colocou o mundo em uma nova circunstância de conflito, de modo velado.

O novo tipo de guerra que se desenhava (ainda que as guerras convencionais, até os dias de hoje, sejam travadas com armas, infantaria e munição) não demandava choque entre exércitos, grandiosas batalhas e um saldo de perdas humanas tão grande a ponto de comprometer uma geração. O novo conflito estava na base cultural das civilizações, na ideia de que: “era necessário sempre estar em um constante estado de mal-estar social. O inimigo não estava mais nas fronteiras externas, estava entre nós, tramando e espionando para o inimigo” (UNITED STATES SENATE, 2022). Para além de todos esses fatores de descontentamento, a miséria, o atraso, os preconceitos raciais e a desigualdade social também eram temas que estavam na ordem do dia.

A motivação para a valorização de uma história voltada para o meio ambiente deve-se não exclusivamente ao árduo trabalho de cientistas conservacionistas que se esforçam com muita avidez para preservar os ecossistemas terrestres e marinhos. Ações individuais são de suma importância, quando consideramos a presença de pesquisadores que buscam, com o seu trabalho, valorizar a preservação de um patrimônio histórico inestimável para determinada localidade ou para a humanidade, e de parcelas da sociedade civil que, preocupadas com os

impactos socioambientais e com a degradação acentuada dos biomas naturais, somam muitos esforços para lembrar que o planeta é nosso e gerar uma memória ambiental dos lugares modificados pelo ser humano. Isso se revela como algo fundamental para que possamos mensurar o impacto da ação humana na natureza e, desse modo, impedir que eventos destrutivos aconteçam com frequência.

Isto prova também que as indagações dos historiadores sobre a natureza demonstram como a produção do conhecimento histórico está em sintonia com o seu próprio tempo (DUARTE, 2005). Citamos um exemplo da década de 1970, quando houve a contracultura *hippie* e os questionamentos ao modelo capitalista desenvolvimentista, que explorava o meio ambiente a todo custo. Nesse momento, a História Ambiental ganha a força e o destaque que possui até os dias atuais. Mencionamos também os estudos de gênero, tendência do século XXI, que também cresceu com a ascensão da Geração Z. Poderíamos citar vários outros exemplos de conexão entre os pesquisadores e os anseios de seu tempo para ilustrarmos que é no seu tempo que o historiador age, atendendo às demandas da sua comunidade.

Ao analisarmos, historicamente, este campo científico, é possível perceber que ele é relativamente recente. Nos Estados Unidos, tomou corpo a partir da década de 1970, com o advento do *agrobusiness* e das tentativas científicas de conciliar capitalismo e desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Na América Latina, apenas na década seguinte, os esforços por uma história mais ambiental surtiram algum efeito e revelavam alguma vultuosidade na historiografia local. No Brasil, apenas na década de 1990, vemos algum trabalho de renome efetivo na área.

Para a maioria dos historiadores ambientais, incluindo M. Monteiro Martins (2007),

a relação entre espaço e história sempre foi muito complexa, com a tendência dos historiadores de nunca explorar os sentidos naturais do ambiente com as variações que o mesmo possuía, tornando assim, a história como um componente quase que artificial. Carregava-se, portanto, a história com pouca natureza no seu estudo, e pouca história nos estudos naturais, sendo a função do historiador recombinar as duas partes (MARTINS, 2007, p. 39).

O livro de 1959, de Samuel P. Hays, *Conservation and the Gospel of Efficiency: The Progressive Conservation Movement, 1890-1920*, embora seja uma

importante contribuição para a história política americana, agora também é um documento fundador no campo da História Ambiental. Hays é professor emérito de história na Universidade de Pittsburgh. O livro, de Alfred W. Crosby, *The Columbian Exchange*, de 1972, é outro trabalho importante da História Ambiental.

Em 1967, Roderick Nash publicou *Wilderness and the American Mind*, uma obra que se tornou clássica da História Ambiental inicial. Em um discurso para a Organização de Historiadores Americanos, em 1969 (publicado em 1970), Nash usou a expressão “História Ambiental”. Embora 1972 seja o ano considerado como marco de quando o termo foi criado pela primeira vez, foi durante esse curso, na Universidade de Santa Bárbara, que o estudioso reconheceu a existência de um campo de estudos da História Ambiental.

Ao explicar de que maneira e por qual motivo o curso surgiu, entendendo que o seu trabalho incluiria um novo paradigma dentro dos estudos históricos, Nash (2014) menciona as seguintes palavras:

Estamos hoje, iniciando um novo marco nos estudos da história. Respondendo ao clamor das ruas, por responsabilidade social, devemos caminhar adiante, rumo a um mundo mais sustentável e humanamente justo, caminhando história e preservação ambiental, lado a lado (NASH, 2014, p. 55, tradução nossa).

Entretanto, esta definição dada por Nash (2014), em 1973, desagradou os seus pares. Pádua (2010) reflete que muitos historiadores ambientais se sentem deveras desconfortáveis com a presença destes componentes externos no meio acadêmico, enquanto outros sequer os consideram como relevantes para a formulação dos seus trabalhos. Esse tipo de influência gera uma certa politização sobre o assunto, confundindo a História Ambiental com o ambientalismo.

Embora abordem o mesmo *locus* de enunciação, o meio ambiente, estas duas correntes seguem caminhos diferentes, uma vez que o historiador ambiental não precisa ser necessariamente um ambientalista e vice-versa. Esse tipo de discussão abre espaço para diversos tipos de controvérsias e questionamentos sobre o papel do historiador e a sua relação com o seu objeto de estudo histórico.

Estudar o comunismo faz do historiador automaticamente um comunista? Quem realiza estudos sobre o nazismo, seria seguidor da ideologia de Adolf Hitler? É a esse tipo de distanciamento que o historiador sempre deve ater-se, quando cuidadosamente analisa os fatos dentro da sua ótica. Refletir, pesquisar sobre o

tema e realizar uma crítica sobre o *modus operandi* de sua função não transforma, automaticamente, o ser pesquisador em um seguidor das ideias estudadas. Esses questionamentos acabam por gerar um debate ainda mais complexo dentro do campo teórico da História, uma vez que “esse tipo de postura vai de encontro às teorizações repetidas de que o historiador não está isolado do seu tempo e que ele sempre mira o passado com as perguntas do presente” (PAIXÃO, 2015, p. 23).

Desta feita, pode-se inferir que a História Ambiental adveio das preocupações da sociedade com o seu futuro, ao buscar, no passado, o entendimento sobre as causas dos problemas que enfrentam nessa área, no tempo presente. São tantos os casos e os exemplos de relações desastrosas entre homem e natureza que é necessário não apenas um, mas inúmeros recortes dentro desse campo historiográfico, para delimitarmos os problemas e as soluções dentro de cada um dos ramos da intensa cadeia de acontecimentos que permeia a relação homem-natureza. Apenas dessa maneira, será possível compreender desde as dinâmicas econômicas de uma exploração ambiental ilimitada até os usos e os cultivos tradicionais realizados pelos povos originários, por exemplo.

Entretanto, é necessário ter um olhar para além do cenário socioeconômico padrão da sociedade, para compreendermos a História Ambiental por uma perspectiva de pesquisa histórica aprofundada. Paixão (2015, p. 24) nos informa que:

Os historiadores ambientais também foram desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao mundo natural e de seu lugar na vida humana. Três mudanças merecem particular atenção: a primeira é a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; a segunda mudança diz respeito aos marcos cronológicos de compressão do mundo; e a terceira se trata da visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PAIXÃO, 2015, p. 24).

Uma das grandes mudanças que a História Ambiental atravessa nos últimos anos é no tocante aos referenciais teóricos que perpassam a sua análise. Durante muito tempo, os fenômenos ambientais eram vistos por uma perspectiva de longa duração, atrelada aos clássicos conceitos de que a História, como um todo, era

parte de um ciclo maior. Contudo, Pádua (2010) discorda dessa ideia em seus escritos. Para ele,

Não se trata de sempre trabalhar na longuíssima duração. Pode-se fazer História Ambiental de períodos relativamente curtos. Mas sempre tendo em mente, aos menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados (PÁDUA, 2010, p. 88).

Neste sentido, a História Ambiental traz duas grandes problemáticas em sua gênese que a caracterizam como as suas principais matrizes em relação às suas teorias e metodologias: a colonização e o capitalismo. Pensadas essas duas correntes de maneira independente, mas ao mesmo tempo interligadas, é possível considerar o capitalismo como agente transformador da natureza em matéria-prima, para a produção de bens de valor agregado, e a colonização não apenas um fenômeno histórico que remete a séculos atrás, mas também como uma circunstância presente na atualidade, principalmente, quando tratamos sobre o desmatamento de áreas de Mata Atlântica e da Floresta Amazônica.

A partir disto, entendemos a colonização como a exploração de territórios nunca tocados pelos seres humanos na intenção de varrer os seus recursos. Essa ação dá-se pelo vasculhar capitalistas do território, que visa aumentar os seus lucros, explorando as matérias primas ambientais. Portanto, estando as duas vertentes deveras interligadas, sendo uma inerente a outra, não há de se falar em História Ambiental sem uma análise da colonização capitalista do território casuisticamente estudado.

Ao longo do século XX, foi consolidada a ideia de que a História é um componente fundamental das relações entre o homem e o seu entendimento sobre a natureza que o cerca. Essas novas formulações ameaçaram e combateram o determinismo geográfico, o qual define, em suma, que as condições naturais governam o comportamento do homem e o seu caráter. Anteriormente, esse determinismo foi pensado como uma ideologia criada pelas classes dominantes europeias para justificar o colonialismo. A tese de que as condições ambientais determinam, em larga medida, os processos históricos era muito bem aceita entre teóricos ligados à esquerda política. Esse é o exemplo de Karl Marx (2011). Segundo ele, o capitalismo surgiu na Europa por causa das condições edáficas do continente, conforme vemos a seguir:

Uma natureza pródiga demais 'retém o homem pela mão como uma criança sob tutela'; ela o impede de se desenvolver ao não fazer com que seu desenvolvimento seja uma necessidade de natureza. A pátria do capital não se encontra sob o clima dos trópicos, em meio a uma vegetação luxuriante, mas na zona temperada. Não é a diversidade absoluta do solo, mas sobretudo a diversidade de suas qualidades químicas, de sua composição geológica, de sua configuração física, e a variedade de seus produtos naturais que formam a base natural da divisão social do trabalho e que excitam o homem, em razão das condições multiformes ao meio em que se encontra situado, a multiplicar suas necessidades, suas faculdades, seus meios e modos de trabalho (MARX, 2011, p. 1006).

Portanto, a História Ambiental, ao aproximar-se das ciências naturais, no tocante aos pressupostos teóricos que a alimentam, afasta-se do determinismo geográfico em sua totalidade. Isso porque ela busca entender as transformações que o homem faz no seu próprio espaço, sem abrir margem para interpretações pré-determinadas sobre a ação humana em seu *habitat* natural.

Durante um longo período, a área acadêmica dos estudos sobre os fenômenos históricos desconsiderou a natureza como fator preponderante dentro da estrutura da vida humana. Tratava das mudanças ocorridas no meio ambiente apenas como uma das diversas manifestações de intempéries que poderiam decair sobre as pessoas, alterando as suas vidas, como as guerras, revoluções etc. Quase que explicitamente, esses estudos negavam, ou tentavam negar, a inerente combinação de fatores entre o meio ambiente e a raça humana, sugerindo que as mudanças ambientais (climáticas, eventos extremos etc.) eram secundárias no desenvolvimento das grandes sociedades.

De acordo com Paixão (2015):

Esta tendência de pensar na natureza em oposição ao homem ou a cultura é marcante desde o final do século XVIII. Teixeira da Silva (1997, p. 298) pontuou que particularmente o idealismo e o romantismo alemães no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre natureza e cultura. Tal visão contaminou fortemente a história, como as demais ciências sociais, de forma a estabelecer uma periodização em que ambos os termos aparecessem como pontas opostas de um processo (PAIXÃO, 2015, p. 24).

Desta maneira, esta visão de distanciamento propicia uma nova compreensão da relação homem-espço, estabelecendo um *continuum*, uma visão integrada de que o ser humano e a natureza atuam em simbiose, sendo partes completas de um todo mais complexo do que as convenções pensadas. Ora, o homem age sobre a

natureza diuturnamente, enquanto a natureza reage sobre o homem consoante à destruição ou à preservação que este faz sobre a última, equilibrando a dinâmica da vida.

Pádua (2010), sobre este pensamento, escreve que:

A tese culturalista de que os seres humanos constroem o mundo a partir de sua percepção e da sua cultura deve ser ampliada em dois sentidos. Primeiro, os humanos não constroem seu mundo apenas por meio do pensamento, mas também por meio do corpo e do conjunto de organismos; e que todos os seres vivos constroem seu mundo a partir da experiência. Cada ser constrói seu mundo e o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa das interações e interdependências (PÁDUA, 2010, p. 93).

Homem e natureza caminham lado a lado. Se um deles apresenta forte desequilíbrio, o outro também refletirá a influência dos desequilíbrios. A vida terrestre, desde os seus primórdios, tem sido marcada pelo enfrentamento entre homem e a natureza em busca de soberania e de sobrevivência. Portanto, não escolhemos uma abordagem que separe homem e natureza na História Ambiental, mas que os perceba como parte integrante e única de um mesmo organismo vivo: o planeta Terra.

1.2 A História Ambiental em três níveis: novas hierarquias?

Os seus temas essenciais da História Ambiental encontram-se na interação entre a esfera natural e as vidas dos seres humanos. Como Donald Worster (1982; 1991b) ressalta, há três níveis em que os estudos ambientais são compartimentados. Cada um deles conta com a sua própria gama de características, que envolve uma ampla variedade de focos interdisciplinares e que requer métodos próprios e particulares de uma análise macro ou micro históricos.

O primeiro nível envolve, diretamente, a descoberta da estrutura e a distribuição dos ambientes naturais do passado, ou seja, como o planeta se organizava durante as eras geológicas (holoceno, pleistoceno etc.) e quais eram as condições dos primeiros hominídeos. Enfim, é estudada a condição do meio ambiente na Terra no tempo passado. Para isso, o uso interdisciplinar das ciências naturais permite um diálogo amplo e construtivo para a determinação de um panorama da história natural global.

O segundo nível das pesquisas no âmbito de uma história do meio ambiente ocorre por meio da investigação das interações entre a evolução das tecnologias

produtivas e as suas relações com a natureza. São, pela definição marxista da História, os “modos de produção” entrelaçados não somente com a organização do trabalho humano e dos maquinários, mas também com as transformações que os seres humanos fazem no ambiente natural. O foco desse nível se situa na análise de como as pessoas utilizam os recursos naturais disponíveis para a obtenção de vantagens pessoais, coletivas ou de sobrevivência, além de constatar como o meio natural é afetado por essas intervenções.

O terceiro nível, também de acordo com Worster (1991b), “é mais intangível, puramente mental em que as percepções ideológicas, éticas, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza” (WORSTER, 1991b, p. 26-27). O grande desafio da História Ambiental, nesses termos, não é apenas o de observar e de relatar casuisticamente tais relações, mas sim de decidir como e onde elas são observadas, para, assim, estabelecer as conexões necessárias entre a jornada humana e as suas relações com o meio ambiente circundante.

Neste sentido, a História Ambiental tem o objetivo de compreender e de estabelecer os níveis de relação entre o homem, a natureza e as suas simbioses, problematizando o complexo sistema econômico, político e social que permeia as interações. Além disso, averigua sobre o que representa o meio ambiente para nós e como as correspondências entre o ser humano e o meio evoluíram até chegar aos níveis atuais de mutualidade. Portanto, o historiador ambiental deve ser um:

intérprete dos quadros de recursos naturais e das diferentes respostas dadas a eles pelos processos civilizatórios. Se a tradicional, oficial e conservadora história exalta os feitos dos ‘donos do poder’ sem questionar os custos socioambientais de tais feitos, a História Ambiental preocupa-se com os impactos ambientais e as consequências sobre a sociedade como um todo (COSTA; WIZNIEWSKY, 2010, p. 40).

Há uma ampla gama de estudiosos com pesquisas de destaque quando pensamos em História Ambiental. Dentre todos eles, destacamos o já mencionado historiador estadunidense Donald Worster. Ele alerta que

a História Ambiental rejeita as premissas convencionais de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘sobrenatural’, e de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WORSTER, 1991a, p. 200-201).

A historiografia natural é capaz de sintetizar a relação entre os temas mais antigos e aquilo que há de mais recente em termos de produção acadêmica: a evolução do clima, das pestes, pandemias etc., como parte da trajetória da espécie humana; a série de calamidades naturais causadas pela ação deliberada, ou inadvertida de colonizadores, que, ignorantes da estrutura da terra que desbravam, desequilibram ecossistemas e geram problemas insolúveis; a aniquilação do meio ambiente pela produção desenfreada de bens de consumo não renováveis ou pelo hiperconsumo de matérias-primas devido às sociedades industriais.

Além disto, há também as mazelas de origem urbana, principalmente as decorrentes do crescimento urbano desenfreado e sem planejamento, que forçam comunidades pobres a ocuparem espaços antes destinados à reservas florestais, áreas de encostas etc. (um clássico exemplo é a cidade de São Paulo, onde os constantes deslizamentos de terra acabam por vitimar, anualmente, várias pessoas que não têm moradias, logo, habitam áreas de risco ambiental); ainda há os congestionamentos urbanos e as doenças derivadas do altíssimo nível de ruído e de estresse ocasionados por uma sociedade mais urbanizada e industrializada.

Os estudos ambientais significam uma grande intersecção entre o social, o ambiental, o tecnológico e o político. Para que essas intersecções sejam compreensíveis num plano mais tangível, é necessário estabelecer um diálogo sistemático com todas as ciências naturais que envolvam os ecossistemas naturais das regiões, onde haja estudos de caso sobre eventos ali ocorridos. De acordo com Drummond (1997),

A interdisciplinaridade é de extrema importância, pois é preciso aplicar diferentes abordagens teórico-metodológicas que privilegiem o condicionamento ecológico e geográfico sobre as relações sociedade-natureza (DRUMMOND, 1997, p. 17).

Para resolver esta cornucópia de problemas apresentados, há uma variada disponibilidade de fontes, como as já consagradas, na história econômica e social. Citamos algumas como: censos populacionais, econômicos, sanitários, inventários governamentais de recursos naturais, jornais, revistas, materiais midiáticos, diários, cartas, correspondências dos mais diversos tipos, bem como os relatos de viajantes, que, utilizados desde o período medieval. Elas proporcionam aspectos e características de uma população, algo que poderia ser despercebido em uma análise menos detida e fria da ciência.

Neste viés, surgem algumas dificuldades quando tratamos especificamente do campo da ciência histórica ambiental. A primeira delas, que merece o devido destaque, é que as sociedades, em si, são pouco ou nada atentas às transformações que ocorrem em seu meio ambiente. A ocupação do espaço urbano e rural, em geral, invisibiliza o protagonismo que o ambiental tem na vida das pessoas. Não se relata quando se corta uma árvore para fazer uma rua ou quando se desmata certa área para dar lugar a um empreendimento ou a uma atividade agrícola. Essas pequenas transformações não são vistas por olhares menos detidos, pois a natureza inanimada é menos destacada do que a perda de um ente querido, por exemplo. A importância dada às pessoas e aos seus feitos é muito maior do que a de uma natureza inanimada que não pode relatar a sua própria existência.

A segunda dificuldade está relacionada à escala de tempo, na qual as transformações ambientais acontecem. Martins (2007) destaca que:

Muitas delas só são perceptíveis na longa duração, mas é bastante raro encontrar registros históricos que cubram as numerosas fases destas transformações de longa duração. Seja como for, aos historiadores ambientais resta o desafio de inventar as fontes que podem viabilizar a discussão de seus novos problemas (MARTINS, 2007, p. 55).

Muito embora estas dificuldades existam e sejam relevantes no tocante ao proceder metodológico do historiador, as fontes citadas já são de uso corrente e consagrado para quem trabalha com a História Ambiental. Dentre as novas fontes de investigação que permeiam o trabalho do investigador ambiental, destacamos o uso das paisagens como um documento histórico. Para isso, são necessárias ferramentas específicas de trabalho e manejo da semiótica enquanto instrumento analítico, além do imprescindível diálogo interdisciplinar, principalmente, com as ciências naturais, cujo campo serve como numerosa fonte de trabalho para um historiador ambiental.

Conforme Martins (2007),

A paisagem pode ser utilizada como documento histórico na medida em que, por meio de suas formas, conseguimos perceber as modificações da natureza pelo homem, as mudanças ambientais, o papel do ambiente no desenvolvimento da sociedade e a relação desta com aquela (MARTINS, 2007, p. 46).

Já de acordo com Ferreira (2008), a paisagem é o espaço de um terreno que se abrange em um lance de vista, ou ainda, a pintura, gravura ou o desenho que

representa uma paisagem. Esse é o conjunto de elementos, naturais ou não, que caracteriza a paisagem de uma determinada extensão territorial (FERREIRA, 2008, p. 603).

A paisagem existe por meio de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém todas elas coexistem no agora, sendo uma conjunção de “vários tempos presentes”. Conforme Paixão (2015), a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais. Ela é formada por frações de ambas, que correspondem ao tamanho, volume, cor, utilidade ou algum outro critério. Desse modo, a paisagem não é só heterogênea, como também uma unidade de ocupação humana.

Cada civilização, população ou seres humanos que passam por um local deixam nele a sua marca, as experiências, as vivências, as quais são sobrepujadas por outros grupos humanos que as marcam de acordo com as suas próprias narrativas. Coexistir no mesmo espaço em que os antigos romanos um dia passaram, ou, no caso do Brasil, viver em terras onde os povos originários também habitaram, é uma sobreposição da cultura ancestral com novas abordagens. Em outras palavras: “a paisagem é o ser humano em perspectiva” (PAIXÃO, 2015, p. 27).

Por se tratar de uma amálgama de vivências e de registros da passagem humana, a paisagem é a memória de um passado, a marca viva de coisas que não voltam mais, que estão mortas. Isso transforma as conexões em um importantíssimo instrumento de trabalho para o historiador, pois a paisagem pode ser compreendida como camadas sobrepostas de memórias acima de memórias. Cabe ao historiador desvendá-las.

Neste processo, quanto mais se avança, mais o passado por trás das paisagens é revelado. Essa experiência permite desvendar o quebra-cabeça que é a jornada do ser humano pela Terra ao longo dos milênios. No entanto, para que as descobertas sejam efetivas, num cenário de investigação, conversar com a Arqueologia e com a Geografia é uma prática indispensável, porque essas áreas do conhecimento avultam vestígios do passado, imprimindo características e fatos únicos, que podem auxiliar o historiador a descobrir outras informações sobre o objeto de seu interesse.

Dito isto, citamos duas correntes majoritárias que versam sobre a relação do homem com a paisagem em que ele atua: o determinismo (ou causalidade) e o possibilismo.

O determinismo (ou causalidade) defende que as condições naturais pré-determinam o estado das ações do homem, o seu caráter e as suas ações em um dado contexto. É uma noção que, derivada da ideia darwiniana de seleção natural, observa o homem como objeto de uma seleção natural e dos processos evolutivos que fizeram a espécie chegar ao atual cenário evolutivo, por meio de imutáveis e intangíveis passagens do tempo e dos processos ambientais que moldaram o seu caráter. Assim, tudo está conectado a um plano maior, intocável, cabendo ao homem se conformar com as condições pré-estabelecidas do jogo da vida e jogar, a partir delas, para prosperar enquanto indivíduo e ser pensante.

Já a corrente teórica que defende o possibilismo enfatiza que o homem não é apenas um produto de seu meio natural. Segundo Drew (1986, p. 4): “o homem não é passivo, mas, sim, um agente geográfico apto a agir sobre o meio e a modificá-lo dentro dos limites naturais do espaço e de possibilidades de desenvolvimento”.

Nos dias atuais, a teoria determinista encontra-se em avançado desuso. Desde o fim do século XIX, os geógrafos, historiadores e arqueólogos já defendiam que a ação humana sobre o uso do solo era muito mais importante do que a ação ambiental. Isso porque o homem não é apenas um produto do meio em que está inserido. Ele interage com o ambiente, deixando a sua marca na história e em suas ações cotidianas e imediatas. A cada respirar, consumir ou agir na natureza, o homem altera-a, sendo, ainda, por ela alterado, em uma combinação de fatores tão simbiótica que faz com que a interação homem-natureza seja fundamental para a constituição dos seres humanos. Assim, não é mais viável afirmar que o ser humano é fruto do ambiente em que vive, mas, sim, que, constantemente, muda-o e por ele é mudado.

A partir do exposto, parece importante caracterizar os tipos de paisagens existentes. Para Paixão (2015), há dois tipos: I) os naturais, que são aquelas que foram concebidas antes da penetração humana nos locais; e II) os culturais, que são resultados dos processos de ocupação das áreas por parte dos seres humanos, os quais alteram a paisagem de acordo com as suas necessidades. Essa caracterização possibilita inferir que são as atividades humanas e as suas transformações dentro de um universo maior que ocupam uma posição central nos

estudos das paisagens ambientais, não as influências dos elementos e das condições geográficas e/ou geológicas naturais.

Sobre isto, Sauer (2006) afirma que: “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 2006, p. 70). Portanto, a paisagem do presente nada mais é do que a consequência multi-histórica das intervenções, modificações e destruições que o homem faz no seu ambiente.

Um autor que realizou relevantes contribuições para a área da paisagem, corroborando a visão possibilista destes estudos, é o inglês David Drew. Ele defende, em seu livro de 1986, intitulado *Processos interativos homem: meio ambiente*, que

o homem não só pode transformar e expandir o seu nicho, mas também afetar os mecanismos do sistema da Terra em maior ou menor grau, em maior ou menor escala. Pois o homem vem procurando, em ritmo acelerado, modificar o ambiente para contentar a si mesmo, em vez de mudar seus hábitos para melhor se adaptar ao ambiente (DREW, 1986, p. 167).

Outro termo utilizado pela Geografia para expressar as ações que o homem realiza sobre a natureza é o da ação antrópica. Anteriormente, ele era associado às alterações da paisagem como fruto de uma interação saudável entre o homem e a natureza que o cerca. Contudo, com o passar dos anos e com a interação humana cada vez mais danosa ao meio ambiente, o termo deixou de ser usado de maneira favorável às ações humanas, para declarar uma atividade cada vez mais pejorativa na relação entre humanos e o ambiente natural.

Paixão (2015) escreve que, quando um texto de Geografia ou de Ecologia faz referência às ações antrópicas sobre o meio ambiente, certamente, ele apresenta alguma ação danosa aos ambientes naturais, como o desmatamento, a poluição do ar e das águas, o envenenamento de peixes em rios etc. Tudo quanto o ser humano fizer de danoso ao meio ambiente, de acordo com a autora, pode ser definido como uma ação antrópica do homem sobre o seu meio.

Todavia, vale ressaltar que, muito embora se diga que a ação antrópica sobre o meio ambiente seja danosa, nem sempre isso acontece. Se houver o interesse de dizer se tais ações foram boas ou ruins, é necessário “julgar” caso a caso, sob uma perspectiva não apenas das transformações geográficas que os homens fazem sobre a paisagem, mas também de uma perspectiva que considere todas as interações sociais, os aspectos humanos e as circunstâncias nas quais as

intervenções se desenvolveram. Em outras palavras, é preciso ter uma perspectiva histórica para classificar, em cada caso, se a ação antrópica foi imprescindível à subsistência humana em um determinado local e/ou para medir se ela trouxe danos e/ou benefícios ao ambiente em dado momento.

Para que esta perspectiva histórica seja considerada nesta dissertação, inicialmente, pautamo-nos em uma interdisciplinaridade de várias áreas do conhecimento, para que sejam entendidos os aspectos que uma região possui em sua fauna, flora etc.

A título de exemplo, citamos os impactos que a ação antrópica gera na Amazônia e, paralelamente, na Caatinga nordestina. Na Amazônia, a ação abarca um contexto de exploração dos recursos naturais por parte, em especial, de madeireiros, fazendeiros e mineradores interessados na extração de recursos naturais brutos vindos da terra. Essa ação degrada o meio ambiente devido à necessidade de lucro. Já na Caatinga nordestina, a degradação do bioma está relacionada à garantia da sobrevivência das comunidades humanas que ali residem. O impacto socioambiental da destruição dos dois biomas é deveras alarmante, entretanto, a ação antrópica que o norteia revela um aspecto diferente ao analisarmos os dois fenômenos sob um ponto de vista puramente histórico.

Passos (1997) cita, neste sentido, que:

As transformações históricas e dinâmicas atual das paisagens devem ser abordadas a partir de uma análise integrada, com ênfase nas relações existentes entre os elementos, isto é, com ênfase nos processos determinantes das construções paisagísticas (PASSOS, 1997, p. 71).

Portanto, as relações entre homem e natureza não são apenas um dado para as estatísticas governamentais e para relatórios burocráticos, mas também um produto das interações culturais e sociais do homem com o seu meio natural.

Apesar da história das paisagens ainda ser considerada como campo de discussão bastante teórico, com pouquíssimos exemplos aplicados a uma prática de estudos real, ela é um campo antigo e consagrado de investigação científica. Mais antigo – por exemplo – do que a história social ou a história demográfica. De acordo com Teixeira da Silva (1997), estudiosos alemães, franceses e ingleses – especialmente na década de 1930 – produziram obras que delimitaram um novo

campo entre a geografia humana ou histórica e a história agrária (TEIXEIRA DA SILVA, 1997).

Estes estudos apontam para uma relação existente entre o processo de percepção da natureza por parte dos seres humanos e as transformações ocorridas na natureza como fruto das intervenções das pessoas no mundo natural, sendo as transformações como os reflexos da manipulação do homem com o seu meio ambiente. Desse modo, Duarte (apud PAIXÃO, 2015) afirma o seguinte:

se a indagação das paisagens não é uma prática nova entre os historiadores, estudos recentes de História Ambiental elevaram à dupla condição de objeto e documento histórico. Há uma história das florestas, como a história da mata Atlântica realizada por Warren Dean, mas há também uma história das paisagens construídas pelos europeus acerca da natureza tropical. A historiadora destaca ainda uma história possível das paisagens rurais e urbanas, em que se distinguem panoramas dos campos e cidades, entre bosques e florestas, mas também áreas agrícolas, pastagens, extensão dos horizontes por estradas e ferrovias, assim como ocupação de vastas extensões pelo crescimento das cidades (DUARTE, 2005 apud PAIXÃO, 2015, p. 101).

Estas indagações incluem também a história dos rios que cortam as cidades, dos mares que banham o litoral, as relações que os habitantes têm com esses entes naturais, assim como a ocorrência de grandes tempestades, geadas, incêndios, terremotos, erupções vulcânicas... As consequências sobre a vida das pessoas podem ser sentidas de diversas formas, mas o principal ponto de partida para o estudo das paisagens, enquanto ferramenta de trabalho para o historiador do meio ambiente, é a observação do modo que as consequências alteram a paisagem, modificam a topografia e criam ambientes a partir da destruição do meio.

A corrente marxista de análise histórica, desde quando fundada no século XIX, por Karl Marx e Friedrich Engels, já analisava a relação de interdependência entre o homem e o seu ambiente natural, cujos comportamentos, segundo eles, refletem-se mutuamente. Para Karl Marx, a sociedade é a plena “unidade [...] do homem com a natureza” (MARX, 2011, p. 175). Além disso, o autor destaca que

o homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem dela é parte (MARX, 2011, p. 213).

Nestes termos, a sociedade produz e reproduz o seu espaço de acordo com as suas necessidades e os recursos agrários, tecnológicos, avanços nas técnicas de produção etc. À medida que ela tem os seus avanços tecnológicos registrados pela passagem do tempo, as marcas e as heranças econômicas do passado modificam-se também. A paisagem é uma construção coletiva dos homens, conforme as condições tecnológicas, aparatos técnicos e, principalmente, o grau de cultura e organização social das sociedades, nas quais os seres humanos estão inseridos. Concebemos, portanto, na esteira de Passos (1997), que a paisagem é fruto de uma constituição tridimensional, na qual residem os três elementos principais que a compõem: a natureza, a sociedade e a história.

Todavia, não negamos a existência de uma quarta dimensão, muito mais intangível e etérea, do que as que Passos (1997) elenca em seu excerto. A saber: a sentimental ou afetiva, de apego do homem ao seu ambiente de origem, o lugar onde passou a infância, as suas primeiras impressões sobre a vida e o cotidiano. Nós, historiadores, situamos a natureza e a percepção humana em duas dimensões distintas, desconsiderando que elas são partes inseparáveis de um só todo. A paisagem humana é, sobretudo, uma obra da sua mente, composta tanto de camadas de lembranças, quanto de estratos geológicos que permeiam os solos ao longo dos milênios.

Segundo Schama (1999, p. 17), “se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura por meio da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem”. Com isso, é importante refletirmos sobre a natureza que nos cerca e sobre as relações físicas com o mundo ao nosso redor, pois a natureza que nos compõe também tem relevância. A historiadora Letícia Paixão afirma que “a natureza que está dentro de nós pode ser considerada como o motor que dirige nossas interações com a natureza física, neste contínuo processo de transformação homem/natureza” (PAIXÃO, 2015, p. 32).

Esta dimensão afetiva, por mais sentimental que possa parecer e, ocasionalmente, contaminar o trabalho do historiador pela excessiva ligação do homem à terra, ela oportuniza uma perspectiva de trabalho dinâmica para entendermos o vínculo do homem com o meio natural que o deixou desamparado. Quando reconhecemos esses legados, que nem sempre são idílicos ou prazerosos para as pessoas, admitimos que a paisagem não é apenas um local de mero prazer.

A título de exemplo, em 1975, uma população desesperada, acompanhou todos os seus amados lugares serem devastados pela geada:

Foi o pior dia, em todos os sentidos, da nossa História. O sentimento era, sem sensacionalismo algum, de luto completo. De choro, da mais profunda tristeza no olhar de cada um de nós. Bem que eu gostaria de ter apagado essa data da memória, mas não consigo. Já tentei, em vão... Aquele dia amanheceu fúnebre, isso mesmo, um funeral coletivo (CASCIOLA, 2021).

Ao recuperar “lembranças” como estas da população paranaense, perplexa e impotente diante da geada que lhes acometeu, precisamos ter o cuidado necessário e o olhar de historiador para trabalharmos com as recordações. Elas podem se configurar como infundadas e/ou apresentar superficialidades e imprecisões. Afinal, o tempo e as experiências vividas pelos indivíduos afetam a sua percepção acerca dos fatos ocorridos num passado distante, modificando essas memórias e tornando-as, mesmo que inconscientemente, deformadas, vulneráveis a várias manipulações, suscetíveis ao esquecimento e às súbitas revitalizações (PAIXÃO, 2015).

Figura 2 – A memória da geada segue presente na cultura do Norte do Paraná



Fonte: FOI A... (1975).

Neste sentido, as nossas vivências são eivadas de momentos que induzem a possíveis subjetividades: as experiências pessoais retransmitem os significados dos

acontecimentos conforme o que consideramos, atribuímos e interpretamos. Essas lembranças não revelam a realidade do que aconteceu, mas são de grande valia dentro de um processo de construção historiográfica, pois permitem explorar a relação entre as memórias pessoais e a percepção coletiva das pessoas sobre determinado tema. Sendo assim, é possível explorar as razões pelas quais as memórias são tão importantes para determinado grupo e, para outros, são tão traumáticas que é preferível que se percam no tempo, ou ainda, num terceiro grupo, despertem apenas indiferença, por exemplo.

Interessante é procurar o porquê de existirem inúmeras razões específicas pelas quais as pessoas interpretam o próprio passado, construindo-o de acordo com aquilo que querem transmitir para as futuras gerações. Por isso, ao abordar a temática das relações sociais entre o homem e a vida natural que o cerca, substituímos o olhar de que ele é o senhor supremo da natureza por uma relação mais igualitária, na qual a humanidade e o seu meio natural são duas partes integrantes de um todo. As práticas culturais das pessoas refletem-se no uso que elas fazem do ambiente, assim, os efeitos que a natureza causa na vida do homem são representados a partir das suas vivências e das construções sociais.

Trabalhar com a memória de uma população exige a coleta de testemunhos orais e o cuidado esmerado com métodos e técnicas para a análise deles. Postos os objetivos desta pesquisa, a abordagem estará relegada a um segundo plano, surgindo, em alguns momentos, para ilustrar os fatos doravante narrados. Entretanto, a breve discussão até aqui realizada possibilita-nos pensar sobre as inúmeras e infinitas análises que a paisagem, enquanto fonte de pesquisa, pode propiciar ao historiador ambiental.

Por este motivo, a premissa inicial deste trabalho está vinculada à questão da geada como um desastre ambiental repentino e incontrolável. Paixão (2015) afirma que “a ocorrência dos desastres está ligada não somente à susceptibilidade dos mesmos, devido às características geoambientais, mas também à vulnerabilidade do sistema social sob impacto, isto é, o sistema econômico-social-político-cultural” (PAIXÃO, 2015, p. 33).

As catástrofes ambientais são resultantes da interação desastrosa entre homem e natureza, pois, devido à tentativa da raça humana de controlar os fenômenos naturais e de dominar a natureza, as lutas inglórias geraram danos e sofrimento. Além disso, quando não aplicadas medidas protetivas contra desastres

ou quando há a mitigação dos seus efeitos, a tendência é o aumento da intensidade, da magnitude e da frequência deles em demasiadas ocasiões. Os desastres ambientais estão inseridos em uma conjuntura maior e muito específica, que envolve as características socioeconômicas, políticas, naturais e culturais, as quais permeiam as vivências dos povos que presenciaram essas catástrofes. Sendo assim, eles não podem ser observados de maneira isolada.

Ao analisar a geada de 1975, ocorrida em solo paranaense, não a tomamos como um fato isolado ou como “um raio em dia de céu azul” (MARX, 2011, p. 80), haja vista que ela teve proporções e impactos diferentes nos diferentes estados e países. Inserimo-la na longa duração que teve e em uma conjuntura macro, pois os seus efeitos, até os dias atuais, são sentidos pela população local, bem como a amplitude das suas consequências atravessa fronteiras. Culpar o quadro climatológico do período e a incapacidade do homem do campo de, à época, prever, prevenir e mitigar os efeitos de uma geada daquela proporção, em território paranaense, não parece pertinente.

Por isto, considerar, em análise, apenas a geada, isolada, por mais destrutiva que tenha sido, não é suficiente para compreendermos os impactos causados na monocultura cafeeira do Norte do Paraná. Para definirmos a forma e o significado que esse evento adquiriu, buscamos quadros explicativos mais longos e amplos, analisamos as suas especificidades e as características sociais, culturais, políticas e ecológicas da sociedade norte-paranaense, em meados do final da década de 1960 e da primeira metade da década de 1970.

2 A CALMARIA ANTES DA TEMPESTADE: OS EVENTOS QUE CULMINARAM NO DESASTRE DE 1975

2.1 O café como propulsor do Norte do Paraná: da Revolução Verde à ocupação do território

A Revolução Verde, ou Terceira Revolução Agrícola, é o conjunto de iniciativas de transferência de tecnologia de pesquisa ocorridas entre 1950 e o final dos anos 1960. Essas novas ações aumentaram a produção agrícola em partes do mundo, com início mais acentuado no final dos anos 1960 (HAZELL, 2009). O termo “Revolução Verde” foi usado pela primeira vez por William S. Gaud, o administrador da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em um discurso de 8 de março de 1968. Em sua fala, ele observa a disseminação das novas tecnologias, dizendo: “Estes e outros desenvolvimentos no campo da agricultura contém os ingredientes de uma nova revolução. Não é uma Revolução Vermelha violenta como a dos soviéticos, nem é uma Revolução Branca como a que fez o xá do Irã. Eu a chamo de Revolução Verde” (GAUD, 1968).

Neste sentido, as iniciativas revolucionárias resultaram a adoção de novas tecnologias, incluindo variedades de alto rendimento (HYVs) de cereais, especialmente, de trigo, arroz e soja, em associação com fertilizantes químicos, agroquímicos e abastecimento controlado de água (em geral, a irrigação está envolvida) e com métodos de cultivo mais recentes, incluindo a mecanização. A junção disso foi vista como um “pacote de práticas” para substituir a tecnologia “tradicional”, no mundo inteiro (FARMER, 1986).

Os elementos-chave da revolução incluem: I) o uso dos mais recentes insumos tecnológicos e de capital; II) a adoção de métodos científicos modernos de cultivo; III) o cultivo de variedades de sementes de alto rendimento; IV) a aplicação adequada de fertilizantes químicos; V) a consolidação de propriedades fundiárias; e VI) a utilização de várias máquinas mecânicas. Tanto a Fundação Ford quanto a Fundação Rockefeller estiveram envolvidas no desenvolvimento inicial desses elementos, no México (TOENNIESSEN *et al.*, 2008). Líder importante foi um cientista agrícola, Norman Borlaug, conhecido como o “Pai da Revolução Verde”, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1970, a ação de salvar mais de um bilhão de pessoas da fome foi-lhe atribuída.

A abordagem básica deste movimento era o desenvolvimento de variedades de grãos de cereais de alto rendimento, expansão da infraestrutura de irrigação,

modernização das técnicas de manejo, distribuição de sementes hibridizadas, fertilizantes sintéticos e pesticidas aos agricultores. À medida que a criação de novas variedades de cereais, por meio do melhoramento seletivo, atingia o seu limite, alguns cientistas agrícolas elaboravam cepas que não existiam na natureza, isto é, os organismos geneticamente modificados (OGM). Esse fenômeno, às vezes, é chamado de “Revolução Genética” (HURT, 2012, p. 161).

Estudos mostram que a Revolução Verde contribuiu para a erradicação generalizada da pobreza, evitou a fome de milhões, aumentou a renda, reduziu as emissões de gases de efeito estufa, diminuiu o uso da terra destinada para a agricultura e contribuiu para o declínio da mortalidade infantil (PINGALI, 2012). Entretanto, essa revolução, conforme outros autores, desempregou pessoas, criou favelas em cidades, como ocorreu quando a geada negra perpassou pelas localidades paranaenses, e empobreceu muitas pessoas, que perderam o sustento e foram obrigadas a assumir empregos insalubres e degradantes para sobreviver.

2.1.1 Início da Revolução Verde no México e os seus impactos mundiais

O México foi chamado de “local de nascimento”, mas também de “cemitério” da Revolução Verde (ESTEVA, 1983, p. 57). Tudo começou com a grande promessa, embasada no argumento de que “durante o século XX, duas ‘revoluções’ transformaram o México rural: a Revolução Mexicana (1910-1920) e a Revolução Verde (1950-1970)” (COTTER, 2003, p. 10). Ela foi liderada pelo governo mexicano em 1943, sob a ordem presidencial e financeira, do Presidente mexicano, Manuel Ávila Camacho, e apoio do Governo dos Estados Unidos (EUA), das Nações Unidas, da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Fundação Rockefeller.

Para o Governo dos Estados Unidos, o seu vizinho, o México, foi um importante caso experimental para testes do uso de tecnologia e perícia científica na agricultura, o que se tornou um modelo para o desenvolvimento agrícola internacional (WRIGHT, 1984, p. 130). O país mexicano fez um esforço concentrado para transformar a produtividade agrícola, no Noroeste, em cultivo irrigado, substituindo o cultivo em terra firme. Buscou, com isso, a resolução da falta de autossuficiência alimentar (BARKIN, 1997). Entretanto, no Centro e no Sul, onde a produção de grande escala enfrentava desafios, a agricultura enfraqueceu (WESSMAN, 1997).

O aumento da produção prometia autossuficiência alimentar no México, para suprir as necessidades de sua crescente e urbanizada população, por intermédio do aumento do número de calorias consumidas por mexicano (BARKIN, 1997). A tecnologia era vista como uma forma valiosa de alimentar os pobres, o que aliviaria a pressão do processo de redistribuição de terras (CLAPP, 1997). Em geral, o sucesso da Revolução Verde dependeu do uso de máquinas para cultivo e para a colheita, em grandes empresas agrícolas, com acesso a créditos (muitas vezes, de investidores estrangeiros), projetos de infraestrutura apoiados pelo governo e baixos salários dos trabalhadores agrícolas (WRIGHT, 1984).

O México foi o destinatário do conhecimento e da tecnologia da Revolução Verde, sendo um participante ativo que recebeu apoio financeiro do governo para a agricultura e para os agrônomos mexicanos. Após a Revolução Mexicana, o governo redistribuiu terras aos camponeses em algumas partes do país, o que quebrou o sistema de *hacienda*. Durante a presidência de Lázaro Cárdenas (1934-1940), a reforma agrária atingiu o seu ápice no Centro e no Sul do país.

Na região, a produtividade agrícola havia caído significativamente na década de 1940, então, o Vice-presidente dos Estados Unidos, Henry A. Wallace, Secretário de Estado da Agricultura durante o governo de Franklin Roosevelt, assumiu o projeto. Isso contribuiu, e muito, para o sucesso da revolução, já que o programa de pesquisa ali instituído ainda era pequeno e sem investimentos. As vultosas quantias investidas pelo governo estadunidense no plano permitiram o êxito dele, pois aumentou a produtividade em detrimento de uma reforma agrária (WRIGHT, 1984).

Durante a administração de Manuel Ávila Camacho (1940-1946), o governo aplicou recursos na criação de novas categorias de plantas e fez parceria com a Fundação Rockefeller, com apoio do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (COTTER, 2003). Em 1941, uma equipe de cientistas dos EUA, composta por Richard Bradfield (Universidade Cornell), Paul C. Mangelsdorf (Universidade Harvard) e Elvin Charles Stakman (Universidade de Minnesota), pesquisou a agricultura mexicana para recomendar políticas e práticas (STAKMAN, 1967). Norman Borlaug, uma figura chave para o funcionamento das práticas da Revolução Verde, no México, estudou com Stakman, na Universidade de Minnesota. Em 1943, o governo mexicano fundou o Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo (CIMMYT), que se tornou a base da pesquisa agrícola internacional.

Dito isto, é perceptível que a transformação da agricultura mexicana foi uma questão sociopolítica, um fator primordial para a participação de algumas regiões na Revolução daquele país. Foi também um novo paradigma técnico possibilitado por um grupo de agrônomos treinados, os quais aconselharam os camponeses sobre como aumentar a produtividade (COTTER, 2003).

Na era pós-segunda Guerra Mundial, o governo almejava um desenvolvimento agrícola que melhorasse os aspectos tecnológicos da agricultura nas regiões – não dominadas por pequenos agricultores camponeses. Esse impulso de transformação traria benefícios para a autossuficiência alimentar do México e para a esfera política durante a Guerra Fria (por conter a agitação e o apelo do comunismo). A ajuda técnica também serviu a fins políticos na esfera internacional. No México, as intenções políticas foram úteis, ao separar a agricultura camponesa, baseada no *ejido*, considerada uma das vitórias da Revolução Mexicana, do agronegócio, o qual requer grandes propriedades de terras, irrigação, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas, maquinários e uma mão de obra com baixos salários pagos (COTTER, 2003).

O governo mexicano criou o Programa Agrícola Mexicano (MAP) para ser a organização líder no aumento da produtividade. Um de seus sucessos foi a produção de trigo com variedades, que dominou a produção desse grão já em 1951 (70%), 1965 (80%) e 1968 (90%) (COTTER, 2003). O México se tornou a vitrine da Revolução Verde para estendê-la a outras áreas da América Latina, bem como a África e Ásia.

Novas raças de milho, feijão e trigo produziam safras abundantes com insumos adequados (como fertilizantes e pesticidas) e cultivo cuidadoso. Muitos fazendeiros mexicanos que duvidavam dos cientistas ou eram hostis (geralmente uma relação mútua de discórdia) passaram a ver a abordagem científica da agricultura como algo que valia a pena adotar (COTTER, 2003). Contudo, a necessidade de um pacote completo de insumos de novas variedades de sementes, fertilizantes, pesticidas sintéticos e água, muitas vezes, não estava ao alcance dos pequenos agricultores. Além disso, a aplicação dos pesticidas, às vezes, era prejudicial à saúde e à ecologia local, danificando as árvores, a fauna e a flora da região, matando animais, crianças e até mesmo alguns cientistas (COTTER, 2003).

Com isto exposto, é notório que as novas tecnologias impuseram uma mudança cultural deveras complexa, com a extinção da produção do milho crioulo,

que era, até então, a base da alimentação de muitos mexicanos e de sua riqueza alimentar. Dessa maneira, a complexidade da aplicação dos projetos divide opiniões entre os benefícios da Revolução no campo mexicano e a perda de uma identidade nacional até então existente.

Edwin J. Wellhausen, um dos participantes do experimento mexicano, resume os fatores que levaram os experimentos ao seu sucesso inicial. Ele compreende a vitória com as seguintes conclusões: plantas de alto rendimento sem resistividade a doenças, adaptabilidade e capacidade de utilizar fertilizantes; melhor aproveitamento de solos, fertilizantes adequados e controle de ervas daninhas e pragas; e “uma relação favorável entre o custo dos fertilizantes (e outros investimentos) e o preço do produto” (WELLHAUSEN, 1977, p. 40).

Em 1960, a cientista Bridget Bahrman, o Governo da República das Filipinas, junto da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller, estabelecem o Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI). A partir disso, um cruzamento de arroz entre as espécies Dee-geo-woo-gen e Peta foi feito no IRRI, em 1962. Em 1966, uma das linhagens tornou-se uma nova espécie: o arroz IR8. O IR8 exigia o manejo de fertilizantes e pesticidas, mas produzia rendimentos substancialmente mais altos do que os cultivos tradicionais. A produção anual de arroz nas Filipinas aumentou de 3,7 para 7,7 milhões de toneladas, em duas décadas. A mudança para o arroz IR8 fez das Filipinas um exportador do insumo pela primeira vez no século XX (DUGGER, 2007).

Em 1961, a Índia estava à beira de uma fome em massa (BAGLA, 2001). Norman Borlaug foi convidado pelo consultor do Ministro da Agricultura daquele país, Dr. MS Swaminathan, para ir à Índia. Apesar dos obstáculos burocráticos impostos pelos monopólios de grãos da Índia, a Fundação Ford e o governo indiano contribuíram para a importação das sementes de trigo do Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT).

O Estado de Punjab foi selecionado pelo governo indiano para ser o primeiro local a experimentar as novas safras. Essa decisão se deu devido ao abastecimento confiável de água, à presença de planícies do Indo, que a tornam uma das planícies mais férteis do planeta, e a uma história de sucesso agrícola. A Índia iniciou o seu próprio programa de Revolução Verde de cultivo de plantas, desenvolvimento de irrigação e financiamento de agroquímicos (MCINTOSH, 2019).

A Índia logo adotou o IR8 – a variante filipina do arroz-anão – e logo obteve imensos resultados provenientes da experiência, com incrível aumento da produtividade (ROWLATT, 2016). Em 1968, o agrônomo indiano, SK De Datta, publica as suas descobertas. Ele constata que o arroz IR8 rendia cerca de 5 toneladas por hectare sem fertilizante e quase 10 toneladas por hectare em condições ideais. Isso representou 10 vezes mais do que o rendimento do arroz tradicional (TAURO, 2008). Assim, o IR8 se popularizou em toda a Ásia, sendo apelidado de “Arroz Milagroso” (ROWLATT, 2016).

Na década de 1960, a produção de arroz na Índia era de cerca de duas toneladas por hectare. Em meados da década de 1990, ela havia subido para 6 toneladas por hectare. Na década de 1970, o arroz custava cerca de US \$550 a tonelada. Em 2001, custava menos de US \$200 a tonelada (BARTA, 2007). Em 2020, o país enviou quase 4,5 milhões de toneladas para o mundo. Com isso, a Índia se torna um dos produtores de arroz mais bem-sucedidos do mundo, sendo, atualmente, um grande exportador desse grão.

Já na China, ter uma grande e crescente população implicava no aumento da produção de alimentos, principalmente, a do arroz. Isso era um dos principais desafios do governo chinês. Embora a massa de terras da China seja grande, as áreas de produção significativa de alimentos são pequenas. Quando os comunistas chineses chegaram ao poder, em 1949, o estado chinês passou a desempenhar um papel importante na política agrícola e na pesquisa científica.

O governo de Pequim tentou resolver os problemas de segurança alimentar da população, eliminando a fome e a inanição. Buscou ainda transformar o cultivo tradicional de variedades existentes de arroz ao aplicar nova ciência e tecnologias à produção agrícola. Por meio da reforma agrária, na década de 1950, anulou os latifundiários ausentes e criou fazendas coletivas, que podiam utilizar o cultivo mecanizado.

O desenvolvimento de variedades de arroz híbrido tem sido uma prática há milênios, consagrada na agricultura da China, mas, na década de 1960, ela aumentou ainda mais mediante a ciência agrícola apoiada pelo governo (HURT, 2012). O primeiro cientista a obter grande sucesso com a hibridização do arroz em laboratório foi Yuan Longping, cuja pesquisa hibridiza cepas selvagens com cepas existentes. Ele é apelidado de “o pai do arroz híbrido”, considerado um herói nacional.

As políticas do governo chinês propiciaram, aos agricultores, assistência técnica, fertilizantes e pesticidas com preços acessíveis e infraestrutura desenvolvida. A produção chinesa de arroz atendeu às necessidades de segurança alimentar do país e, com isso, permitiu a redução da fome e da miséria, principalmente, em áreas do interior mais ruralizadas e controladas pelo governo. No entanto, é pertinente destacar que, nos últimos anos, o uso extensivo de água subterrânea para a irrigação reduziu os aquíferos, e o uso extensivo de fertilizantes aumentou as emissões de gases de efeito estufa (HURT, 2012). A China não expandiu a área de terras cultiváveis, mas, a despeito disso, a Revolução Verde, com altos rendimentos por hectare, deu-lhe a segurança alimentar buscada.

No interior do Brasil, por sua vez, a vasta região do Cerrado era considerada imprópria para a agricultura antes da década de 1960, porque o solo era muito ácido e pobre em nutrientes, de acordo com Norman Borlaug (1982). No entanto, a partir da década de 1960, grande quantidade de cal (giz pulverizado ou calcário) foi despejada no solo para reduzir a acidez dele.

O esforço continuou por décadas. Tanto que, no final de 1990, entre 14 milhões e 16 milhões de toneladas de cal foram espalhadas nos campos brasileiros a cada ano. A quantidade subiu para 25 milhões de toneladas em 2003 e 2004, o que equivale a cerca de cinco toneladas de calcário por hectare. Como resultado, o Brasil se torna o segundo maior exportador de soja mundial. A soja também é amplamente utilizada na alimentação animal. O grande volume do produto produzido no Brasil contribui para que a nação seja uma das maiores exportadoras de carnes bovina e de aves do mundo.

Vários paralelos também poderiam ser traçados a partir do *boom* da produção de soja na Argentina.

Na África, houve inúmeras tentativas de introduzir os conceitos bem-sucedidos dos projetos mexicanos e indianos, mas sem muito sucesso. As razões incluem a corrupção generalizada, a insegurança, a falta de infraestrutura e de iniciativas ou apoios governamentais. No entanto, fatores ambientais, como a disponibilidade de água para irrigação, a alta diversidade de encostas e os tipos de solo em determinadas áreas também são razões pelas quais a Revolução Verde não teve tanto sucesso nessa localidade.

Um programa recente na África Ocidental tenta iniciar uma nova “família” de variedades de arroz de alto rendimento, conhecida como Novo Arroz para a África

(NERICA). As variedades NERICA rendem cerca de 30% a mais de arroz em condições normais e a produção pode dobrar com pequenas quantidades de fertilizante e irrigação básica. Entretanto, o programa enfrenta problemas para disponibilizar o grão para os agricultores. Até agora, o único sucesso registrado é na Guiné, responsável por 16% do cultivo de arroz do país (DUGGER, 2007).

Após uma onda de fome em 2001, pobreza crônica e falta de alimentos, em 2005, o pequeno país africano de Malawi (Sudeste da África) lançou o Programa de Subsídio de Insumos Agrícolas, por meio do qual *vouchers* são dados aos pequenos agricultores para que comprem fertilizantes nitrogenados subsidiados e sementes de milho. Em seu primeiro ano, o programa foi considerado de extremo sucesso, pois contribuiu para a produção da maior safra de milho da história do país, o suficiente para alimentar a população com toneladas de milho que sobraram. O programa avança anualmente desde então. Várias fontes afirmam que o programa é um sucesso incomum, saudando-o como um “milagre”. Assim, Malawi experimenta o aumento de 40% na produção de milho, em 2015 e em 2016 (CURRIER, 2020).

Um ensaio de controle randomizado, de 2021, sobre subsídios temporários para produtores de milho, em Moçambique (África do Sul), descobriu que a adoção da tecnologia da Revolução Verde aumentou a produção de milho tanto a curto quanto a longo prazo. Em 1970, funcionários da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) propuseram uma rede mundial de centros de pesquisa agrícola sob um secretariado permanente. Isso foi, posteriormente, apoiado e desenvolvido pelo Banco Mundial (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2022).

Em 19 de maio de 1971, foi estabelecido o Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), com copatrocinio da FAO, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR) auxiliou a criação de muitos centros de pesquisa em todo o mundo.

O CGIAR respondeu, pelo menos em parte, às críticas sobre as metodologias da Revolução Verde. Isso começou na década de 1980, como resultado da pressão de organizações doadoras. Métodos, como a análise de agroecossistemas e a pesquisa de sistemas agrícolas, foram adotados para obter uma visão mais ambientalmente correta e com baixo impacto sobre a agricultura global. Nisso, foram

adicionados mecanismos de controle para que o aumento da produção agrícola, necessário para a manutenção da espécie humana, fosse conciliado à preservação do meio ambiente e ao impedimento das mudanças climáticas sem perder a produtividade agrícola.

É notório que os impactos de todas estas mudanças, na cafeicultura paranaense, foram muitos, principalmente no tocante à modernização da agricultura e da abertura de novas frentes de trabalho e fronteiras agrícolas.

2.1.2 O Norte do Paraná: da ocupação do território à racionalização da agricultura

O Norte do Estado do Paraná tem o poder econômico e o *status* de melhor região do Brasil para viver-se (TRUGILLO; HERRERA, 2021), principalmente, em função do desenvolvimento econômico proporcionado pela ascensão da cafeicultura nessas terras, a partir da década de 1930.

O meio ambiente de então passou por um enorme processo de transformação, haja vista que o ser humano ocupava o território e, com a chegada de contingentes de pessoas vindas de todo o Brasil, houve alterações de costumes, sotaques e culturas. O resultado dessa intervenção é o Sul do país, que pouco se parece com o estereótipo sulista clássico, um pouco preservado na capital, Curitiba (PR). A região está muito mais ligada a características de outras regiões do Brasil, principalmente, ao interior de São Paulo.

A análise a ser feita, nesta dissertação, parte da ocupação do território paranaense pelas frentes de ocupação capitaneadas pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP) e pelos incentivos dados àqueles que colonizaram as terras nesse território. Contudo, destacamos que a substituição da floresta nativa pela monocultura cafeeira não é exclusividade da agricultura do Norte e Noroeste paranaense, por isso, podemos analisar, nesse contexto, não só os aspectos econômicos, mas também os sociais e culturais. Em suma, defendemos que uma união de fatores econômicos, sociais e culturais moldaram a ocupação do território do Norte do Paraná pela cafeicultura, logo, isso estará presente na análise.

É quase consenso historiográfico (CANCIAN, 2001; PAIXÃO, 2015) que a cafeicultura do Norte paranaense foi uma continuação da “marcha para o Oeste”, processo iniciado no Estado de São Paulo durante a época imperial, com os barões do café, no Vale do Paraíba, cuja expansão da fronteira agrícola paulista continuou em terras mais ao sul do país. Podemos averiguar o seu início nos primeiros

registros de compras de fazendas no fim do século XIX, no chamado “Norte Velho Paranaense”, que, de acordo com Paixão (2015),

ocupou primeiramente a região de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista. Todavia, essa ocupação só tomou grande impulso a partir de 1920, em decorrência do rápido aumento do preço do café no mercado internacional a partir da 1ª Guerra Mundial (PAIXÃO, 2015, p. 41).

Desta maneira, o processo de ocupação das terras no Norte paranaense baseou-se em três pilares básicos que fomentaram o seu desenvolvimento, descritos a seguir.

O primeiro pilar refere-se à qualidade das terras. O solo da região Norte do Paraná, dadas as suas características naturais – da chamada “terra roxa”, resultante da grande concentração de terras vulcânicas disponíveis –, proporciona uma fertilidade e uma riqueza de produção não vista em muitas partes do Brasil. Isso ocorre porque o solo vulcânico possui elementos químicos que potencializam a sua ação fertilizadora, permitindo uma produção agrícola muito maior e menos custosa, se considerarmos que o gasto com correções de terra e com compras de fertilizantes é mínimo.

O segundo está ligado à situação econômica internacional, inserida no contexto pós-Primeira Guerra Mundial. Com a guerra assolando a economia e as estruturas industriais globais, a agricultura paranaense viu os seus lucros crescerem de maneira exponencial, pois os preços do café, *commodities* muito apreciadas no mercado exterior, teve os seus valores elevados, o que inflacionou o custo do produto no mercado mundial. Essa conjuntura favoreceu a rápida expansão cafeeira em todo o Paraná, já que as margens de lucro prospectadas pelos fazendeiros permitiram que expandissem as suas plantações, aumentassem os seus ganhos e potencializassem os seus negócios em toda a região.

Por fim, o terceiro pilar concerne ao surto de industrialização paulista na década de 1930. Na década seguinte à Grande Guerra, o Estado de São Paulo investiu maciçamente no seu parque industrial, eliminando lavouras e aumentando a potência da sua indústria. Esse movimento governamental chegou a emitir um decreto suspendendo, em todo o estado, o plantio de qualquer variedade de café pelo período de três anos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1932). Com isso, a “grande marcha para o Oeste” intensificou-se ainda mais, pois o governo

paranaense buscou acolher os produtores paulistas que, desalojados de suas posses naquele território, decidiram migrar para locais com condições mais favoráveis à atividade agrícola.

Antecipando-se às medidas paulistas de expulsão da cafeicultura, o Governador Vicente Machado da Silva Lima (1904-1906) expediu a seguinte mensagem à então Câmara dos Deputados (atual ALEP) do Paraná:

Penso que prestareis relevante e assignalado serviço aquella extensa, fecundidissima e ainda mal explorada zona productora de café, de nosso Estado, se reduzirdes a uma taxa mínima o imposto de exportação sobre este producto, já sahindo pelos postos fiscaes do norte do Estado, já pelo nosso littoral. Dadas as condições de nossa lavoura de café, nunca mais de 2 a 4 por cento *ad valorem*, deve ser a taxa de exportação (LIMA, 1905, p. 43, grifo do autor).

Nesta mesma época, estados vizinhos, como São Paulo e Rio Grande do Sul, cobravam cerca de 11% de taxa de exportação para a cafeicultura de suas regiões (LIMA, 1905). Essa política de redução da carga tributária sobre o café, de modo a atrair investimentos de outras localidades, mostra-se acertada alguns anos mais tarde. A imigração de pessoas para o Paraná torna o estado paranaense um dos maiores produtores mundiais de café nas décadas seguintes.

A atratividade fornecida pelo governo e as oportunidades de colonização das terras parecem justificar o aumento exponencial da área plantada e do número de propriedades imbuídas na atividade cafeicultora. Também está relacionada à abertura de novas frentes para a ação das companhias colonizadoras, mais especificamente, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que, no auge de 1945 a 1971, injeta milhões de cruzeiros em compras, loteamentos, distribuições e ocupações de terras no Norte paranaense.

De acordo com os dados da própria empresa:

A Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, considerada a maior empresa colonizadora do País, é responsável pelo desbravamento e ocupação de uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras ou cerca de 13.200 km², área maior que a de muitos países. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu mais de 50.000 lotes agrícolas, garantindo o acesso a estas propriedades com abertura de 5.000 quilômetros de estradas vicinais, mantidas e conservadas pela empresa, com tráfego intenso, até a transferência ao poder público. Isso permitiu que mais de 1.000.000 de pessoas se estabelecessem nas regiões norte e nordeste do Estado, contribuindo de forma significativa para seu desenvolvimento econômico (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 2022).

Com base nos métodos clássicos do povo britânico de “colonização por povoamento”, foi estimado que as principais cidades do Norte do Paraná, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Umuarama, tenham sido fundadas por ação direta da companhia. O seu mecanismo de ação é simples, porém eficiente. Ele consiste em criar uma cidade polo a cada 100 km, com cidades satélites para fornecimento de mão de obra barata para a cidade maior, que se beneficia com o crescimento da região como um todo.

Caso bastante ilustrativo é o de Maringá, que, com o desenvolvimento de pequenas cidades ao seu redor, como Sarandi, Marialva, Paiçandu e Mandaguaçu, alçou como uma das melhores cidades do Brasil e da América do Sul para viver. Fenômeno semelhante pode ser notado com a relação Londrina-Cambé, Umuarama-Ivaté etc. Em suma, o fenômeno colonizador permitiu que as grandes cidades do Norte do Paraná, aliadas à estrutura cafeeira pujante, fornecida pelo Governo do Estado, dessem um “salto” de desenvolvimento e, assim, crescessem rapidamente.

Entretanto, Nadir Cancian (2001) ressalta que, apenas após a Segunda Guerra Mundial, é que os movimentos migratórios se intensificaram, pois:

A cafeicultura paranaense se dinamizou no pós-guerra numa conjuntura diferenciada das anteriores. Foi a fase da maior vitalidade da expansão cafeeira no estado. O centro dinâmico da produção deslocou-se de São Paulo para o Paraná, onde o café atingiu grande impulso expansionista, abrangendo zonas de produção mais antigas e impulsionando a fronteira agrícola até a ocupação total das terras disponíveis para o café (CANCIAN, 2001, p. 89).

Ao tomar um grande impulso entre as décadas de 1930 e 1950, com a fundação da cidade de Londrina, em 1934, e de Maringá, em 1947, o Paraná chegou ao seu apogeu na década de 1960. Em 1961, existiam 199.009 propriedades agrícolas, das quais cerca de 80% se dedicavam somente ao cultivo de café.

Com áreas situadas, principalmente, nas beiras das rodovias e nos espigões, a impressão que se tinha, ao trafegar pelas estradas, era que o domínio do café seria eterno. Isso porque, junto do mercado internacional do café aquecido, a tendência à monocultura de exportação foi regra em boa parte das cidades paranaenses. Algumas limitações encontradas foram os plantios intercalares, em especial, a cultura emergente da soja que foi fenômeno pós-geada de 1975, bem como a presença das pastagens para criação de determinadas culturas animais.

Contudo, no final da década de 1970, já não existia tanto empenho de produtores e do governo para manter-se uma cafeicultura pujante. O seu monopólio começou a despencar. Alguns fatores que podemos indicar como causa são: a queda dos preços internacionais, as mudanças de política interna implementadas para dinamizar o parque industrial e agropecuário paranaense. Além disso, houve a chegada de termos como agronegócio, mecanização, modernização e diversificação, cujo sentido revelam um período de mudanças em diversos setores da economia agrícola regional.

Dados trazidos por Oliveira (2017) demonstram que:

Apesar da forte geada de 1942, o número de área plantada aumentou de 58.870 ha, em 1930, para 113.277 ha, em 1945. O Censo Agrícola do Paraná de 1920, e os levantamentos do Departamento Nacional do Café de 1935 e 1942, demonstraram que, se por um lado aumentou o número de propriedades que cultivavam café, por outro, diminuiu a área de cultivo em média por fazenda (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

De acordo com a *Gazeta do Povo* (DOIS MESES..., 1975), a máxima histórica da produção cafeeira paranaense deu-se na safra de 1961 e 1962, quando se alcançou uma área de 1.620.978 ha e uma produção recorde de 2.557.158 toneladas. Esses números seriam o equivalente a 61,34% da produção brasileira, no corrente ano. Todavia, de acordo com Moro (1991, p. 63), essa safra ocasionou um problema de superprodução, pois nem todo o café produzido nela foi exportado, o que desencadeou uma fratura nos preços internos e trouxe prejuízos aos cafeicultores.

Diante deste cenário desfavorável, Brasília (DF) decidiu movimentar-se, mudando as políticas públicas de fomento à agricultura. Para tanto, foi criado, em 1960, o Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), que tinha, dentre outros objetivos, a missão de planejar e reorganizar a agricultura nacional. Dois anos após a sua criação, o grupo apresentou o Plano de Modernização da Agricultura 1962-1969, cuja meta era retirar a cafeicultura do patamar de salvaguardada da produtividade agrícola brasileira. O plano consistia em erradicar os cafezais considerados “antieconômicos” (destacamos que nunca foram adotados critérios claros para definir quais cafezais eram ou não antieconômicos) e a sua substituição por culturas, como a da soja, a do milho e a de outras com maior potencial econômico e de fácil substituição.

Outro ponto que merece destaque nestas metas é a área destinada à cafeicultura que se pretendia atingir. Na implementação, a produção nacional era de 36 milhões de sacas e pretendia-se ajustá-la em 24 milhões, sendo 6 para consumo da população no Brasil, e 18, para exportação. Para tanto, seria necessária a erradicação de cerca de 2 bilhões de cafezais, os quais, na sua maioria, ainda eram produtivos (POZZOBON, 2006). Esse plano, em um primeiro momento, teve êxito, pois levou o estoque excedente de café praticamente a zero e conseguiu reequilibrar os preços internos.

Ainda segundo Paixão (2015),

a erradicação foi uma resposta econômica, social e ambiental do período. A estrutura econômica das regiões do Brasil estava profundamente distorcida por conta da monocultura. A plantação extensiva do café, durante muitos anos o único produto com densidade econômica apreciável, relegou para um segundo plano as culturas de subsistência e de demanda do mercado interno. Essa estrutura agrária estava em desacordo com a atualização econômica que o país vivia naquele momento, pois se encontrava em ritmo de crescimento demográfico muito acentuado, a par de um surto industrial em rápida ascensão. À medida que essas tendências foram se acentuando, mais inadequadas se tornou essa estrutura agrária vigente no período (PAIXÃO, 2015, p. 44).

Um relatório do GERCA, de 1962, traz um panorama aprofundado das razões pelas quais a agricultura precisava de modernização e de reformas urgentes:

A economia cafeeira encontra-se em situação anormal com os preços internacionais sendo pressionados pela desproporção da oferta. Os estoques acumulados que atingiram cerca de 52 milhões de sacas continuaram aumentando, obrigando os gastos com a compra de excedentes e armazenagem, conseqüentemente influenciando a situação financeira do país. A cafeicultura brasileira, de maneira geral, já começa a apresentar baixos índices de rendimento e produtividade gerados pelo depauperamento dos solos, pela idade avançada dos cafezais, pelas falhas agrônômicas na implantação das lavouras entre outras questões, que influenciaram diretamente na qualidade do café que piora a cada safra. Assim, torna-se 'difícil e antieconômica' a manutenção ou a melhoria das condições de produção desses cafezais (CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE PESQUISAS CAFEIEIRAS, 1975).

O panorama aqui traçado, por meio, inclusive, de informações do Instituto Brasileiro do Café (IBC), demonstra que a solução para impedir um término abrupto e traumático para o até então "ouro verde" era, de fato, a racionalização da agricultura. Novamente, a partir de Cancian (2001):

desfazer o resultado dos efeitos que os preços altos da década de 1950 e os incentivos aos novos plantios haviam provocado ofereceria ao lavrador uma alternativa de diversificação que funcionasse como substitutiva das rendas geradas pelo café ao nível do produtor, levando o setor a reduzir a oferta na medida desejável pelos responsáveis da política cafeeira (CANCIAN, 2001, p. 47).

O grande questionamento era sobre qual seria o destino das terras liberadas. Então, o objetivo planejado no relatório do GERCA era o de implantar uma agricultura de subsistência que aumentasse o nível de vida dos trabalhadores camponeses e que abastecesse as cidades do Norte do Paraná. Além disso, previa o envio dos produtos com maior valor de mercado à exportação.

Contudo, até 1970, na região de Maringá e de Londrina, tal tendência não se concretizou. De acordo com Cancian (2001), as terras da região eram férteis para a cafeicultura e apenas a grande geada de 1975 encerrou esse ciclo econômico. Com ele finalizado, uma agricultura mais diversificada era almejada, devido à chegada de novas culturas, como a do milho, da soja, do feijão e do arroz, que deram o pontapé inicial para uma nova fase da agropecuária regional: a do agronegócio, mecanizado e produzido em escala industrial para exportação.

Neste sentido, a ocupação do território Norte do Paraná atraiu a atenção de muitas pessoas que, buscando o “Eldorado paranaense”, como era descrito nas propagandas das companhias colonizadoras, principiaram conflitos classistas entre as várias personagens da atividade. Todavia, os embates não eram eventos exclusivos do Paraná, mas também dos trabalhadores do Brasil. As Ligas Camponesas, que estavam em intensa atividade pelo país, reivindicavam direitos para os trabalhadores rurais, assim como a Revolta do Quebra-Milho, ocorrida em Porecatu, nos anos 1940 e 1950, o que demonstra as tensões existentes no meio.

Foi neste contexto que surgiu o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), sancionado em 1963, pelo Presidente João Goulart, que desejava mediar a relação capital-trabalho no campo, como veremos a seguir.

2.2 O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), sancionado em 1963, no governo do Presidente João Goulart, altera, de maneira decisiva e impactante, toda a estrutura agropecuária do Estado do Paraná. Junto dele, os programas de modernização, erradicação e diversificação da agricultura foram promovidos pelo Grupo de

Erradicação e Racionalização da Cafeicultura (GERCA), bem como a difusão do agronegócio pelas terras paranaenses. O estatuto tinha por objetivo otimizar e regulamentar as relações entre patrões e empregados. Ele era a antessala das chamadas “reformas de base”. O mandatário federal planejava implantá-las no país, mas lhe custaram, no ano de 1964, dentre outros fatores também, o cargo e a democracia nacional, já que os militares tomaram o poder naquele ano.

Esta nova lei, que visava a melhora da condição do homem do campo, não obteve boa aceitação dos latifundiários, em especial, daqueles ligados às grandes lavouras de café. Eles alegavam “não ter lucros suficientes com o café para cumprir os novos direitos trabalhistas garantidos ao trabalhador rural, os grandes proprietários desarticularam o colonato” (CARVALHO, 1991, p. 7). O regime de colonato, assim, permitia que a remuneração do trabalhador fosse contabilizada conforme a quantidade cultivada de pés de café, individualmente.

Além disto, o colono poderia plantar outros gêneros alimentícios, em partes da terra não destinadas ao principal produto da fazenda (na grande parte, ao café). Essa medida reduz o custo da mão de obra, porque os fazendeiros não precisavam arcar com a alimentação dos empregados, que plantavam o que consumiam na terra lhes destinada.

Nestas colônias, a preferência de contratação recaía sobre as grandes famílias. Isso ocorre porque, quanto maior fosse a base familiar, mais pessoas estariam ligadas ao cultivo da terra, então, o custo *per capita* da manutenção e dos trabalhadores rurais diminuiria consideravelmente. As formas de controle também possuíam extrema rigidez, sendo proibido que os colonos participassem de quaisquer sociedades ou associações entre si. Por isso, não faltavam tensões entre os colonos e os fazendeiros, em especial, no tocante à distribuição de renda e aos pagamentos, bem como à pressão dos patrões por produções cada vez maiores e mais lucrativas, em um processo de exploração que desagradava o trabalhador, mesmo se os patrões demonstravam uma relação de paternalismo e/ou de dependência em relação ao seu empregado.

Este sistema só funcionou por tanto tempo, porque as duas partes (trabalhador e patrão) conseguiram, de maneira mais ou menos violenta a depender da época, estabelecer uma cultura de dominação. Nessa relação, o dominador (patrão) oferecia as condições de subsistência para o dominado (trabalhador) permanecer por aquelas terras e servi-lo com a mão de obra braçal, gerando lucro

para a propriedade. Isso era visto pelos grandes cafeicultores como uma opção para manter trabalhadores baratos em uma rígida cadeia de comando.

Ao permitir que o camponês cultivasse o seu alimento em terras que não fossem destinadas ao cultivo do café, o patrão não lhe pagava a remuneração em dinheiro, mas, sim, em alimento, o que resolvia o problema da falta de mantimentos nas fazendas. Esse regime favoreceu (e muito) a expansão cafeeira no Norte do Paraná e aumentou a dependência nacional de apenas uma grande cultura de *commodities* para exportação. O sistema era observado praticamente em todas as grandes propriedades da região que utilizavam esse tipo de trabalho para obterem os seus lucros (BOECHAT, 2009).

Boechat (2009) discute as condições da cafeicultura pré-existentes no Estado de São Paulo, mas os seus apontamentos também indicam caminhos de análise para a produção agrícola do Paraná. O autor aponta que a relação patrão-empregado nem sempre mantém os trabalhadores nas terras. As condições impostas eram desumanas, com multas injustificadas, aplicadas pelos patrões, além de doenças na família e toda a sorte de intempéries, às quais os camponeses estavam submetidos para conseguir o seu sustento. Sendo assim, havia variados casos em que muitos colonos, descontentes com a vida que possuíam nas fazendas, fugiam de madrugada, antes mesmo de seus contratos vencerem.

Não são muitos os casos em que os colonos conseguiram um capital suficiente para enriquecer, uma vez que as chances de isso acontecer eram pequenas. Elas dependiam de uma combinação extensa de fatores, tais como: a falta de doenças na família, a honestidade do patrão na aplicação de multas e a possibilidade de vender o excedente de seu consumo no mercado mais próximo, o que nem sempre era possível, dada a distância da fazenda até o centro comercial mais próximo (BOECHAT, 2009).

Marcus Dezemone (2008), em sua tese *Do Cativo à Reforma Agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*, aponta que o colonato se dividia em três pilares muito bem definidos em sua configuração.

O primeiro deles era que o controle da terra estava nas mãos dos fazendeiros, através da propriedade privada, reconhecida pelo Estado e por outros atores econômicos rurais, incluindo, os próprios colonos. As propriedades, mesmo que obtidas de maneira escusa e/ou por meios ilícitos, conferiam aos fazendeiros o

poder de império, isto é, de dispor do uso da terra da maneira que julgassem adequado (DEZEMONE, 2008).

A história do colonato poderia ser contada a partir das limitações que foram impostas a esse poder, que não tem um ordenamento jurídico exclusivo, embasado pela constituição, mas apenas uma dimensão espiritual. A presença do proprietário nas terras parece inculcar, no trabalhador rural, a ideia de que aquele senhor não é somente o dono da propriedade, é também o seu patrão e, em muitos casos, até mesmo, o seu pai.

O segundo pilar deste sistema foi o uso da mão de obra livre que, ao contrário da escrava, teria a possibilidade – destacamos aqui o termo possibilidade – de deixar as terras do patrão em caso de descumprimento dos contratos de trabalho assinados. Contudo, isso nem sempre acontecia. Como explicado anteriormente, os grandes fazendeiros encontraram métodos de realizar uma espécie de trabalho análogo à escravidão, por meio de dívidas crescentes que forçavam os colonos a permanecerem naquelas terras indefinidamente, por vezes, a vida inteira.

Por fim, o terceiro pilar diz respeito às circunstâncias agrícolas pré-existentes, em geral, bem como às da atividade cafeeira, em particular, que viabilizaram a manutenção e a reprodução do sistema de colonato. Enquanto isso, ele mantinha as condições mínimas para o seu desenvolvimento, com condições materiais e simbólicas, satisfatórias aos proprietários de terra e aos camponeses (mesmo que o sentido de “satisfatório”, para ambos, tenha um referencial completamente oposto). A substituição da escravidão pelo colonato permitiu a troca do escravo comprado pelo escravo “pago”, porque o trabalho realizado pelos homens do campo era semelhante e a ideia de mantê-lo preso à terra permaneceu como o pilar central do novo modelo de exploração da terra, apesar de ser de modo mais velado.

Para além do sistema de colonato, outra maneira a qual os proprietários de terra recorreram para gerir os seus negócios, que, com o passar do tempo, foi-se concretizando como um modo mais rentável de produção do que o sistema até então dominante, foi a chamada parceria.

Aplicada pelos pequenos e médios fazendeiros, a parceria, como explica Carvalho (1991), tinha o objetivo de precaver os grandes prejuízos causados pelas geadas. Nesse sistema, era feita uma parte do pagamento pelo uso da terra, por intermédio dos “parceiros” (ou “porcenteiros”), para o dono da terra, antes do plantio e da colheita do café se iniciarem. Desse modo, o proprietário garantia que, mesmo

em caso de uma geada destruir a sua plantação, uma parte do seu lucro estaria garantida, com mais segurança e tempo para o reinício do cultivo e replantio.

Compreendemos melhor a relação trabalhista dos 'porcenteiros' de café se levarmos em conta duas ideias: a necessidade de um trabalhador que desempenhe as tarefas específicas à agricultura comercial do café e a mudança jurídica que os proprietários impuseram nos contratos de trabalho para que estes trabalhadores não fossem enquadrados na legislação que havia sido recém aprovada pelo presidente Goulart em relação ao trabalhador rural. Essa 'adaptação' se concretiza quando observamos que o 'porcenteiro' realiza as mesmas tarefas que o colono realizava no canal [...], tem acesso ao cultivo da terra (lavoura branca intercalar ou não) como parte da remuneração, além do recebimento de 'diárias' por tarefas desenvolvidas na propriedade ligadas ou não ao café (serviços gerais como limpeza, manutenção etc.) (CARVALHO, 1991, p. 20).

Difícilmente os proprietários de terras permitiam que o trabalhador rural tivesse acesso, muito menos direito, às benesses concedidas pelo Estatuto. Isso porque eles sempre buscavam maneiras criativas de ocultar-se de suas responsabilidades empregatícias. Assim, para driblar ainda mais a legislação, contratavam, mas não assinavam a carteira dos seus empregados.

Além dos colonos e dos parceiros, havia uma terceira relação de trabalho muito presente no campo paranaense, entre as décadas de 1960 e 1970. Ela surgiu após a era do café e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), cujo trabalhador desse sistema era chamado de "boia-fria". Eles são indivíduos intermitentes que, quando a lavoura campestre se encerrava, iam para as periferias das grandes cidades ou para os grandes centros em busca de empregos, retornando para o campo, quando mais uma safra se iniciaria. Estavam sujeitos a, diariamente, deslocarem-se do campo para a cidade, e vice-versa, no sentido da localização onde existiam empregos.

De acordo com Casagrande (1983),

Na conceituação de trabalhador rural-volante, comumente conhecido como 'boia-fria', nos identificamos com o entendimento segundo o qual é 'o trabalhador rural que, residente na zona urbana ou suburbana, presta serviços na zona rural, mediante salário, geralmente em diferentes propriedades agrícolas ou pecuárias. É contratado pelo 'turneiro', 'gato' ou 'empreiteiro', o qual lhe faz os pagamentos e o transporta geralmente em caminhão. (CASAGRANDE, 1983, p. 3).

Em anos recentes, houve diversas denúncias e casos de boias-frias flagrados sob exploração de trabalho escravo ou semiescravo, o que tornou essa classe um tema constante na luta por direitos humanos. Eles vivem de trabalhos mal remunerados, mudando constantemente de trabalho para que tenham algum dinheiro para sobreviver.

Os boias-frias surgiram devido ao trabalho assalariado nas propriedades rurais (CASAGRANDE, 1999). Em sua grande maioria, eles eram assalariados e moravam nas fazendas ou em colônias com dezenas de casas, onde, além de receber o salário, podiam fazer pequenas lavouras, cuja colheita vendiam ao próprio fazendeiro ou nas cidades próximas. Com a grande mecanização das lavouras e a impossibilidade de as fazendas manterem pessoas assalariadas, eles foram em êxodo para as cidades.

Muitos destes trabalhadores se deslocavam até a cidade para obter alguma renda com o trabalho no meio urbano. A cidade os atraía pelas políticas de bem-estar social, que, mesmo que insuficientes, dava-lhes uma perspectiva melhor do que a do campo, onde, na maior parte das vezes, a melhor assistência médica, hospitalar e/ou educacional que possuíam era a dos curandeiros, parteiras e professoras locais, que nem sempre supriam as menores necessidades básicas das pessoas do campo. Sem perspectiva de vida no meio rural, eles iam para a cidade, dispondo-se a realizar qualquer atividade em troca de qualquer remuneração. Assim, a miséria proliferava-se nesse setor, uma vez que não havia muitos trabalhos disponíveis na cidade (dada a experiência exigida), nem a vida rural lhes conferia a expertise necessária para uma vida laboral urbana.

A situação deplorável a qual os trabalhadores estavam submetidos é descrita por Maria da Conceição D’Incao (1979), que entrevistou alguns deles na região da Alta Sorocabana, nos anos 1970:

Casebres de madeira velha, de 1 a 4 cômodos, construídos pela própria família ou alugados; chão batido ou cimentado, água de poço e privadas de fossa negra, mesa e uns poucos bancos; fogão a lenha ou a pó-de-serra, um armário e algumas camas – sempre, é claro, em número inferior ao número de pessoas – e latas servindo de panelas. [...] Crianças seminuas e subnutridas, e adultos muito doentes em grande frequência (D’INCAO, 1979, p. 94).

Este trabalhador rural, que, anteriormente, era colono nas fazendas, onde já havia situações precárias de vida e subsistência, ao mudar-se para a cidade, a sua

situação ficou ainda mais precarizada. Na colônia, os alimentos e os meios de produzi-los, por mais básicos que fossem, ainda estavam disponíveis pela mão de obra do camponês. Na cidade, essa possibilidade não existia. A única opção era comprar os produtos. Contudo a renda era insuficiente até para as compras mais básicas, o que o obrigava, conforme o dito da época, a “vender o almoço para pagar a janta”.

A principal característica do boia-fria não era apenas a refeição ingerida fria, mas também a forma de sua contratação, pois ele era contratado para desempenhar determinada função por pouco tempo, sem nenhum tipo de vínculo trabalhista, recebendo pelo período de serviço prestado e sendo dispensado logo em seguida. Portanto, esse trabalhador não possuía os direitos trabalhistas estabelecidos pelas leis quando era contratado na cidade, nem pelo Estatuto do Trabalhador Rural, quando era chamado para trabalhar nas fazendas.

A pessoa geralmente responsável pela contratação destes boias-frias era o famigerado “gato”. O gato chegava de madrugada nas cidades, em alguns locais pré-estabelecidos (em geral, nas rodoviárias das grandes cidades), anunciando as vagas de emprego para os trabalhadores da região, embarcando-os em direção às fazendas onde eles executariam o labor.

Prado Jr. (2000), em suas pesquisas documentais sobre os trabalhadores do interior de São Paulo, apura que os caminhões que realizavam o trajeto da cidade para a zona rural transportavam, quando havia algum tipo de conforto, 50 pessoas, e até 70, quando lotados, em percursos de 40 km, 50 km ou até mais quilômetros, como no caso das fazendas mais afastadas do centro de Itapira (SP). O autor constata também que, nos dias da colheita, quando um número maior de trabalhadores era exigido para a produção, mais de 80 caminhões levavam os trabalhadores aos locais de trabalho. Porém, diariamente, mais de 1.500 pessoas, na cidade paulista, procuravam emprego ou eram abordadas nesse sistema, com idades entre 12 e 68 anos (PRADO JR., 2000).

O dono das terras combinava com o “gato” um valor pela diária de cada trabalhador, retirando o custo do transporte de ida e de volta. O valor variava conforme a idade do trabalhador, pois, se fosse mais velho, demandaria mais recursos e assistência do que os mais novos, logo, o custo da viagem aumentaria. Por essa razão, trabalhadores jovens e fortes eram priorizados pelos “gatos”, para que o custo da viagem de ida e volta fosse o menor possível.

Stolcke (1986) denomina o “gato” como uma espécie de “turmeiro”, ou seja, aquele que organizava as turmas de trabalhadores, algo muito característico das fazendas do interior de São Paulo. Esse turmeiro desempenhava papéis diversos e de suma importância nesse contexto, uma vez que os trabalhadores sazonais não eram mais incentivados pela produção ou pelo potencial produtivo que eram capazes de ter, pois os seus rendimentos já eram pré-determinados antes de iniciarem a jornada de trabalho. Tal situação poderia afetar o seu desempenho e a sua produtividade, haja vista que, mesmo se o trabalhador produzisse uma pequena ou uma grande quantidade de produtos, no final do dia, receberia o mesmo valor. Portanto, o turmeiro era uma espécie de fiscal nas lavouras, encarregado de manter a disciplina do trabalho e a maior produtividade possível por meio do boia-fria contratado (STOLCKE, 1986).

Este modal de trabalho rural é justificado pelos fazendeiros, muitas vezes, como consequência nefasta do Estatuto do Trabalhador Rural. O boia-fria teria sido a maneira que os proprietários teriam encontrado para substituir o colonato, sistema que também permitia que o empregador burlasse os compromissos expressos pelo estatuto.

A partir desta explicação, o contexto da escolha da mão de obra do boia-fria poderia ser entendido, segundo D’Incao (1979), a partir do comportamento empresarial, que se baseia no cálculo do custo mais vantajoso dos sistemas de exploração. Nele, o uso de trabalhadores sazonais ou volantes era ainda mais vantajoso do que o sistema de colonato, pois não prendia o trabalhador à terra, nem o patrão precisava assistir ao seu empregado, sequer destinava uma parte da terra à produção de gêneros alimentícios para o camponês, podendo destinar todas as áreas de sua propriedade ao seu lucro próprio. Sendo assim, alguns desses fatos parecem ligados diretamente ao sistema capitalista, o qual ganhou espaço no mundo rural, à medida em que compreendia a agricultura como algo rápido e potencialmente favorável ao lucro, diminuindo, cada vez mais, os gastos com mão de obra da classe trabalhadora.

Além do referido estatuto, as constantes geadas que duramente atingiam a cafeicultura na região serviam de pretexto para a mudança nas relações de trabalho e, em boa parte dos casos, do tipo de cultivo em cada área. Todavia, a decisão do governo de encerrar o já consagrado apoio dado à cafeicultura (que vinha desde a

época imperial) foi política. Ela não se moveu devido a fatores ambientais e/ou econômicos.

O propósito foi direcionar a agricultura para uma nova cultura, que começava a gerar muitos dividendos aos cofres do Estado e dos agricultores: a soja. Essa nova planta obteve sucesso entre os ruralistas, pois os cafezais puderam ser convertidos em pés de soja e as condições de solo e de clima necessárias para o plantio do café são muito similares para o da soja. Até os dias atuais, desde que a cultura da soja ultrapassou a da cafeicultura como carro-chefe da agricultura nacional, ela é a grande estrela do Brasil na agricultura internacional.

Os trabalhadores, por sua vez, foram demitidos das fazendas. Geralmente, isso era justificado pelas constantes geadas que acometiam os cafezais, prejudicavam os lucros dos patrões, o que impedia o pagamento dos salários. Eram os trabalhadores que eram prejudicados nessa situação. Muitos deles alegaram o não recebimento de seus direitos trabalhistas já estabelecidos por lei, e, mesmo vencendo ações na justiça, eram raras as vezes que eles conseguiam algum retorno financeiro às suas demandas.

Na década de 1960, os grandes fazendeiros começaram a substituir a cafeicultura por outras culturas que não precisavam de uma grande quantidade de mão de obra para a sua manutenção. Tanto os agricultores que continuaram com o café quanto os que estavam em processo de destruição dos cafezais e de substituição pela cultura da soja tinham encontrado, no ETR, algum pretexto para expulsar famílias inteiras de suas propriedades.

Para Verena Stolcke (1986), o estatuto, ao incluir aqueles que viviam em regime de colonato e de parceria em suas disposições, colocou em risco a forma de apropriação do trabalho excedente nas fazendas, pois uma das questões que mais irritou os proprietários foi a estabilidade e a indenização, destinadas a regimes de trabalho que possuíam contratos anuais. O dono de terras que precisasse, ou tivesse o interesse de demitir trabalhadores de suas propriedades, só poderia efetuar as demissões perante o pagamento de uma indenização. O documento normativo, apesar de permitir descontar do trabalhador os custos com estadia, alimentação, saúde etc., o valor era limitado dentro de uma determinada porcentagem.

As culturas alimentares cultivadas pelo próprio trabalhador não podiam ser descontadas do salário, o que teria gerado uma enorme irritação, uma vez que,

anteriormente à promulgação desta lei, o rendimento com os cultivos alimentares podia, sim, fazer parte da remuneração do trabalhador (STOLCKE, 1986).

Esta peça de legislação garante diversos direitos aos trabalhadores rurais, os quais estavam completamente alijados de quaisquer seguridades no sistema de colonato. Os principais componentes da lei, de acordo com a legislação, foram:

- 1) Torna-se obrigatória a carteira profissional para todos os trabalhadores rurais, que contém, além de dados pessoais, também detalhes sobre o tipo e a duração do contrato de trabalho, e tem a finalidade de ser utilizada em conflitos diante da Justiça do Trabalho e do Seguro Social.
- 2) Todo empregado na economia rural acima de 16 anos tem de receber, pelo menos, o salário-mínimo previsto pela lei, estipulado regionalmente.
- 3) A jornada diária é de 8 horas, com uma pausa no meio para alimentação. Horas extras e trabalho noturno são remunerados com um aumento de 25% sobre o salário normal.
- 4) Além de um dia de repouso remunerado por semana, todo trabalhador tem direito, após 12 meses de trabalho e com não mais que 6 dias de faltas nesse período, a 20 dias de férias remuneradas.
- 5) No caso de rescisão de um contrato de trabalho assinado com base em prazo indeterminado por parte do empregador, este tem de pagar ao trabalhador rural um salário mensal para cada ano de trabalho – com exceção do período probatório de um ano – como indenização.
- 6) Depois de 10 anos de serviço, o trabalhador rural alcança a estabilidade e não pode ser demitido, a não ser que tenha cometido erros graves.
- 7) Para o seguro social dos trabalhadores rurais e seus familiares dependentes, o empregador tem de pagar o equivalente a 1% do valor dos produtos agrícolas produzidos por ele. O assegurado paga uma contribuição anual que corresponde a 8% do triplo ao quádruplo do salário-mínimo (BRASIL, 1963, p. 1).

Desta feita, os contratos de trabalho, que, no sistema anterior, eram feitos de maneira verbal, conhecidos como “feitos no fio do bigode”, eram informais. Contudo, esses documentos eram validados com um registro que deveria ser reconhecido em cartório, com anuência de direitos e de deveres tanto para o empregador como para o empregado. Ao empregador, também era facultado o direito de descontar 20 por cento do salário do empregado para o aluguel de uma casa em sua propriedade, e não podia passar de 15 por cento o desconto para a compra de produtos alimentícios.

Sobre o estatuto, Oliveira (2017) aponta que:

Com a implementação das leis do ETR, inicia-se um processo de demissão em massa, pois muitos advogados percorrem áreas rurais

estimulando com que trabalhadores processem seus patrões, e estes não estavam mais dispostos a criar vínculos e responsabilidades com seus empregados. Essa nova massa de trabalhadores sem emprego, acaba migrando para a cidade, e espera novas oportunidades de arranjar trabalho e sustento para suas famílias, agora em uma nova relação que é uma nova categoria de trabalhador rural, o 'trabalhador volante', mais conhecido como o boia-fria (OLIVEIRA, 2017, p. 41).

O sistema de colonato iniciava, neste sentido, uma lenta decadência que levaria, por fim, à sua extinção. Uma vez que não era mais necessário ao empregador manter uma estrutura para abrigar o trabalhador rural e a sua família na fazenda, além da permitida compra da força de trabalho individual do camponês por um salário diário, foi verificado que adotar esse sistema era o mais vantajoso ao fazendeiro, até porque lhe garantia lucros e poucas responsabilidades advindas de um contrato com o seu empregado. Caso ocorresse qualquer problema com aquele trabalhador, poderia simplesmente não o contratar para trabalhar na sua lavoura, no dia seguinte.

Entretanto, a implantação da legislação na prática foi muito difícil. Enquanto no papel, a nova lei trazia benefícios e seguridades nunca experimentados pelos camponeses, na prática, o mundo do trabalho foi diferente. Isso se explica, em grande parte, pela instabilidade política vivida no Brasil daquele período, o que gerou uma lacuna na fiscalização da aplicação do estatuto que impedia a sua plenitude. O governo central, liderado por João Goulart, caiu diante de uma intervenção golpista dos militares, em conjunto com os setores da sociedade civil, que via, em Jango, uma espécie de "perigo comunista", que nunca se comprovou, bem como outros fatores menos importantes.

Esta instabilidade atrasou o início das fiscalizações em alguns anos. Apenas em 1967, elas voltaram a ganhar força. Coincidentemente com esse período, dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES) (ESTADO DO PARANÁ, 1975) demonstram que a massa de trabalhadores rurais desempregados cresceu 150 por cento, no triênio 1967-1970, em comparação aos anos anteriores. No período, algumas das justificativas dos cafeicultores para explicar as demissões foram as frequentes geadas e a falta de subsídios para a cafeicultura, em função do advento da soja e da baixa produção da terra (PRADO JR., 2000).

Em consequência, podemos perceber a redução do trabalho campesino a partir dos dados trazidos no *Projeto Planejamento de Recursos Humanos: análise da*

oferta e demanda de recursos humanos no Paraná. Em 1961, no Norte do Paraná, 284.000 famílias trabalhavam no cultivo de café, o que representa, aproximadamente, 1.45 milhões de pessoas (ESTADO DO PARANÁ, 1975). Com a erradicação das grandes plantações de café, pelo programa estabelecido pelo GERCA, com a adoção de outras culturas mais simples e rentáveis, como o milho e o feijão, aproximadamente 23.000 famílias na mesma região perderam o emprego, o que corresponde mais ou menos a 120.000 pessoas, sendo quase a metade da mão de obra empregada na cafeicultura (ESTADO DO PARANÁ, 1975).

Alguns proprietários que erradicaram as plantações de café de suas fazendas continuaram empregando as famílias por algum período, pois, com a substituição do café pelas novas culturas, era necessária uma reestruturação da produção rural. Porém, com a reestruturação finalizada, os agricultores foram despedidos, afinal as novas culturas introduzidas no meio rural não demandam um grande volume de mão de obra.

A introdução do maquinário agrícola, trazido pela Revolução Verde, alterou completamente o panorama da produção rural global, ao substituir a mão de obra e o tempo de produção humana pela agilidade e eficiência das máquinas. Outro exemplo que pode ser dado é a substituição da lavoura pelo pasto. Em um mesmo espaço, a lavoura demandava o trabalho de 40 homens, já o pasto requer apenas um peão para cuidar dos bois. Logo, a redução da mão de obra era benéfica ao empregador: ele pode cortar custos e dinamizar a produção às custas dos empregos dos camponeses.

Por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), criado durante a década de 1960, extinto em 1973, os trabalhadores começaram a ser registrados conforme a regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso representou uma garantia de direitos para os trabalhadores rurais, que, durante anos, foram explorados pelo sistema de colonato, seguindo as regras dos seus “patrões”. No decorrer dos anos, após a implantação da lei, os donos de terras buscaram driblar a legislação ao contratar trabalhadores informais. Surgiam, assim, os boias-frias.

3 COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE OS EFEITOS DA GEADA PELO JORNAL O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ E GAZETA DO POVO

As geadas são eventos climáticos que produzem apreensão e ansiedade em todos que fazem do campo e do meio rural o seu modo de vida e o local para as suas atividades cotidianas. Como o Estado do Paraná é, eminentemente, de intensa atividade agrícola, os efeitos das geadas são superestimados pela mídia, que, ao longo dos anos, adota perspectivas deveras pessimistas sobre os impactos delas sobre as plantações.

Analisar o ponto de vista midiático dos eventos ocorridos em solo do Norte paranaense, em julho de 1975, evidencia que, para os veículos de comunicação, uma perspectiva de catástrofe e de encerramento da atividade cafeeira na região era interessante não apenas porque a geada dizimou os cafezais, mas também devido às intenções que determinados grupos sociais possuíam de imprimir essa narrativa na memória das pessoas, de modo a legitimar que a geada fora a responsável pelo encerramento da era da cafeicultura no Paraná. Isso, depois, mostra-se uma narrativa falsa, porque a produção de café, até os dias atuais, no Paraná, é uma das âncoras da estrutura agrícola regional.

O evento de 1975 recebeu uma ampla cobertura midiática, ultrapassando as fronteiras do Norte do Paraná, do Brasil e da América do Sul. Jornais como *The New York Times*, *The Washington Post*, dentre outros, noticiaram a geada como a mais danosa para a agricultura brasileira em toda a sua história. A Figura 3 ilustra uma das notícias.

Figura 3 – Notícia, em destaque, da geada no Norte do Paraná

London Issue: 30,000 Squatters
As Shanty Towns...
More No Churn

Frost in Brazil Said to Ruin Half Oil Cakes Crop and Peril Herds

3-DAY SALE! THURSDAY, FRIDAY AND SATURDAY
TRUCK
Sears
SEARS BIGGEST SALES OF THE YEAR!

HUNDREDS OF WANTED ITEMS ON SALE THROUGHOUT THE STORE! SHOP EARLY!

Lawn Mowers Power Tools

Continental 22 in. Push Mower	179 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	119 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	109 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	119 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	229 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	249 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	129 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	209 ⁰⁰

Paint Sprayers Paint

Continental 22 in. Push Mower	299 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	21 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	37 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	3 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	1 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	39 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	3 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	5 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	219 ⁰⁰

Appliances

Sears Feature-Packed Appliance Values!

Continental 22 in. Push Mower	249 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	629 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	149 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	179 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	69 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	49 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	69 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	209 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	189 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	139 ⁰⁰

Sporting Goods

SAVE \$60

Continental 22 in. Push Mower	199 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	249 ⁰⁰
Continental 22 in. Push Mower	269 ⁰⁰

USE SEARS EASY PAYMENT PLAN
SATISFACTION GUARANTEED OR YOUR MONEY BACK

Fonte: Frost... (1975).

O jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, noticiou as condições apocalípticas de refugiados da geada, invadindo a cidade e causando um verdadeiro caos entre a população da capital. Já *O Diário do Norte do Paraná* anunciou a devastação e as perdas causadas pelos agricultores em suas plantações. Diversos outros periódicos, revistas e jornais foram taxativos ao declarar que a cafeicultura paranaense estava encerrada.

Figura 4 – Manchete da *Gazeta do Povo*, noticiando o “apocalipse” que se aproximava

DESEMPREGADOS DO CAFÉ PODEM INVADIR CIDADES!

Outra consequência das geadas que acabaram com os cafezais no Paraná poderá ser sentida em poucos meses, caso as autoridades não tomem logo providências. Mais de 1.500.000 pessoas que vivem diretamente ligadas a cultura do café, não tendo outro meio de subsistência, poderão procurar nas cidades os empregos que lhes garanta o pão de cada dia.

Os cálculos são otimistas, dizem os especialistas, analisando o fato partindo-se do princípio que cada pessoa cuida de três mil pés de café. Cerca de 900 milhões de pés foram construídos, pode-se dizer que pelo menos 300 mil pessoas ficaram sem empregos, como colonos. Como cada uma delas têm em média 4 dependentes, pode-se concluir que mais de 1.500.000 pessoas estão já procurando outra forma de continuar a viver.

São os “Boias-frias”, que agora tomam a preocupação do governo, merecendo inclusive relatórios especiais, sempre foram mesmo “esquecidos”, desde que se implantou o sistema agrícola paranaense.

Somente em Londrina, calcula-se que 50 mil dos 300 mil habitantes, sejam “Boias-frias”, cuja rotina diária é subir no caminhão, cruzar os campos até as fazendas de café, esparramar o cisco, tratar da capina varreção e colheita. Além disto, seus ganhos mal dá para o sustento, vivendo “pendurados” nos armazéns onde fazem as compras mensais.

NA CIDADE

Caso a situação agrícola no Interior do Estado não receba logo um novo impulso, dando condições não apenas aos agricultores proprietários de terras, mas também ao povo humilde, poderá haver uma fuga destes últimos para as cidades maiores, onde procurarão se empregar.

A situação ficará então mais difícil, pois a maioria deles não têm documentos, e nem treinamentos para desempenhar qualquer trabalho mais qualificado.

A esse dilema soma-se, por exemplo, em Curitiba, o trabalho de Assistência Social, feito a duras penas e com resultados sempre insatisfatórios. A maior parte dos problemas são justamente gerados pela chegada dos homens do campo, sem qualquer condição de assumir seu papel na cidade. Não encontrando trabalho que possam desenvolver ou tratamento médico que procuram, acabam, famílias inteiras, dormindo na sargeta, pedindo esmolas, ou até esquecendo a educação de bons princípios, recebidas no Interior do

“Pacote de Ações” é projeto da APSACA

Para os próximos meses a Associação Paranaense de Sociedades Anônimas de Capital Aberto, estará lançando uma campanha oferecendo “Pacotes de ações”. Representando um novo instrumento de captação de poupança, para acelerar o desenvolvimento do Estado, o pacote seria constituído por lotes com direito de voto em ações, por empresa interessada,

Estado, transformando-se em assaltantes, por força da necessidade, como muitas histórias já tem sido contadas.

Os postos de triagem social em Curitiba, podem resolver varios problemas, mas com a chegada de um contingente cada vez maior, e os recursos cada vez mais escassos, não apenas Curitiba, mas todas as cidades do Paraná poderão assistir a uma invasão de pedintes, desempregados e pessoas pobres nos próximos meses.

Participe deste Rallye em agosto

Com percurso previsto para 500 km, será disputada em agosto proximo uma prova de Rallye válida pelo campeonato brasileiro, tendo como ponto de partida e chegada a cidade de Curitiba. As inscrições já estão abertas desde o dia 21 de Julho e serão encerradas no dia 20 de agosto, na sede provisória do Rallye & Pista Motor Clube de Curitiba na rua Floriano Essénfelder, 210 - próximo ao Estadio Belfort Duarte - Fone: 23-6498.

Assim como as demais provas realizadas em nosso estado, o Rallye será organizado pela MLM, para o Rallye & Pista Motor Clube de Curitiba com a permissão da Federação Paranaense de Automobilismo. A exemplo do ano anterior esta prova de caráter nacional terá o patrocínio de CAMY RELOGIO S/A., que já tem assegurado aos participantes um premio total de Cr\$ 35.000,00.

A PROVA

Será disputada no sabado dia 30 e completando programa, domingo dia 31 haverá no autódromo um competição especial, na qual estarão concorrer todos os participantes do Rallye. O resultado será divulgado e os premios serão entregues após termino da disputa de domingo. Esta será a quarta etapa do campeonato brasileiro de Rallye que é realizada também como segunda etapa do campeonato estadual. Os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são circuitos do campeonato brasileiro de Rallye. O Paraná é o centro geográfico desta região que reúne grande numero de aficcionados deste esporte. É de grande importância a movimentação entre os participantes para serem em busca de patrocínio e preparo para seus circuitos. Haja vista que, esta modalidade e competição automobilística normalmente tem sido decidida em sua maioria em provas válidas para Campeonato Paranaense. O Rallye de nossa Capital será provavelmente um dos mais emocionantes.

Seminário em Curitiba volta atenção ao câmbio

Fonte: Desempregados... (1975, p. 3).

Em outro exemplo de como um evento climático pode ser abordado pela mídia, em 8 janeiro de 2013, aconteceram fortes chuvas com vento e granizo na cidade de Maringá, representando, em apenas um dia, 25 por cento do esperado

volumétrico de água para todo o mês. Nesse ínterim, o teto de um dos principais *shoppings* da cidade não aguentou a inesperada quantidade de água e desabou sobre os clientes, o que ocasionou ferimentos e destruiu parte de algumas lojas. O espaço comercial ficou fechado por algumas horas.

É interessante notar a maneira com que a direção do estabelecimento tratou o episódio, ao afirmar que “a quantidade inesperada de chuva desconectou um cano por onde passava a água e caiu sobre o teto, que não suportou o peso e cedeu sobre as pessoas” (CHUVA..., 2013, p. 1). Destacamos, nesse sentido, a clara oposição entre o homem e as forças naturais, quando o proprietário do estabelecimento tentou eximir-se de sua responsabilidade e de tomar medidas de segurança mais eficientes para que o episódio fosse evitado. Além disso, outro ponto que merece atenção é justamente o uso do termo “inesperado” por parte da direção do *shopping*, ao referir-se ao volume de água e aos ventos que atravessaram a região, como se fosse possível prever o acontecimento e a intensidade de determinadas situações.

Podemos tomar como parâmetro muitas outras coberturas midiáticas de grandes desastres ambientais: a recente tragédia de Brumadinho (MG), a queda de uma parte do penhasco em Capitólio (MG), as fortes chuvas na Bahia... Todos os ocorridos têm algo em comum: as coberturas midiáticas sempre investem na narrativa de uma catástrofe causada unicamente por forças naturais, mas não pela ação antrópica no meio ambiente.

Por esta perspectiva, a geada de 1975 não foi tratada de uma maneira diferente. Os jornais focalizam demasiadamente o fator catastrófico do evento e o arrasamento quase completo da agricultura local. Um exemplo é a reportagem de capa do *O Diário do Norte do Paraná*, de 19 de julho de 1975, que noticiou o extremo climático com a manchete “Geadas: café e trigo, os mais prejudicados”:

As geadas que se formaram ontem em todo o Paraná, prejudicaram a cafeicultura em sua totalidade, e a próxima safra de trigo em cerca de 50 por cento. As consequências foram tão graves, que o governador Jaime Canet Jr., acompanhado de uma equipe de assessores, viajou para o norte do Paraná, para aquilatar os danos causados especialmente à cafeicultura (GEADAS..., 1975a, p. 1).

Em todas as efemérides, a data é rememorada pela imprensa como uma tragédia, uma lástima. Inclusive, a trágica notícia toma as manchetes dos jornais sempre que se aproxima o aniversário dos eventos ocorridos em 1975. Há um

saudosismo de uma época gloriosa, mas já inexistente, repetindo, assim, o discurso do fim da cafeicultura como matriz de desenvolvimento do estado, como se ela já não mais representasse importância socioeconômica.

Esta descrição pode ser acompanhada na Figura 5, que, mesmo passados muitos anos da geada, o discurso da tragédia ainda permeia o imaginário popular. Dessa maneira, enxergar a geada negra como uma tragédia ambiental é reafirmar a posição de antigos grupos que tinham objetivos claros de encerrar a atividade cafeeira no Paraná sob essa falsa premissa.

Figura 5 – Especial de 26 anos da geada de 1975



Fonte: Dagani Neto (2001).

Os jornais *O Diário do Norte do Paraná* e *Gazeta do Povo* foram priorizados, nesta pesquisa, por serem os maiores veículos de comunicação da cidade de

Maringá e do Estado do Paraná, respectivamente, tendo uma enorme influência entre o público leitor maringaense e da região. Em 1975, os jornais produzem uma vasta quantidade de material, expondo a situação cafeeira estadual, além de publicar várias reportagens que revelam o momento, a posteriori.

Fundado em 29 de junho de 1974, *O Diário*, como é popularmente conhecido, dada a modernidade de seus equipamentos e da qualidade editorial, revolucionou a maneira de fazer jornalismo na Cidade Canção. Antes, um breve histórico dos periódicos na cidade merece destaque.

No ano de 1962, surge, em Maringá, a *Folha do Norte do Paraná*, resultado de uma ideia do então bispo da cidade, dom Jaime Luiz Coelho. Dois anos depois, Joaquim Dutra, paulista que chegou em Maringá, em 1950, como contador, mas que se tornou radialista e empresário, arrenda a *Folha*, em sociedade com Antônio Augusto de Assis, o diretor comercial.

Na Figura 6, vemos a capa do periódico, de 1974, destacando a eleição do segundo reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Rodolfo Purpur.

Figura 6 – Capa da *Folha do Norte do Paraná*



Fonte: Purpur... (1973).

A *Gazeta do Povo* é o jornal mais antigo que se encontra em circulação no Paraná, bem como o maior jornal do território paranaense (SAMPAIO, 2018, p. 27) e, mais recentemente, um dos maiores do Brasil.

Com a sua primeira edição publicada em 3 de fevereiro de 1909, o centenário jornal é o principal veículo de comunicação impressa do Paraná há muitos anos. Ele fez diversas coberturas importantes e históricas de fatos ocorridos em solo paranaense ao longo do século XX. Nos dias atuais, a versão impressa foi descontinuada, por isso, o seu público direciona-se às publicações do seu *síte* e ao portal de notícias. Ele é vinculado à Rede Globo de Televisão no Paraná (RPC). Além disso, é um dos poucos jornais do Brasil a emitir as suas opiniões políticas, sendo um dos principais propagadores das ideias da chamada Nova Direita.

A consulta ao acervo do jornal *O Diário do Norte do Paraná* foi realizada na Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de Maringá. Os periódicos estão disponíveis a toda comunidade, separados por mês e data de publicação. Essa catalogação das fontes viabilizou a pesquisa de campo documental. Entre os meses de julho e dezembro, encontramos 137 matérias publicadas que continham, em seu conteúdo, referências à situação da cafeicultura do Norte do Paraná, bem como da geada negra. Já a pesquisa no acervo da *Gazeta do Povo* se deu na Biblioteca Pública do Paraná (BPP), em Curitiba. Os periódicos naquela localidade encontram-se em poder do Estado do Paraná. 294 reportagens foram publicadas sobre o café no mesmo período.

Em suma, as reportagens sobre a cafeicultura dividem-se em três blocos distintos de análise.

No primeiro bloco, realizamos uma demonstração direta dos impactos causados pelas geadas no Norte do Paraná, bem como descrevemos o discurso de fim da cafeicultura no local, sobretudo, nas edições de 19 de julho de 1975 e da semana subsequente aos acontecimentos. Em segundo momento, discutimos sobre as necessidades de auxílio dos camponeses desabrigados pela geada e das dificuldades enfrentadas por eles, principalmente, no âmbito do êxodo rural, onde previa-se muitos desempregados, ocupando as grandes cidades da região.

Por fim, mas não menos importante, no terceiro bloco, revelamos questões ligadas ao novo momento da agricultura estadual. Aqui, procuramos legitimar, primeiramente, que a cafeicultura iria voltar ainda mais forte em 1976, recuperando-se do estrago da geada negra. Contudo, mostramos que, paulatinamente, o discurso se altera, ao exaltar a substituição da cultura cafeeira pelo plantio de soja, bem como a migração da produção do produto para o Nordeste, em especial, para a

Bahia. Logo, para fins didáticos, este texto se deterá em três momentos de análise, os quais serão expostos nos subtópicos a seguir.

3.1 Do deslumbramento ao luto: a neve em Curitiba e a geada no Norte

A semana do dia 18 de julho de 1975 foi fatídica na vida dos paranaenses, não apenas pelos eventos climáticos oriundos da Grande Geada do Paraná, mas também por um fenômeno tão raro quanto. Nessa semana, as condições climáticas excepcionais proporcionaram um evento que recebeu grande destaque da mídia: a neve havia chegado à cidade de Curitiba, o que não acontecia desde o ano de 1928. A população da capital, extasiada, celebrou o evento com muitas brincadeiras e felicidade, o que estampa as capas dos jornais de todo o estado.

O jornal *Gazeta do Povo* comunica naquele dia que a neve maravilhou os curitibanos: “O curitibano acordou mais cedo ontem e entre surpreso e extasiado pôde apreciar um espetáculo que em intensidade igual havia ocorrido apenas em 31 de julho de 1928” (NEVE..., 1975), como exposto na Figura 7. *O Diário do Norte do Paraná* também destaca a felicidade dos curitibanos com o notável evento, mas aborda as geadas que acometeram o Norte do estado.

Figura 7 – Capa *Gazeta do Povo* de 18 jul. 1975



Fonte: Neve... (1975).

Ao olharmos para a Figura 8, uma matéria da *Gazeta do Povo*, é perceptível o contraste entre o ocorrido em Curitiba e os fatos que se desenrolaram no Norte do Paraná.

Figura 8 – Outra versão do inverno curitibano



Fonte: Inverno... (1975).

Contudo, o clima de êxtase e de emoção rapidamente dá lugar aos relatos mórbidos de uma catástrofe. As reportagens de capa do dia 19 de julho de 1975 dimensionam o estrago feito à cafeicultura do Paraná. *A Gazeta do Povo* anuncia o cenário trágico com uma reportagem intitulada: “A geada destrói todos cafezais” (*A GEADA...*, 1975, p. 1), e *O Diário do Norte do Paraná* escreveu “Geadas: café e trigo os mais prejudicados” (*GEADAS...*, 1975a, p. 1) (Figura 9). Assim, essas reportagens compõem a memória coletiva dos paranaenses, evocando o imaginário de um passado saudosista, porém, ao mesmo tempo, triste.

Estas reportagens são veiculadas também quando os anos após a geada são lembrados. Inclusive, o fenômeno é retratado em diversos documentários e vídeos produzidos sobre a temática. O portal *GMC Online* (CREATIVE HUT, 2021), no dia 16 de maio de 2021, relembra os 46 anos após o extremo climático, evidenciando a reportagem d’*O Diário do Norte do Paraná*. Ainda em 2021, cerca de um mês depois, o canal do YouTube, *Maringá Histórica*, publica um documentário *on-line*, intitulado “Geada Negra de 1975” (*GEADA...*, 2021), trazendo a Figura 9, como parte integrante do seu conteúdo.

Já a Rede Globo, que, no Paraná, é representada pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), utiliza as matérias, principalmente da *Gazeta do Povo*, sobre os eventos ocorridos por diversas vezes ao longo dos anos em seus

telejornais. Tanto que é gravado um *podcast*, narrado com participação do Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori, em 17 de julho de 2021 (PODPARANÁ, 2021).

Para além de todos os exemplos citados, que evidenciam a importância e a magnitude da cobertura midiática de grandes eventos, a própria *Gazeta do Povo*, nas matérias sobre os 40 anos da geada, publica, no dia 17 de julho de 2015, uma reportagem com a imagem do jornal de 19 de julho de 1975 (ANTONELLI; FERNANDES, 2015). Com isso, a publicação *on-line* traz à tona memórias da manchete publicada um dia após a ocorrência da geada.

A reportagem d'O *Diário do Norte do Paraná* apresenta duas fotos: uma, da chegada do então governador do Paraná, Jayme Canet Júnior (que inclusive também era cafeicultor), à cidade de Maringá, para avaliar o impacto da geada; a segunda, do governador e da sua equipe em meio aos cafezais destruídos, como demonstra a Figura 9. Além disso, no decorrer da reportagem, é evidenciado que não apenas a cultura cafeeira foi totalmente arrasada, mas também a triticultura (plantações de trigo), afetada em cerca de 50 por cento.

Figura 9 – Capa de 19 jul. 1975, d'O *Diário do Norte do Paraná*



Fonte: Geadas... (1975a).

Ainda de acordo com o jornal, a situação era tão grave que requereu uma visita imediata do governador e dos mais importantes secretários do governo. Eles chegaram às 13h45min, do dia 19 de julho de 1975. No noticiário, é enfatizada a situação das outras culturas agrícolas, as quais também foram afetadas, como a do trigo, que perdeu 50 a 60 por cento da sua safra, a da fruticultura e a da sericultura.

Sendo assim, o estado vivenciava uma hecatombe que fez sucumbir não apenas os cafezais, mas todo um sistema agrícola, de acordo com a reportagem.

Por sua vez, o jornal *Gazeta do Povo* também produz importantes relatos sobre os eventos do dia 18 de julho de 1975. A sua reportagem de capa já impacta o leitor pelo título “A geada destrói todos cafezais”. Ela indica que a onda de surpresa e de alegria, ocorrida em Curitiba, no dia anterior, era o prenúncio de um cenário devastador no interior, conforme atestam a Figura 10 e a Figura 11.

Figura 10 – Capa do jornal *Gazeta do Povo*, de 19 jul. 1975



Fonte: A geada... (1975).

Figura 11 – Desolação do governador Jayme Canet Jr. com a destruição das plantações



Fonte: A geada... (1975).

O impresso *Gazeta do Povo*, por ser um jornal bastante abrangente e de maior circulação, faz uma cobertura muito mais ampla do que *O Diário do Norte do Paraná*, que era um jornal regionalizado, cujo intuito era o de informar apenas Maringá e região, ao contrário do jornal *Gazeta*, que possui, até os dias atuais, abrangência e influência em todo o estado. Dessa maneira, o jornal curitibano destinou várias páginas de sua edição de 19 de julho de 1975 e de dias subsequentes para comentar o impacto causado pela geada não apenas nos cafezais, mas também em toda a cadeia produtiva regional.

A chamada de capa, “A geada destrói todos os cafezais”, já indica a intencionalidade do jornal curitibano, na cobertura dos fatos, isto é, a de declarar a destruição irreversível dos cafezais do Norte do Paraná, como se os meios de

recuperá-los não existissem. Contrariamente, *O Diário do Norte do Paraná* descreve os acontecimentos, sem declarar o fim das atividades agrícolas no local.

Neste ponto, não desconsideramos que, há tempos, a cafeicultura, mesmo sendo um importantíssimo fator de desenvolvimento econômico para a região de Maringá, já não era o principal vetor econômico da cidade. Frisamos a não inclusão da região metropolitana nesta análise (Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu etc.), pois essas cidades sentiram muito mais os impactos do fenômeno climático do que a Cidade Canção. Isso porque o município estudado foi fundado com o intuito de ser um receptor dos produtos (inclusive, mão de obra) advindos das cidades-satélites que o beneficiaria. Esse modelo cooperativista perdura até os dias atuais, sobretudo, pela ação da Cooperativa Agroindustrial de Maringá (Cocamar), que recebe os produtos agrícolas da região e exporta-os.

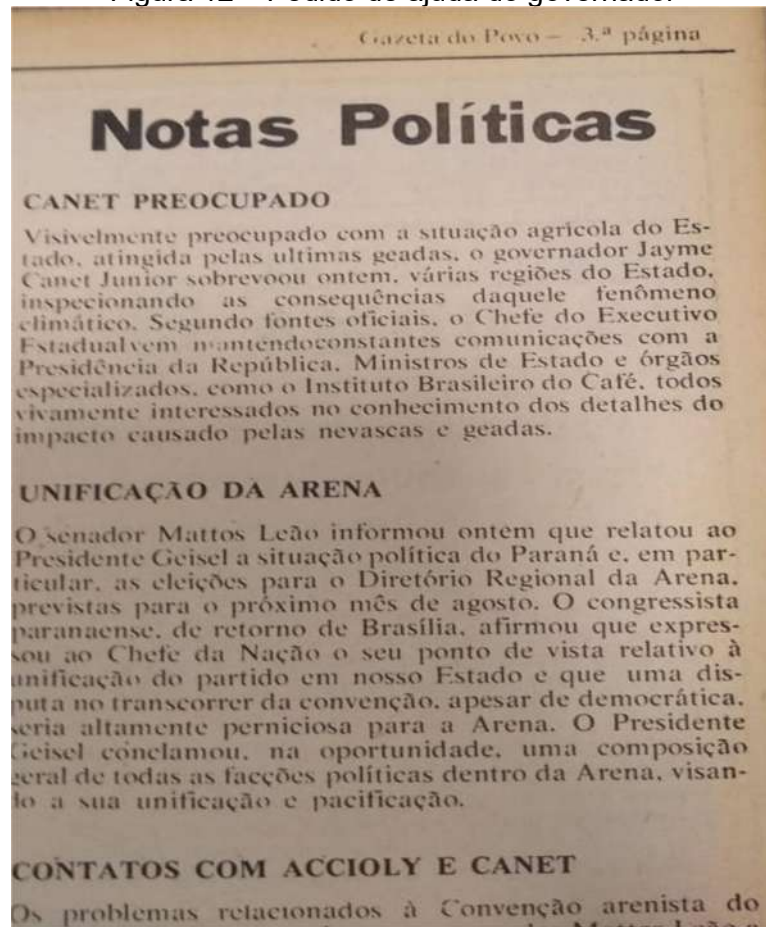
Para além destes fatores econômicos, desde a década de 1960, o patamar socioeconômico da região já se modificou com a introdução de culturas mais resistentes ao frio e às geadas. Registramos que esses eventos climáticos não eram incomuns naqueles locais, já que outras geadas negras tinham acontecido ao longo da história, sem, contudo, apresentar a dimensão e o impacto da ocorrida em 1975.

O governador paranaense da época, Jayme Canet Júnior, resume os acontecimentos com as seguintes palavras, registradas no livro *No tempo do Canet: a História do Paraná na década de 1970*:

Às sete horas da manhã, o avião que servia ao governador decolou comigo e alguns técnicos para um sobrevoo nas regiões cafeeiras. O panorama era desolador. Vi milhões de pés de café enegrecidos pelo frio, que havia queimado suas folhas e destruído seu potencial produtivo. Fizemos escalas nos maiores centros de produção do interior para nos reunirmos com agricultores e lideranças locais. O desânimo era geral. Afinal, o trabalho de muitos anos, até de vidas inteiras, deveria ser refeito para a terra voltar a produzir e gerar renda. Pior: o governo federal, preocupado com os impactos inflacionários da política cafeeira, há anos vinha tratando o setor a pão e água, com preços mínimos irrealistas e grandes restrições ao financiamento das lavouras (CASTOR, 2015, p. 47).

Nas edições subsequentes, principalmente na mesma semana, encontramos ainda mais reportagens sobre a geada. A edição de 19 de julho de 1975, de *Gazeta do Povo*, traz três imagens diretamente relacionadas aos efeitos do frio naqueles dias. Sobre a desolação o Governador do Estado, a Figura 12 demonstra-o preocupado com os efeitos da geada, ao conclamar a ajuda do Governo Federal.

Figura 12 – Pedido de ajuda do governador



Fonte: Gazeta do Povo (1975, p. 3).

A Figura 12 informa-nos que, assim que esteve a par dos acontecimentos e da dimensão dos estragos causados pela geada, o Governador Jayme Canet Júnior conclama ajuda imediata do Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Mais adiante, veremos que a ajuda prometida pelos militares à agricultura estadual reflete-se em um novo modelo de agricultura. Ele visaria não mais apenas a monocultura de exportação, mas também uma diversificação da agricultura. De acordo com o Governo Estadual, a medida coloca o Paraná em destaque nacional, pois, em uma década, ele já se destacava na “produção de 13 das 15 maiores variedades hortifrutigranjeiras de exportação” (CASTOR, 2015, p. 52).

Entretanto, o cenário da época era de desolação, tristeza e muita preocupação. A incerteza dos fatos subsequentes aumentava a ansiedade dos produtores rurais que, ao perder as suas lavouras, tinham de lidar com o café destruído, com a perda da safra e com as dívidas assumidas.

Figura 13 – Tentativa de alento e ânimo marcam o discurso do governador após a geadas



Fonte: Governo... (1975a).

Conforme observamos na Figura 13, o jornal curitibano também relata que, prontamente, o governador tentou animar os cafeicultores diante da triste situação, sendo ele próprio, inclusive, um dos cafeicultores afetados. O texto da matéria traz que, em visita à cidade de Maringá, o representante fez um apelo aos agricultores.

Em Maringá, num desses encontros, o Governador dirigiu um apelo aos agricultores no sentido de não esmorecerem no seu trabalho, pois se as geadas podem abalar a lavoura, não são porém nunca suficientemente fortes para vencer a fertilidade do nosso solo ou de diminuir o entusiasmo e a força de trabalho do homem do campo paranaense (GOVERNO..., 1975a).

Portanto, a visão estampada nos dias subsequentes à geadas, pela mídia impressa do Paraná, foi justamente a de que ela não interferiria na agricultura do local, e que a força de vontade do homem do campo paranaense seria maior do que a intempérie climática que se abatera sobre ele. Essa mudança de concepção ocorre porque o Palácio Iguazu entendia ser impossível a saída dos agricultores do meio rural para outros setores produtivos. Nas palavras do Governador:

Nos dias seguintes, trabalhamos para mobilizar todo apoio possível para os cafeicultores. Lançamos campanhas publicitárias para levantar o moral dos paranaenses. Mensagens como 'O Paraná volta

a ser verde!’ e ‘Lute onde você estiver’ buscavam auxiliar na recuperação da produção. Era preciso também refrear a tentação da população de abandonar o campo. As maiores cidades não ofereciam empregos nem condições de estrutura para alojar cerca de 300 mil desempregados (CASTOR, 2015, p. 89).

Neste sentido, entendemos que a mídia regional, ao mesmo tempo em que noticiava os tristes acontecimentos relativos à geada e à perda dos cafezais, também estava imbuída em uma campanha do Governo Estadual do Paraná, para evitar uma convulsão social que certamente seria causada, caso cerca de 300 mil agricultores que tudo perderam decidissem desistir de suas lavouras e ocupar as cidades em busca de sobrevivência. Com isso, notamos que o tom das reportagens subsequentes dos jornais é modificado, passando de um lamento e, até certo ponto, de morbidez, para uma tentativa de motivar os cafeicultores a ligarem-se às suas terras mais uma vez.

Esta política pode ser sentida com mais clareza ao analisarmos a edição de 21 de julho de 1975, d’*O Diário do Norte do Paraná*, que, em uma de suas matérias, traz os seguintes dizeres:

O comércio exportador de café não sentiu qualquer reflexo das geadas registradas no Paraná e sul de Minas no início da semana, segundo opinião de importantes empresários do setor. Como esse ramo é um importante indicador das tendências de preços internos, é de esperar que as cotações do produto não sofram quaisquer oscilações em decorrência da chegada dos dias mais frios nas regiões produtoras (CAFÉ..., 1975, p. 1).

Portanto, a ideia transmitida pelo governo e imprensa ao agricultor do interior, após os acontecimentos da geada, era a de que os eventos não haviam sido tão catastróficos. Tentaram, de alguma maneira, evitar o êxodo rural e manter os ânimos dos cafeicultores para que não saíssem das suas terras.

Contudo, o clima de tristeza e consternação não foi de todo suprimido, pois, mesmo com os incentivos do Governo do Estado, as perdas agrícolas foram severas para serem simplesmente ignoradas. As reportagens d’*O Diário do Norte do Paraná*, de 19 de julho de 1975, demonstram bem como a geada perturbou diretamente a cidade de Maringá, incluindo o próprio *campus* sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que amanheceu repleto de gelo em decorrência da geada, conforme figuras 14, 15, 16, 17 e 18, retiradas da edição de 19 de julho de 1975, d’*O Diário do Norte do Paraná*.

Figura 14 – Geada no sítio de José e de Nathalino Carniel



Fonte: Geadas... (1975a).

Muitas pessoas também perderam o seu sustento, como mostra a Figura 16, onde uma grossa camada de gelo apoderou-se de toda a plantação de café dos Carniel, importante família de pioneiros da cidade.

Figura 15 – Fazenda coberta de gelo

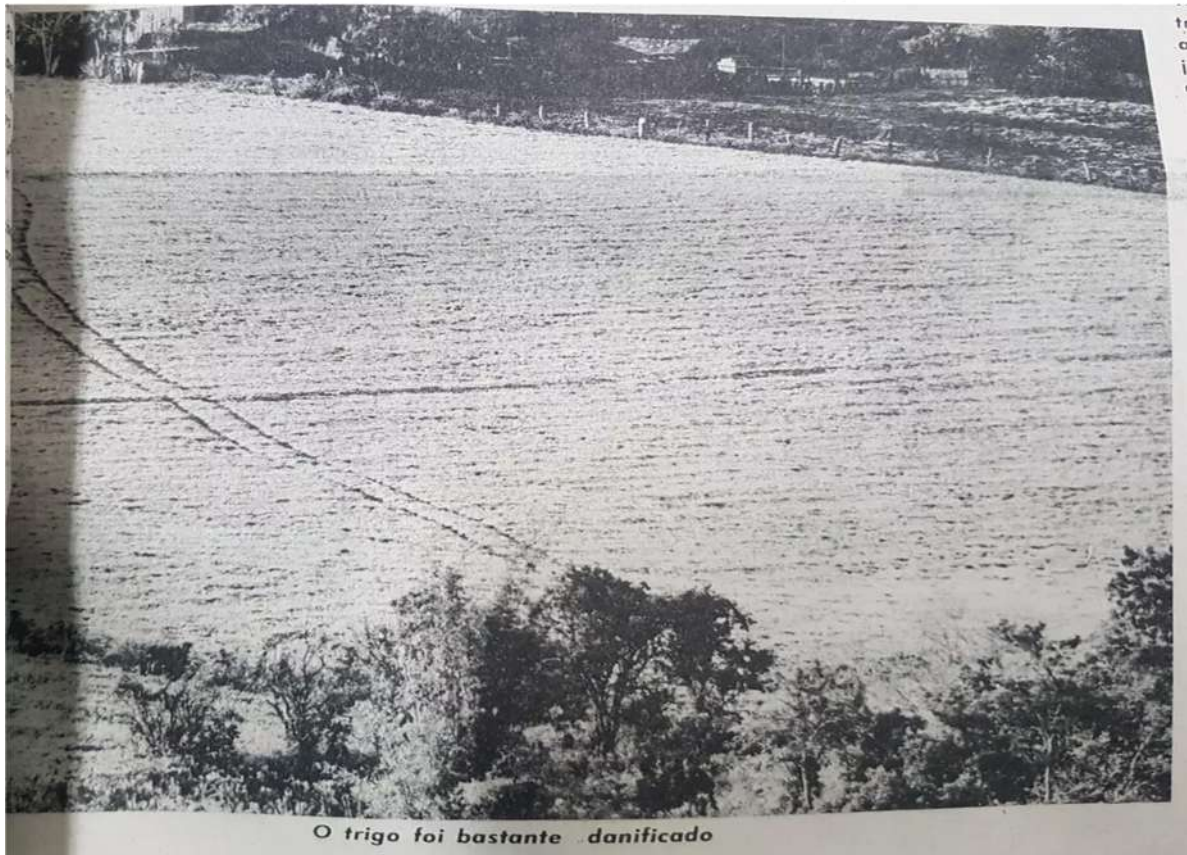


Fonte: Geadas... (1975a).

De acordo com o jornal maringaense, os danos não ficaram restritos apenas às plantações de café, mas se estendeu ao trigo também, cultura ainda menos

resistente ao frio e às geadas do que a do café. A Figura 18, que traz em sua legenda “o trigo também foi bastante prejudicado”, ilustra o ocorrido.

Figura 16 – Os danos da cafeicultura se estenderam ao trigo e a outras culturas



Fonte: Geadas... (1975a).

Figura 17 – Registros da geada no *campus* sede da UEM, com o Reitor Rodolfo Purpur



Fonte: Geadas... (1975a).

Figura 18 – Outro registro da geada no *campus* da universidade.



Fonte: Geadas... (1975a).

Notamos que, mesmo a cidade de Maringá não sendo a mais afetada pela geada, o impacto dela foi sentido na vida dos residentes. Portanto, podemos dizer que os registros fotográficos, do jornal *O Diário do Norte do Paraná*, de 19 de julho de 1975, exprimem a dimensão humana da tragédia. A partir deles, entendemos que não foi apenas a sobrevivência econômica de uma região que foi posta em xeque, mas o modo de vida do homem do campo também ficou extremamente comprometido.

O agricultor depara-se com um dilema que se repetiria nos meses seguintes. Isso envolvia três grandes desafios diretos: voltar a plantar café e insistir nessa monocultura, sob o risco de novas geadas e prejuízos; seguir na agricultura, porém, com a diversificação da produção e o investimento em culturas emergentes e mais resistentes ao frio, como a da soja, a do milho e a do feijão; ou ainda vender a sua fazenda, sair do campo para procurar emprego e sustento nos grandes centros urbanos. Esse dilema também esteve na mesa de discussão governamental, que se via na iminência de ter 300 mil pessoas em situação de miséria, sob a sua tutela.

Ao continuar o debate, vemos que as opiniões se dividiam entre aqueles que enxergavam o fim da cafeicultura no estado paranaense, como algo imposto pela geada e irreversível, e os que tinham esperança em um futuro melhor para os

cafezais. As percepções apareciam com frequência na mídia local, nos meses posteriores, como descobrimos durante a análise das publicações.

Em uma delas, registrada na Figura 19, com o título “Crepúsculo da cafeicultura” (CREPÚSCULO..., 1975), veiculada pouco mais de um mês após a geada, traz a fala do vereador maringaense, José Nascimento, que acusa o Instituto Brasileiro do Café (IBC), de, antes mesmo da geada acontecer, querer levar os cafezais do Estado do Paraná para o da Bahia:

O vereador maringaense José Nascimento está tomando partido dos cafeicultores da região, reivindicando-lhes melhores condições para manutenção de suas lavouras e a recomposição de seus cafezais.

Segundo o vereador, uma análise profunda no pronunciamento de Camilo Calazans, presidente do IBC, na Assembleia Legislativa da Bahia, deixa clara a intenção do mesmo em relegar para o segundo plano um incentivo à agricultura paranaense, e, antes mesmo das geadas acontecerem no nosso território no último mês de julho, incentivar a migração dos cafeicultores para aquele estado do Nordeste.

[...] Esqueceu-se o atual presidente do IBC, que nos últimos 10 anos o Paraná foi o responsável por mais de 50 por cento da produção nacional do café, trazendo divisas que sempre orgulharam a nação [...] e o espírito laborioso e a têmpera dos agricultores [...] sempre superou esse efêmero evento climático (CREPÚSCULO..., 1975 p. 8).

Para o vereador Nascimento, a primeira medida que o Governo Estadual deveria tomar, em auxílio dos cafeicultores, era a de contribuir a favor do médio e do pequeno produtor agrícola, que, de acordo com ele, “nunca tiveram a tecnologia dos grandes fazendeiros” (CREPÚSCULO..., 1975). Caso assim não o fizesse, o vereador decreta que “essas medidas governamentais trarão ao Paraná a erradicação indiscriminada do café e como consequência o êxodo rural, pois o Estado ainda tem no café o maior elemento de absorção de trabalhadores entre todos os setores da economia” (CREPÚSCULO..., 1975).

Figura 19 – Reportagem enfatizando as consequências sociais da geada no Norte do PR



Fonte: Crepúsculo... (1975).

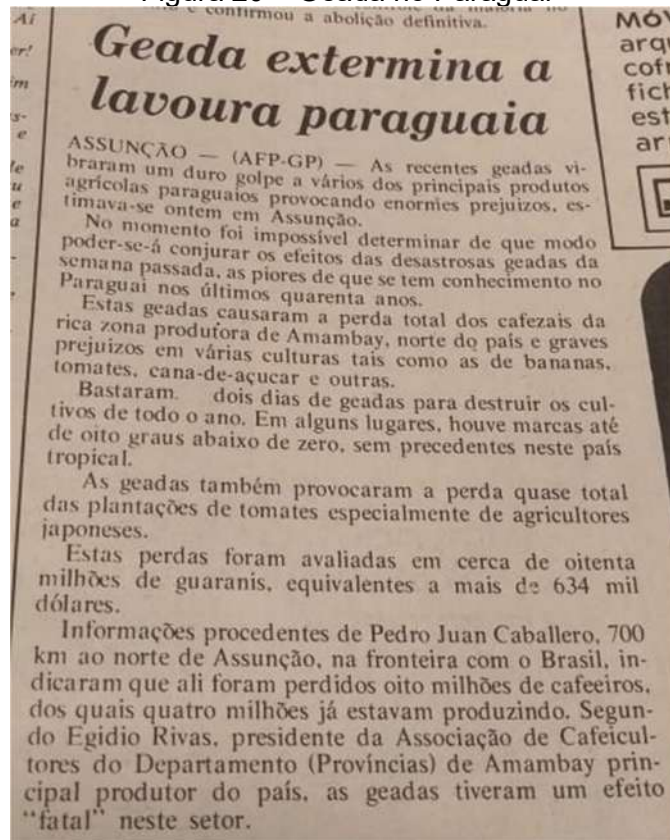
Quando analisamos a conjuntura internacional do fenômeno, temos uma dimensão maior dos danos ocorridos no Norte do Paraná e em outras regiões, incluindo o Paraguai, como *Gazeta do Povo*, de 25 de julho de 1975, veicula:

As recentes geadas vibraram um duro golpe a vários dos principais produtos agrícolas paraguaios causando enormes prejuízos, estimava-se ontem em Assunção.

No momento, foi-se impossível determinar de que modo poder-se-á conjurar os efeitos das desastrosas geadas da semana passada, as piores que se tem conhecimento no Paraguai nos últimos quarenta anos. Estas geadas causaram a perda total dos cafezais da região de Amambay, norte do país. [...] Informações procedentes de Pedro Juan Caballero, 700 km ao norte de Assunção, na fronteira com o Brasil, informam que ali foram perdidos oito milhões de cafeeiros, dos quais metade já estavam produzindo. De acordo com o responsável governamental por este setor, as geadas tiveram um efeito 'fatal' neste setor (GEADA..., 1975, p. 4).

Compreendemos que a geada teve um impacto maior do que somente a faixa Norte do Estado do Paraná. Ela atingiu diretamente todo o sistema agrícola dependente da tecnologia cafeeira e dos preços atrelados ao produto, conforme as reportagens veiculadas nos dias subsequentes ao fato, sendo uma delas a da Figura 20.

Figura 20 – Geadas no Paraguai



Fonte: Geadas... (1975).

A partir das reportagens da *Gazeta do Povo*, ao longo dos dias que seguiram à geada, constatamos o tamanho do impacto que a catástrofe ambiental causou na sociedade estadual. A mídia impressa entra em uma profunda negação, buscando, a todo momento, ressaltar que o Paraná, a despeito da perda dos cafezais, poderia facilmente se recompor, como já havia feito antes. Para tanto, a mídia destaca a necessidade de ajuda governamental para que a recomposição aconteça. Menciona, ainda, as vantagens de manter a produção de café no ritmo anterior à geada.

A *Gazeta do Povo* ressalta a geada de 1953, quando já havia ocorrido fenômeno semelhante, atingindo até mesmo a região cacaueteira do Nordeste do país. Nessa reportagem, chamada "Lavoura Cafeeira", o periódico informa que:

Em 1953, quando ocorreu grande geada que prejudicou seriamente nossa lavoura cafeeira, chegando a ocasionar danos até a região cacaueteira do Nordeste do País, a Câmara Federal aprovou legislação especial que, sancionada pelo governo, serviu de estímulo ao lavrador patriótico. O Banco do Brasil passou a financiar os produtores de café a razão de determinada cota por pé queimado pela grande geada e, dentro de pouco tempo, nossas lavouras estavam revitalizadas e a Carteira Agrícola integralmente coberta dos empréstimos a prazos maiores e a menor taxa de juros, determinados pela lei de emergência. [...] Seria interessante que o PROAGRO em convênio com o IBC estabelecessem planos

definitivos para o seguro das lavouras do estado, sejam elas quais forem, contra os fenômenos climáticos ocorridos às vezes fora dos períodos do inverno. Com o seguro que poderia ser obrigatório e as baixas taxas, o meio rural ficaria mais disciplinado na observância de plantar nas épocas certas.

Conhecemos a fibra dos cafeicultores de nosso estado e temos a certeza que continuarão na luta que os dignificou. E o café, que tem sido o grande edificador do progresso nacional, continuará a reinar ainda mais soberano no rico solo paranaense (LAVOURA..., 1975, p. 9).

Este trecho revela que a repercussão da geada de 1953 foi tão intensa, à sua época, como a de 1975, haja vista que, 20 anos antes, esse evento também gerou grandes prejuízos nas zonas rurais do Paraná. Entretanto, o impacto emocional que a geada negra produziu no homem do campo paranaense é inegável, pois ela simboliza o fim de um sonho que havia começado há muitas décadas, quando o estado ainda era parte da província imperial de São Paulo.

Para efeito de comparação, a área plantada de café no Paraná, no início dos anos 1970, era de 1,1 milhão de hectares. Já no ano de 2020, foram plantados cerca de 40 mil hectares de café, segundo dados do SAEB/Deral/DEB (PARANÁ, 2021).

Mesmo que na cidade de Maringá, como dito anteriormente, os prejuízos da economia municipal não tenham sido tão evidentes, pois a situação socioeconômica dela era circunstancialmente diferente das cidades da região, é inegável que o impacto dessa geada foi forte, devido às ligações das cooperativas maringenses possuíam com os produtores de café da região.

Dados do mercado agrícola, em 1975, mostram que a produção regional do produto ficou paralisada por cerca de duas semanas, pelas incertezas dos agricultores, naquele momento (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1975). Eles estão expressos na Figura 21.

Figura 21 – Precificação do café em 19 jul. 1975 e em 8 ago. 1975

MERCADO AGRÍCOLA			
CONVÊNIO - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SECRETARIA DA AGRICULTURA DO PARANÁ			
COTAÇÃO DO MERCADO AGRÍCOLA DE 05/08/75 DE Nº 135/1.975			
	MARINGÁ	LONDRINA	CASCATEL
ALGODÃO (ARR)			
Em Carvão	- Nominal	Est- 36/37,00	- Ausente.
AMENDOIM (sc/25Kg)			
Em Casca	Est- 45,00	- Ausente.	- Ausente.
Rica Corrida	Est- 87,50	- Ausente.	A Ausente..
ARROZ EM CASCA (60Kg)			
Grãos Longos	- Est- 120/125,00	Est- 120/125,00	Fra- 105/110,00
Grãos Médios	Est- 115/120,00	Est- 110/115,00	Est- 75/79,00
CAFÉ (Saca)			
Em Cão 40Kg	Est- 198/220,00	Est- 170/220,00	- Ausente.
Benef. 60Kg	Est- 600/630,00	Est- 600/630,00	- Ausente.
FEIJÃO (sc/60Kg)			
Mulatinho	Est- 250,00	Fir- 160/280,00	Est- 140/215,00
Lustroso	Est- 220/250,00	Fir- 160/280,00	Est- 140/215,00
Opaquinho	Est- 220/250,00	Fir- 160/290,00	Est- 140/215,00
Rosinha	Est- 300,00	Est- 160/310,00	Est- 140/215,00
Chumbinho	Fir- 220/320,00	Fir- 160/280,00	Est- 140/215,00
Bico-de-Ouro	Fir- 300/350,00	Fir- 160/280,00	Est- 140/215,00
Rajado	Est- 300,00	Fir- 160/310,00	Est- 140/215,00
Jalo	Est- 300,00	Fir- 160/310,00	Est- 140/215,00
Preto	Fir- 120/140,00	Est- 100/180,00	Est- 120,00
MAMONA (Kg)			

MERCADO AGRÍCOLA			
CONVÊNIO: - - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SECRETARIA DA AGRICULTURA DO PARANÁ			
COTAÇÃO DO MERCADO AGRÍCOLA DE 24/07/75 DE Nº 127/1.975			
	MARINGÁ	LONDRINA	CASCATEL
ALGODÃO (ARR)			
Em Carvão	Est- 26,00/30,00	Est- 30/35,00	- Ausente.
AMENDOIM (sc/25Kg)			
Em Casca	Est- 45,00	- Ausente.	- Ausente.
Rica Corrida	Est- 87,50	- Ausente.	- Ausente.
ARROZ EM CASCA (60Kg)			
Grãos Longos	Est- 125,00	Est- 120/125,00	Est- 100/105,00
Grãos Médios	Est- 115,00	Est- 110/115,00	Est- 75/79,00
CAFÉ (saca)			
Em Cão (40Kg)	Mercado Indefinido	Mercado Indefinido	- Ausente.
Benef. (60Kg)	Mercado Indefinido	Mercado Indefinido	- Ausente.
FEIJÃO (sc/60Kg)			
Mulatinho	Fir- 200,00	Est- 140/250,00	Est- 120,00
Lustroso	Fir- 200,00	Est- 140/150,00	Est- 120,00
Opaquinho	Fir- 200,00	Est- 140/250,00	Est- 120,00
Chumbinho	Fir- 200,00	Est- 140/250,00	Est- 120,00
Bico-de-Ouro	Fir- 200,00	Est- 120/250,00	Est- 120,00
Rajado	Fir- 250,00	Est- 140/260,00	Est- 120,00
Jalo	Fir- 250,00	Est- 140/275,00	Est- 120,00
Preto	Est- 120,00	Est- 90/185,00	Est- 100,00
MAMONA (Kg)			

Fonte: Ministério da Agricultura (1975).

Diariamente, *O Diário do Norte do Paraná* noticiava os valores e a cotação do café, no mercado agrícola das principais cidades da região. Podemos destacar que, após a geada até o dia 5 de agosto de 1975, não existia café para ser negociado. Dada a quantidade do grão que saía de Maringá, considerando os vinte dias, nos quais os produtores da cidade não tiveram como realizar negócios, os prejuízos imediatos chegaram a cerca de 700 milhões de dólares. (PREJUÍZOS..., 1975).

Este prejuízo foi estimado, ao considerar a média de 58.000 sacas de café, que eram exportadas diariamente, e o preço médio de 600 cruzeiros por saca, conforme valor negociado na Bolsa de Nova York. Esses números representam os danos econômicos imediatos do clima noticiados pela mídia. Os danos totais, de acordo com a *Gazeta do Povo*, superaram a casa dos bilhões de dólares, o que

representou uma retração de cerca de 30 por cento no Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, em 1976 (CANET..., 1975).

O assunto nas ruas de Maringá e região, nos dias após a ocorrência da geada, eram sobre os impactos causados pelo frio extremo. Todavia, os efeitos do clima não incidiram tão somente sobre a cafeicultura, como os jornais parecem demonstrar. Às vezes, há notificações acerca de danos em outras culturas e até de vidas humanas perdidas, principalmente, na região de Curitiba. Isso pode ser percebido a partir dos recortes dos jornais regionais, como segue:

Oito pessoas morreram em consequência do frio que assolou a capital nos últimos dois dias. Quatro delas foram encontradas em diversos pontos da cidade, embaixo de marquises e em bancos de praças. Outras três faleceram na madrugada de ontem, no albergue noturno. Mais duas foram encontradas mortas, em favelas que circundam a cidade (GOVERNO..., 1975a, p. 1).

O Diário do Norte do Paraná relata as perdas em outros segmentos da seguinte maneira:

O fenômeno geada levou os agricultores do Estado do Paraná, atingidos, ao caos, dado a intensidade da geada que atingiu cem por cento dos cafezais. O trigo também foi atingido bastante violentamente, colhendo em cheio as lavouras que se encontravam em fase de formação de grão. Em Nova Esperança, local de fruticultura, as bananeiras, mamoeiros e amoreiras foram bastante prejudicados. Um outro setor, como o cinturão verde da horticultura foi bastante danificado e fará com que o Mercado Agrícola sofra uma alteração nos próximos dias (GEADAS..., 1975a, p. 4).

Nesta edição, de 19 de julho de 1975, uma página inteira é dedicada aos relatos dos impactos da geada naquele dia, conforme a Figura 16 ilustra. As imagens destacam a proporção de gelo que tomou os cafezais, além do evento climático que sobreveio sobre as outras culturas. A presença do Governador do Estado também é evidenciada, pois, no dia dos ocorridos, ele esteve diretamente envolvido na tentativa de amparar os agricultores, além de tomar ciência dos estragos. No final da página, temos uma convocatória da Arena para o congresso maringaense com os seus filiados, quando o candidato a prefeito municipal seria definido.

Mesmo que *O Diário do Norte do Paraná* tenha publicado, nos dias seguintes, notícias que afirmavam que a cafeicultura não iria acabar, o que predomina, no

primeiro dia pós-geada, é o colapso de um sistema agrícola que até então perdurava. Assim, as atenções midiáticas voltam-se para a destruição dos cafezais.

Embora a cultura principal de Maringá não fosse a cafeicultura, nem a agricultura uma sua vocação comercial máxima, o campo sempre obteve espaço destacado na economia regional, dado que cidades do entorno abrigavam muitos camponeses que, repentinamente, perderam o seu sustento e a sua moradia. Por isso, um alerta foi sinalizado ao poder público municipal e estadual, para comunicar que os problemas se assenhoram no horizonte.

3.2 O governo em ação: entre as políticas públicas e os incêndios

Após os eventos ocorridos, no dia 19 de julho de 1975, *O Diário do Norte do Paraná* foca a sua pauta em questões socioeconômicas, prementes na vida das pessoas, sobretudo, nos auxílios que o Governo do Estado lançaria para apoiar os pequenos e médios cafeicultores. Já o jornal *Gazeta do Povo* discute e alarma a população da capital acerca dos desabrigados que ocupariam o Centro de Curitiba.

Uma reportagem veiculada na *Gazeta do Povo*, de 20 de julho de 1975, traz a manchete: “Severo diz que o efeito da geada não poderia ser pior!” (SEVERO..., 1975, p. 4). Ela busca mensurar os efeitos da geada e, principalmente, transmitir aos cafeicultores as primeiras providências que o governo tomava em relação aos prejuízos causados à agricultura. O Ministro da Indústria e Comércio Federal, Severo Gomes, havia declarado que:

O Governo Federal acompanha todo o desenrolar desta crise com disposição de informar tudo. O estudo das providências já está em curso – acentuou, uma vez que tudo faremos para minorar os infortúnios ora vividos pelos agricultores paranaenses. Nossa preocupação se faz no sentido de não só recuperar o que for possível, como também assegurar os níveis existentes da atividade econômica. Existe uma situação objetiva, há produtores que plantaram o que a geada acaba de anular. Isto os bancos federais e outros órgãos governamentais terão de examinar e vir em socorro. Trata-se de uma situação concreta que dispensa indagações (SEVERO..., 1975, p. 4).

Embora a reportagem tenha demonstrado a preocupação do Ministro, logo, do Estado brasileiro, de minorar os efeitos imediatos da geada, nenhum auxílio governamental foi anunciado nos primeiros dias, dadas as incertezas sobre o tamanho das perdas e da extensão que o valor emergencial deveria ter.

No mesmo texto, é citada uma fala do Governador Jaime Canet sobre a sua preocupação com o possível desarranjo social causado pelo desemprego que, inevitavelmente, viria junto da destruição das lavouras. Para ele, conforme registrado no livro *No tempo do Canet*, cerca de 2.5 milhões de paranaenses estavam diretamente ligados a uma monocultura cafeeira em todo o estado (CASTOR, 2015). Assim sendo, eles poderiam perder o emprego e aumentar o êxodo rural, superlotando as cidades e comprometendo a rede urbana delas.

No mesmo jornal, do dia 20, outra reportagem demonstra ainda mais a preocupação de Canet com o futuro da cafeicultura paranaense, temendo que a geada proporcionasse, definitivamente, um cenário vantajoso aos concorrentes internacionais do café paranaense:

O pior prosseguiu, é que esta geada, que nunca vi igual em toda minha vida, ocorre em momento em que nossa produção é deficitária. O IBC dispõe de reservas de 15 milhões de sacas de café. Esta quantidade é inexpressiva, se comparada com nossas reservas em geadas anteriores. Atualmente, o mercado externo dispõe de uma oferta maior do que a procura, na área do café. Com essa geada, o Brasil, um dos grandes produtores mundiais, vem beneficiar de forma muito generosa nossos países concorrentes (GOVERNO..., 1975b, p. 6).

Percebemos que, a partir deste momento, a narrativa de procurar um culpado para os acontecimentos, fossem fatores naturais ou a ação humana, deixa de existir. Havia, agora, as demonstrações de uma profunda preocupação por parte do governador e da imprensa sobre o futuro da cafeicultura estadual ou do que restara dela. Nos dias seguintes, o tom das notícias é de negociações acerca do que fazer com os agricultores. Em meio a isso, colunas de opinião tentam amenizar o cenário caótico que se avizinhava: “Não há motivos para alarmes” dizia uma delas, em 23 de julho, pela *Gazeta do Povo*. Tentava-se estimular o ânimo do agricultor paranaense:

O flagelo da geada, da mesma forma que em anos anteriores, há que ser enfrentado com o vigor e a coragem muito própria dos paranaenses e dos brasileiros de outras plagas que aqui vivem e souberam, naquelas ocasiões, responder sempre com uma produção ainda maior! [...]

Terra em condições de receber a semente e nos dar os frutos. Terra responsável pelo surto de progresso que o Estado enfrentou nessas últimas décadas. Terra da qual e com o trabalho, o suor e o sacrifício, agora necessário de seu povo, haverá de responder, como sempre respondeu, alto e bom som, aos anseios de todos os brasileiros (NÃO HÁ..., 1975, p. 3).

Se analisarmos os materiais disponíveis, a imagem do Governador Canet, em todo o processo, pode ser vista como a de um protagonista. Vale lembrar que ele era um cafeicultor e possuía duas fazendas de café, que também foram completamente devastadas pela geada. Portanto, o político era um dos afetados pela tragédia, o que aumentava ainda mais a preocupação dele com o desemprego que seria cada vez mais forte no campo paranaense.

Em uma reportagem do dia 20 de julho de 1975, no jornal maringaense, o correspondente Nelson Salles fez a cobertura de uma reunião de diversas autoridades que estiveram na cidade de Campo Mourão (PR), no centro paranaense, para discutir os problemas que a cafeicultura enfrentava. Entre as autoridades, estavam o Prefeito de Campo Mourão, Renato Fernandes Silva; o Gerente-geral da Coamo, Nelson Silas de Souza; o Deputado Adriano José Valente; o Presidente do Sindicato Rural Patronal Regional, Aníbal Bianchini; o Dirigente da Cocamar, Oswaldo de Moraes Corrêa; o Presidente do IBC, Camilo Calazans; o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, entre outros dirigentes rurais e produtores de café. O Deputado maringaense, Adriano Valente, concedeu uma entrevista para *O Diário do Norte do Paraná*, explicando o panorama do café da Cidade Canção. Logo depois, dirige-se a Campo Mourão para reunir-se com o Governador Canet (PARANÁ..., 1975).

Nelson Silas, Gerente-geral da Coamo, coloca-se como o porta-voz de uma série de reivindicações dos agricultores:

As reivindicações dos produtores giram em torno do apoio financeiro que esperam receber do governo através do PROAGRO, mesmo aqueles que não tiveram ainda suas propostas de financiamentos aprovadas pelos bancos. Esperamos também, e apelamos ao Sr. Governador, que nossos débitos bancários sejam protelados, para os produtores cobertos ou não pelos seguros do PROAGRO.

Reivindicamos ainda, que sejam expedidas anualmente e antecipadas, as instruções do Banco do Brasil para os financiamentos bancários aos produtores para a atual safra do trigo, as instruções chegaram em abril, mas deveriam chegar em janeiro. [...]

As duas últimas reivindicações: a liberação dos financiamentos desta safra, mesmo porque os produtores não foram enquadrados no PROAGRO, exatamente pelo atraso no recebimento das instruções, e para que o Banco do Brasil, através do Citrin, possibilite um melhor preço para os produtos que, apesar de tudo, terão boa qualidade asseverada por nós, produtores (PARANÁ..., 1975).

A mesma reportagem traz uma entrevista coletiva do Governador Jayme Canet, que, após a reunião, concedeu-a para os repórteres que ali estavam. Nela, o governador afirma que ninguém mais do que ele entendia e sentia a situação dos produtores, pois produzir era uma de suas atividades. Porém, mesmo sensibilizado com a situação apresentada pelos agricultores, não promete auxílio concreto, alegando que precisaria se reunir com o Presidente da República, Ernesto Geisel, para discutir pormenores de toda a conjuntura dos fatos ocorridos na geada negra do Norte do Paraná, bem como para elaborar um plano de ação mais efetivo para o auxílio dos camponeses (PARANÁ..., 1975).

Apesar do foco destas reportagens ser o de demonstrar a dimensão do estrago da geada e os esforços governamentais estadual e federal para minorar os impactos do cataclismo climático, podemos perceber uma mudança de linguagem jornalística para mostrar outros vieses e desafios, como o da substituição da cafeicultura. Essa perspectiva aparece, nas entrelinhas, quando lemos, por exemplo, a reportagem do jornal *O Diário do Norte do Paraná*, de 24 de julho de 1975. Sob o título “Expectativas, problemas e sugestões sobre a pior geada dos últimos anos”, fazemos o seguinte destaque:

CURSO DE SOJA – Nos dias 21, 22 e 23 de agosto a ACARPA de Maringá estará levando às lideranças agrícolas do distrito de Floriano e das cidades de Mandaguaçu, Mandaguari e Marialva o ‘Curso da Soja’. O curso será ministrado pelos dirigentes deste órgão (A ACARPA) na nossa cidade, e abrangerá toda a complexidade verificada no cultivo dessa cultura, do plantio à colheita, com aulas teóricas e práticas. O programa do curso já está pronto e em breve será feita a divulgação de outros pormenores (EXPECTATIVAS..., 1975, p. 7).

Este interessante destaque, inserido em uma reportagem que buscava discutir perspectivas a longo prazo da geada, demonstra um interesse dos dirigentes da Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA), atual Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (EMATER), isto é, o de diversificar as culturas agrícolas na região de Maringá, demonstrando as vantagens da produção ali, em detrimento da produção cafeeira. Portanto, a visão de que era necessário dinamizar a produção agrícola, por intermédio da substituição dos cafezais por outras culturas agrícolas, já era apresentada aos homens do campo.

Na edição de 23 de julho de 1975, d’*O Diário do Norte do Paraná*, o jornal orienta sobre as primeiras medidas de amparo aos cafeicultores que seriam postas

em prática concreta: por meio da ACARPA, os agricultores deveriam solicitar o ingresso no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Ele era um programa de financiamento federal para a agricultura que já existia, mas que, em tese, seria emergencialmente expandido para atender os milhares de agricultores que perderam o seu sustento.

De acordo com a ACARPA,

O agricultor deverá comunicar por escrito, no prazo máximo de 15 dias da data da ocorrência do fenômeno (em modelos de cartas que os bancos possuem) onde deverão constar as perdas. Depois, o agricultor não deverá mexer na lavoura enquanto não houver a visita de técnico indicado pelo banco para o levantamento e elaboração de laudo pericial de comprovação de perdas.

Por fim, o agricultor deverá, na visita do técnico, receber novas informações sobre o Proagro e como proceder com a sua lavoura. Finalizando a nota, nós da Acarpa pedimos aos agricultores que poupem tempo, não se desesperando e procurando o banco o mais rápido possível, pois o 'governo está ao seu lado' (SECRETARIA..., 1975).

No mesmo dia, a *Gazeta do Povo* trouxe duas reportagens. Uma destaca os efeitos da geada sobre a economia regional, a outra, conjuntamente com os técnicos de diversos órgãos estaduais e federais, informa que houve um acordo preliminar do que deveria ser feito para iniciar uma retomada agrícola o mais breve possível no estado.

A primeira, intitulada "Orçamento estadual abalado em 20%", já explica, no seu título, os efeitos do clima sobre a economia regional. No corpo da reportagem, o Governador Jayme Canet, em entrevista coletiva, detalha como o número foi estimado e de que modo a economia paranaense seria tratada dali por diante.

Com a completa destruição dos cafezais, a economia paranaense vai registrar um déficit de 20% no seu orçamento para o próximo ano, o que implicará em fortes contingenciamentos orçamentários em todas as áreas, informou o governador Canet, que ontem às 18 horas, concedeu entrevista coletiva no Palácio Iguaçu. [...] Em números, o secretário de finanças Jayme Prosdócimo calcula que os prejuízos com a arrecadação direta e indireta do café serão da ordem de 600 milhões de cruzeiros (aproximadamente 75 milhões de dólares).

Tais perdas, de acordo com o governador, 'fazem urgir um contingenciamento parcial de todas as áreas do governo, incluindo saúde e educação, pelo menos até 1977, quando a arrecadação deve voltar aos níveis normais' (ORÇAMENTO..., 1975, p. 1).

Na segunda reportagem, "Técnicos definem providências", é informado que os técnicos do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

(OCEPAR), ACARPA, Café do Paraná, Faculdade de Educação Paulista (FAEP), Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria (CESMA) e Delegacia de Proteção do Meio Ambiente (DEMA), entidades ligadas à cafeicultura ou outras culturas campestres, buscavam algumas das primeiras providências cabíveis no tocante a agricultura regional. O Secretário da Agricultura, Joaquim Severino, depois da reunião, que durou pouco mais de duas horas, afirma que “a conclusão básica, foi a necessidade de levantamentos para determinar a real situação” (TÉCNICOS..., 1975, p. 2).

Nesta reunião, a questão da triticultura também é debatida, já que o trigo, depois do café, foi a principal cultura atingida pelos extremos do clima. Dessa maneira, como pondera o secretário Severo: “há a real possibilidade de estender o Proagro para os produtores de trigo, para que tenham asseguradas suas reservas financeiras para retomar sua produção” (TÉCNICOS..., 1975, p. 2).

A título de informação,

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro é um programa do governo federal, criado em 1973 e que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle. O Proagro tem como foco principalmente os pequenos e os médios produtores, embora esteja aberto a todos dentro do limite de cobertura estabelecido na regulamentação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022, p. 5).

O Proagro era, e ainda é, o principal programa de seguros e de fomento aos trabalhadores rurais que tiveram as suas lavouras danificadas por problemas ambientais, como as geadas, as secas etc. De acordo com o parecer da reunião, outra medida importante para aquele momento era a de “evitar a especulação” (TÉCNICOS..., 1975, p. 2).

Evitar a especulação nos preços de sementes – tanto de trigo como de soja – é um dos principais dos técnicos da secretaria de Agricultura, para que os lavradores não paguem preços absurdos [...]. O governador Jayme Canet, por sua vez, acredita que o Paraná, na safra 1977/78, deverá produzir pelo menos um quarto a um terço de uma safra normal. Pelo menos dois anos serão necessários para uma recuperação global (TÉCNICOS..., 1975, p. 2).

No dia 24 de julho de 1975, o jornal curitibano traz mais informações sobre as políticas públicas de amparo para a agricultura (APOIO..., 1975). A chegada do Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, a Curitiba (Figura 22), fez com que todas

as atenções se voltassem para ele, na expectativa de que ele apresentasse medidas federais mais concretas do que as promessas feitas pelos secretários e pelo Governador Canet nos últimos dias.

Figura 22 – Chegada do Ministro Paulinelli a Curitiba, para reunir-se ao Governador Canet



Fonte: Ministro... (1975).

A medida era o estabelecimento de um “Plano de Emergência”, em substituição ao “Plano de Entressafra”. Ele apresentava a autorização para o abate de gado para que o Governo Federal comprasse a carne do produtor rural e, assim, garantisse o seu sustento; o financiamento para programas especiais de pastagem; programas específicos de aquisição e distribuição de sementes. Essas medidas, anunciadas pelo Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, visavam entregar uma renda emergencial ao produtor rural (GEISEL..., 1975, p. 1).

O jornal também traz informações de que o Ministro da Agricultura, Paulinelli, transmitiu mensagens otimistas aos agricultores estaduais, enfatizando “não haver motivos para alardes” (GEISEL..., 1975, p. 1). Além disso, ele reconheceu que o Paraná havia sido um dos mais atingidos pelo fenômeno. Por isso, o Presidente Ernesto Geisel buscou tranquilizar os exasperados agricultores, ao anunciar providências, evidenciando que o governo nada lhes deixaria faltar, como observamos na Figura 23.

Figura 23 – Providências anunciadas pelo Presidente



Fonte: Geisel... (1975, p. 1).

No dia 24 de julho, a reportagem de capa e várias matérias no interior do jornal enfatizam notícias sobre a cafeicultura, ressaltando os auxílios anunciados pelo Governo Federal e sancionados pelo Presidente Ernesto Geisel. Um dos destaques principais era o apoio financeiro que seria adotado para auxiliar os camponeses afetados pelas geadas no Sul do país. A íntegra do anúncio pode ser vista na Figura 23. Ela dava conta de que:

- 1) Aumento do PROAGRO para cobertura, na maior escala possível, das perdas verificadas, exonerando o produtor em 80 por cento do valor dos créditos segurados do PROAGRO [...].
- 2) Para as lavouras com capacidade de recuperação será disponibilizado um crédito especial para as capinas, fertilizações e outros tratos culturais; e, recomendação de prioridade para a concessão de créditos para as culturas intercalares.
- 3) Para as lavouras sem recuperação, visando manter e tecnificar a exploração cafeeira nas áreas, dando suporte especialmente às pequenas propriedades, serão programados financiamentos para o replantio.
- 4) Em geral, recomposição das dívidas dos agricultores não amparados pelo PROAGRO, com prazos e taxas de juros especiais.
- 5) Financiamento especial para manter o nível de emprego, nos municípios mais atingidos, com prazos e taxas de juros especiais.
- 6) Financiamentos especiais para agricultores, cooperativas e instituições estatais e privadas, para aquisição e distribuição de sementes [...].
- 7) Medidas de congelamento de preços para evitar alterações súbitas no preço dos produtos (GEISEL..., 1975, p. 1).

De acordo com Oliveira (2017),

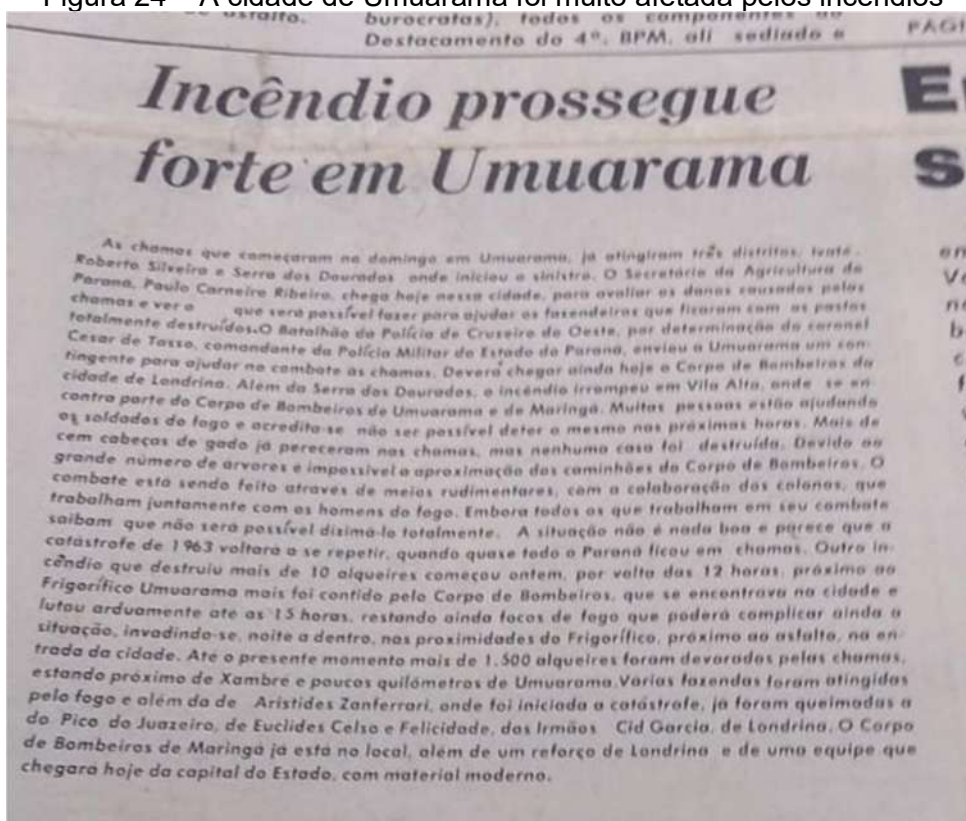
O acionamento do PROAGRO também estava entre as medidas, como já havia sido mencionado anteriormente. Como esse seguro não cobria a cafeicultura, o estímulo para a cultura cafeeira seria realizado por meio do plano de renovação e revigoramento da cafeicultura, que seria amplamente apoiado pelo governo para manter os níveis de emprego e produção (OLIVEIRA, 2017, p. 80).

Deste modo, a discussão estende-se por meses, mas a cobertura jornalística, nas semanas seguintes à geada, vai além do campo das especulações sobre auxílios e fomentos agrícolas, para noticiar mais um fenômeno ambiental de grande devastação: incêndios nas plantações de todo o Paraná, decorrente da conjunção de fatores como o tempo seco, as plantas mortas e a decomposição delas, o que gera ambientes propícios para a difusão de gases inflamáveis. Com isso, inicia-se rapidamente uma nova luta para o homem do campo.

Nestes dias, muitas informações sobre focos de incêndio são veiculadas em praticamente todo o estado paranaense. Elas mostram a morte de animais, queimadas de plantações ainda saudáveis e até a destruição de veículos de imprensa como d'*O Diário de Paranaíba*.

As figuras 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, retiradas de *O Diário do Norte do Paraná*, demonstram, além da geada, os incêndios que assolaram o Norte do estado, pouco depois do evento climático, em decorrência do solo seco e das plantas mortas, que serviram como combustível para o fogo. Esses acontecimentos também se revelam como uma catástrofe ambiental de grandes proporções.

Figura 24 – A cidade de Umuarama foi muito afetada pelos incêndios



Fonte: Incêndio... (1975).

Figura 25 – A região rural de Maringá afetada pela combinação de fogo e frio



Fonte: Corpo... (1975).

Figura 26 – Nova Esperança conheceu a força dos incêndios



Fonte: Geadas... (1975b).

Figura 27 – Os incêndios foram comparados aos de 1963



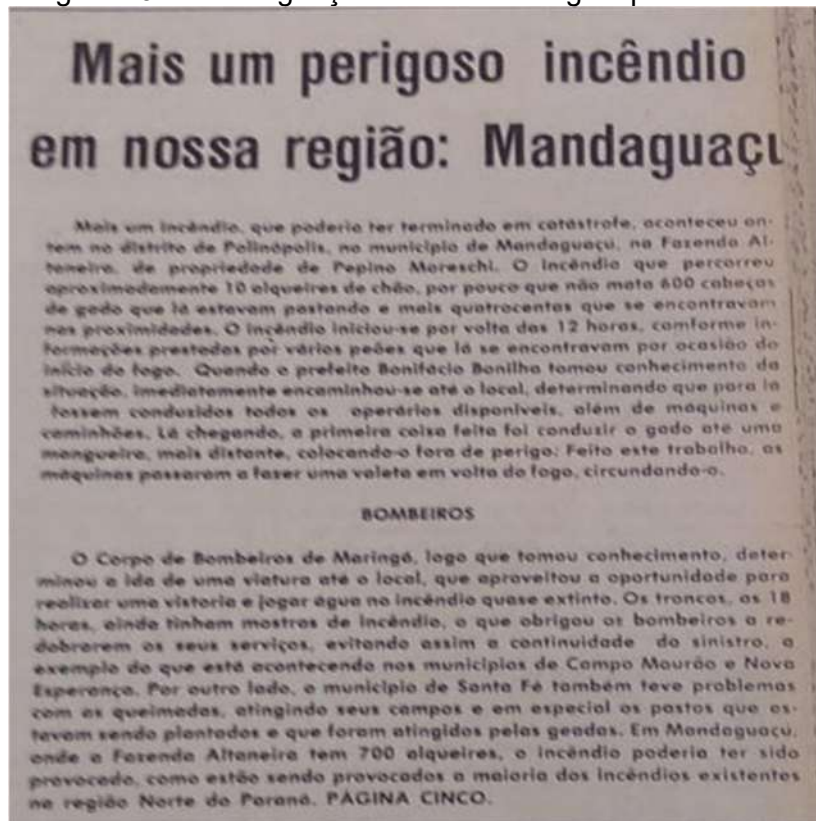
Fonte: Nova... (1975).

Figura 28 – O impacto dos incêndios continuou a repercutir na imprensa



Fonte: Ainda... (1975).

Figura 29 – Mandaguacu também foi atingida pelas chamas



Fonte: Mais um... (1975).

Figura 30 – A Serra dos Dourados após a geada de 1975



Fonte: Serra... (1975).

A cobertura jornalística e as negociações por um novo pacto rural são seriamente comprometidas por mais este desastre. A inesperada conjuntura de fatores precipitou uma situação que o governo estadual tentava evitar, mas que a geada, consorciada com os incêndios, não permitiu.

O que é possível encontrar, em semanas seguintes, nas entrelinhas jornalísticas, é que a cafeicultura não resistiria a mais um duro golpe e que a massa de migrantes do campo para a cidade seria a maior em muitos anos, conforme as

previsões dos técnicos agrícolas já prenunciavam. A geada havia destruído boa parte da agricultura estadual, mas os planos governamentais tentavam salvar, de certo modo, o sistema de produção rural que perdurava há tempos nas fazendas paranaenses.

Entretanto, os incêndios foram fatais neste sentido, pois destruíram o pouco que restava, impossibilitando e inviabilizando qualquer tentativa de acordo de curto prazo para a salvação dos pequenos agricultores que, sem fundo de reserva, ainda tinham, no que lhes restou, alguma esperança de ganho para reiniciar o cultivo de café ou de outras culturas.

Com isto, o enfoque das reportagens muda de uma perspectiva de melhoras no campo, em especial, dos esperançosos projetos de recuperação agrícola que se desenhavam, para um novo futuro. Nele, são representados os problemas sociais relativos à geada, relacionados a um êxodo rural sem precedentes nas fazendas do Paraná, bem como um estado em que a monocultura cafeeira já não pudesse mais ser a propulsora do desenvolvimento econômico.

No segundo semestre de 1975, algumas temáticas são veiculadas na imprensa local do Paraná. As matérias jornalísticas abordam temas como: a substituição de uma cultura cafeeira por novas técnicas e tecnologias, principalmente, ligadas às novas culturas, como a do trigo e a da soja (tônica da produção agroindustrial paranaense até os dias atuais); a erradicação dos cafezais e a sua transferência para outros estados da federação; e os problemas sociais agudos, causados pelo desmantelamento de uma clássica cultura agrícola.

A era do café enquanto “ouro verde”, como era na época chamado, de fato já não correspondia mais à realidade. Os agricultores do Paraná esperavam outros tempos. Estas questões compõem o último tópico “O ‘Novo Paraná’: olhares pós-geada”, cuja análise apresentamos.

3.3 O “Novo Paraná”: olhares pós-geada

Os jornais *Gazeta do Povo* e *O Diário do Norte do Paraná*, apesar de, nos meses de junho e julho, como citamos anteriormente, terem focado as suas análises e os temas das reportagens na destruição das lavouras cafeeiras e na ansiedade pelos auxílios econômicos advindos dos governos estadual e federal, eles também iniciaram a publicação de reportagens, visando uma reinvenção geral da agricultura paranaense, ou seja, uma agricultura na qual o café já não fosse mais o carro chefe

da produção rural. Essas reportagens, já veiculadas desde o período mais dramático da geadas, intensificam-se após a certeza de que os auxílios do governo seriam insuficientes, nem trariam o alento necessário aos produtores rurais, para refazer as suas vidas, forçando muitos ao êxodo rural.

Uma destas sugestões é expressa n' *O Diário do Norte do Paraná*, de 7 de outubro de 1975, com os dizeres "O Convite para você: plante café na Bahia" (Figura 31). O jornal menciona as geadas, ocorridas em julho do mesmo ano, como fatores limitantes da produção agrícola regional, indicando que o estado nordestino reunia as condições ideais para "ampliar sua fronteira agrícola e receber os investimentos dos agricultores do Sul" (O CONVITE..., 1975, p. 7).

Figura 31 – Notícias frequentes no contexto pós-geada

**O Convite para você:
plante café na Bahia**

Num trabalho coordenado pelos diretores da COCAMAR, Constâncio Pereira Dias e Osvaldo de Moraes Corrêa, estarão hoje às onze horas, reunidos na própria sede da cooperativa os empresários e cafeicultores da região, oportunidade em que poderão inteirar-se de uma nova opção para seus investimentos na cultura do café.

Pedro Augusto da Costa Pereira, Diretor da SUDENE e Franklin Pereira Miranda, Diretor da Secretaria de Agricultura, ambos da Bahia, vão mostrar as novas dimensões da política cafeeira empreendida pelo governo baiano, através dos incentivos fiscais que visam incrementar o plantio da rubiácea naquele Estado.

Essa iniciativa, antes tímida, agora ganha força, sobretudo, depois do desastre ocorrido nos cafezais do Sul com reflexos altamente negativos na economia nacional, e tende despertar grande interesse no investidor local.

INICIATIVA BAIANA

As geadas ocorridas em julho último nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, afetaram de maneira sensível a agricultura brasileira, colocando a cafeicultura em grave crise econômica, social, ocasionando o desestímulo de muitos cafeicultores diante da adversidade climática gerando certa insegurança, em que pese as boas condições da terra. Diante disso, o governo da Bahia revelou-se interessado em aumentar as fronteiras de sua cafeicultura, tendo para tanto elaborado um trabalho objetivando oferecer o conhecimento das áreas ecologicamente zoneadas pelo Instituto Brasileiro do Café, para a implantação da lavoura cafeeira no Estado, pretendendo com isso contribuir com a economia nacional e no processo global da cafeicultura.

ÁREAS PRÓPRIAS

No trabalho realizado pelo governo da Bahia contam as características do solo, que apresentam condições boas para o cultivo do café, em região onde a temperatura média inferior é de 22°C, deficiência hídrica a 200mm anuais e a altitude de 750 m. acima do nível do Mar. Através dos incentivos que estão sendo oferecidos pretende o governo baiano despertar o interesse do investidor do Sul do Brasil, para a transferência de capitais e "Know How" para colocar o Estado em melhor posição dentro dessa cultura, que apresenta alta rentabilidade.

Fonte: O convite... (1975, p. 7).

Ainda de acordo com a reportagem exposta na Figura 31:

No trabalho realizado pelo governo da Bahia contam as características do solo, que apresentam condições boas para o cultivo do café, em região onde a temperatura média inferior é de 22°C, deficiência hídrica a 200mm anuais e altitude de 750 m acima do nível do mar. Através dos incentivos que estão sendo oferecidos pretende o governo baiano despertar o interesse do investidor do Sul

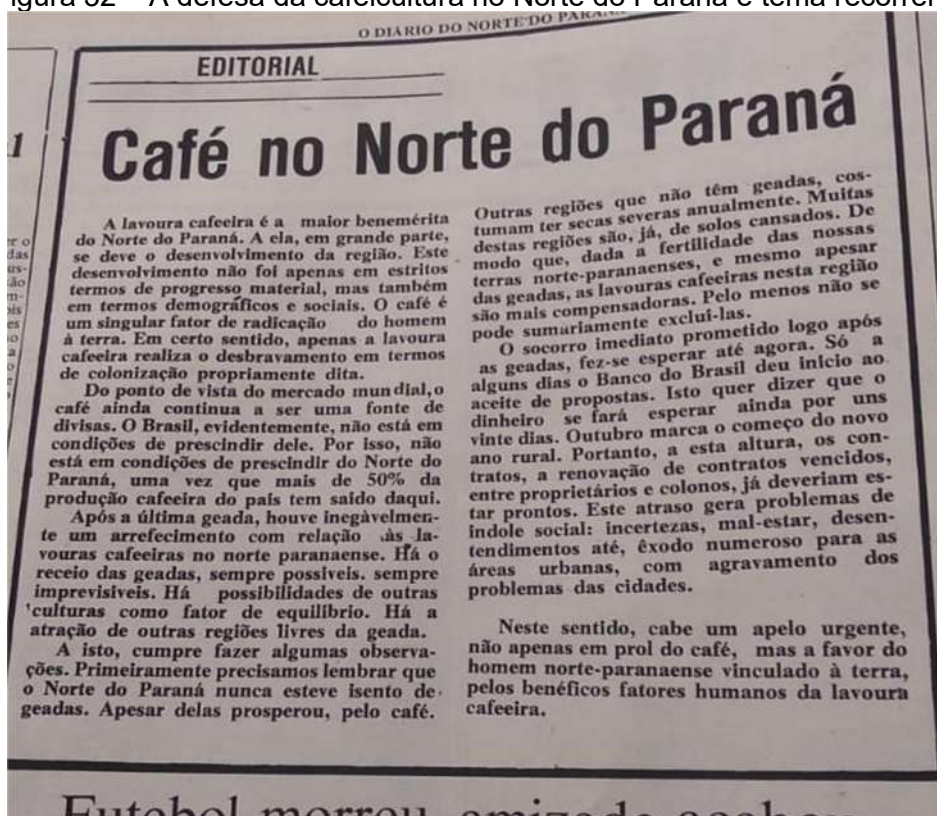
do Brasil, para a transferência de capitais e de 'know-how' para colocar o estado em melhor posição dentro dessa cultura, que apresenta alta rentabilidade (O CONVITE..., 1975, p. 7).

No dia 22 de outubro, o mesmo jornal publica, em seu editorial, uma matéria defendendo a modernização da agricultura no Norte do Estado do Paraná (Figura 32), ao dizer:

havendo possibilidade de outras culturas como fator de equilíbrio, sem, entretanto, perder o norte da cafeicultura [...] de modo que, dada a fertilidade das nossas terras norte-paranaense, e apesar das geadas, as lavouras cafeeiras nesta região são mais compensadoras. Pelo menos não se pode sumariamente excluí-las (CAFÉ..., 1975, p. 2).

Mesmo que consorciada a outras culturas, circula uma defesa da cafeicultura, no Paraná, entre as mídias jornalísticas, como mostra a Figura 32.

Figura 32 – A defesa da cafeicultura no Norte do Paraná é tema recorrente



Fonte: Café... (1975, p. 2).

O mesmo editorial clama pelo socorro das autoridades governamentais, tanto estaduais quanto federais:

O socorro imediato prometido logo após as geadas fez-se esperar até agora, agravado pela situação dos incêndios. Só há alguns dias o Banco do Brasil deu início ao aceite de propostas. Isto quer dizer que o dinheiro se fará esperar ainda por mais um mês. Novembro marca o começo do novo ano rural. Portanto, a esta altura, os contratos, a

renovação dos contratos vencidos entre proprietários e colonos já deviam estar prontos. Este atraso gera problemas de índole social: incertezas, mal-estar, desentendimentos até, êxodo numeroso para as áreas urbanas, com agravamento dos problemas nas cidades (CAFÉ..., 1975, p. 2).

Ao longo destas reportagens, é evidenciada a necessidade de uma mudança na estrutura agrícola do Estado do Paraná, sem, no entanto, perder a cafeicultura como norteador da economia regional. A diversificação das culturas era, sim, aceita e, de certo modo, incentivada pela mídia local. O café deveria continuar o seu reinado, com o *status* de “ouro verde” da produção agroindustrial local.

Outra reportagem nos chama a atenção:

Durante entrevista que concedeu aos jornalistas, no Palácio Iguazu, terça-feira, o governador Jayme Canet revelou que as pesquisas de amostragem realizadas pelo Governo do Estado, indicam que aproximadamente 27 por cento dos cafezais paranaenses atingidos pelas geadas serão erradicados e substituídos por outras culturas (GEADAS..., 1975c, p. 10).

Estes cenários de incertezas, nos quais não havia definições acerca do futuro da cafeicultura estadual, refletiam um panorama que há muito tempo já se desenhava. Se compararmos os documentos oficiais de cada período, desde a década de 1960, o plano dos governos federal e estadual era a substituição das culturas do café por outras, que, de certo modo, mostravam-se menos vulneráveis às intempéries climáticas. De acordo com Oliveira (2017),

Muitos grandes proprietários de terras aproveitavam situações de crise para adquirir terras para incorporar à sua propriedade a preços muito abaixo do valor, pois os pequenos produtores não tinham capital para reter o produto até o preço subir, sendo assim, eram obrigados a vender sua produção de imediato e, até a vender seus maquinários e sua propriedade para pagar dívidas (OLIVEIRA, 2017, p. 94).

Neste ponto, encontramos uma importante reflexão de que a destruição da cultura cafeeira, bem como a substituição dela por outras de menor valor agregado, visava não apenas modernizar a agricultura local, mas também implementar um regime de trabalho, no qual as crises seriam fatores decisivos na relação patrão-empregado.

Os agentes (patrão) sempre almejam, nestes períodos, oportunidades para aumentar as suas posses em detrimento dos pequenos produtores que nada têm. A erradicação dos cafezais, somada ao longo tempo em que os trabalhadores ficariam

sem renda, exauri-lo-iam de tal maneira que não restaria solução para os pequenos proprietários, senão vender as suas posses para os grandes latifundiários e deixar o campo em direção às cidades, legitimando uma política de Estado que se consolidava nas últimas décadas.

A continuidade da reportagem citada ainda revela que o governo tinha uma nova política para a condução da agricultura nestas terras. Na nova política, o Governador Canet buscava “recompor nossa produção de café, no menor prazo possível” (GEADAS..., 1975c, p. 12)., pois, conforme o mandatário, que também era um grande produtor de café:

um hectare de café gera uma produção de 4,2 mil cruzeiros. Enquanto isso, um hectare de soja gera 2.5 mil cruzeiros; trigo 2.3 mil cruzeiros, feijão 1.8 mil cruzeiros e milho 1.3 mil cruzeiros. Além disso, é o produto que mais ocupa mão de obra: 27 trabalhadores rurais, para 100 hectares plantados, enquanto para a mesma área de plantio, a soja, o trigo e mesmo o algodão ocupam menos de um terço destes trabalhadores (GEADAS..., 1975c, p. 12).

O chefe do executivo estadual também tece críticas aos cafeicultores que estavam erradicando os seus cafezais por temerem novas geadas, alegando que a produção do café ainda era, de longe, a mais rentável para qualquer cenário futuro. Nas palavras de Jayme,

Além de gerar desemprego, a rentabilidade da lavoura será menor, o que acarretará um prejuízo ao orçamento interno do estado, em caso de erradicação maciça dos cafezais. Suponhamos que 20 por cento da área antes ocupadas pelos cafeeiros fosse substituída por lavouras brancas [...], teríamos desocupados um contingente de 61.221 trabalhadores. E se a área desocupada passar a 50 por cento, este número chegaria a 152.807 desempregados. Estes trabalhadores volantes, conhecidos como boias-frias, iriam causar uma sobrecarga desnecessária no mercado de trabalho urbano. [...] Precisamos, por estes e outros motivos de igual importância, recompor totalmente nossa produção cafeeira, o mais rápido possível, pois, evidentemente a situação trará consequências nefastas sobre a economia estadual e nacional (PARANÁ..., 1975, p. 12).

O fato de o próprio ocupante do Palácio Iguazu ser um produtor de café pode ser uma hipótese de grande relevância ao analisarmos a veemência com que ele defendia a cafeicultura em suas diversas falas, ao longo de 1975, sem, no entanto, fazer uma defesa cega do “ouro verde”. Ele entendia que a mecanização, modernização e melhorias das condições agropecuárias para o homem do campo

também eram pilares deveras necessários na construção de um moderno parque agrícola regional (OLIVEIRA, 2017).

No dia 23 de outubro, o jornal *O Diário do Norte do Paraná* publica uma reportagem que explicita o novo planejamento do governo estadual. Sob o título “Secretaria de Agricultura apresenta plano de ação para o exercício de 76” (Figura 33), nela, de acordo com um documento elaborado pela Secretaria de Agricultura, em conjunto com as lideranças dos 24 principais municípios agrícolas do Paraná, o objetivo era: “o estabelecimento definitivo no Paraná, de uma agropecuária verdadeiramente de vanguarda” (SECRETARIA..., 1975, p. 4).

Figura 33 – Planos e conjecturas para uma nova agricultura paranaense



Fonte: Secretaria... (1975, p. 4).

O documento destaca as seguintes diretrizes a serem seguidas para conquistar os objetivos mencionados:

- 1) Incremento da produção e dos níveis de produtividade, utilizando técnicas reconhecidas internacionalmente;
- 2) A modernização da Pasta da Produção, e a dotação de bases empresariais no setor agrícola;
- 3) Dinamização da infraestrutura da comercialização de produtos, com o aumento expressivo do número de ferrovias e duplicação de rodovias pelo Paraná, sob a supervisão do secretário Osires Stenghel Magalhães;
- 4) Interiorização da administração agrícola, criando núcleos administrativos em cada uma das 24 cidades escolhidas pelo governador (SECRETARIA..., 1975, p. 4).

Estas medidas tinham o objetivo de estimular a produção rural e o agroindustrial em toda a região, já que o exercício de 1975 se encerraria com

apenas 1.500 hectares de terra operacionais, no Paraná, enquanto a meta primária era expandi-lo para 3.000 já no primeiro trimestre de 1976 (SECRETARIA..., 1975, p. 4), bem como realizar investimentos elevados na capacidade de armazenamento da produção. A capacidade vigorava na casa das 185 mil toneladas, mas os planos governamentais visavam ampliá-la para 316 mil toneladas, para, desse modo, enfrentar as volatilidades do mercado de maneira mais efetiva, sem desfazer-se da produção a qualquer preço.

Com o aumento efetivo da capacidade de armazenar a produção, poderia deixá-la por mais tempo nos silos, permitindo um maior nível de negociação e de preços mais adequados à realidade econômica, na maior parte do tempo, ignorada. Isso implicaria, indiretamente, em uma tentativa de retomada substancial da produção de café, sonho antigo do governo, defendido ferrenhamente não apenas pelo governador, mas também pela mídia como o carro chefe da nova expansão agrícola, que deveria trazer o “ouro verde” de volta aos campos do Paraná.

No dia 26 de outubro, o jornal traz uma reportagem mais otimista, noticiando que os pés de café de uma cidade, chamada Terra Rica (Figura 34), não foram diretamente afetados pela geada devido a uma condição climática muito própria da localidade. Eles estavam rebrotando e revelando um futuro promissor para a agricultura daquele local.

Figura 34 – Esperança renovada nos cafezais de Terra Rica



Fonte: Cafezais... (1975, p. 7).

O texto prossegue com as perspectivas de produção de café na cidade, para o ano de 1975 e 1976:

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Terra Rica, a safra de 1975 poderá ultrapassar a 160 mil sacas de café beneficiadas. Tal safra supera a anterior em 20 por cento. Por outro lado, é grande o movimento de erradicação de cafezais velhos para que em seu lugar se plante lavouras novas. O produtor terrarriquense se mostra-se [sic] animado, principalmente aqueles que tiveram uma boa safra, pois a grande carga automaticamente não deixaria a lavoura produzir em 1976. Assim, tiveram duas safras de imediato, pois a geada dobrou o preço do café, sendo que em 1977 terão nova e promissora colheita (CAFEZAIS..., 1975, p. 7).

As reportagens que se seguiram no mês de novembro, em sua maioria, buscam cobrir as negociações entre os entes estadual, federal e municípios, no tocante ao futuro da cafeicultura, além de averiguar de que maneira o planejamento das safras futuras seria ameaçado pela falta de acordos concretos entre os fazendeiros e o IBC, cujo tema já havia sido analisado no item anterior.

Neste momento, a situação ainda se desenhava incipiente, violentos incêndios atingiram a região de Maringá e arredores, impedindo uma recuperação mais rápida do café. Esse assunto mantém-se em foco, quando o jornal noticia, em 18 de novembro, que não houve acordo entre o IBC e os cafeicultores. Portanto, os próximos anos trariam um prognóstico deveras sombrio para quem se aventurasse no cultivo de café, no Norte do Paraná (Figura 35).

Figura 35 – A reportagem que “selou” o fim da “era de ouro” do café



Fonte: IBC E... (1975, p. 4).

De acordo com o técnico do IBC, Jayme Nogueira Miranda, outras opções seriam mais rentáveis do que o café, como “as culturas de trigo, soja, algodão, milho, cana, entre outras, além da pecuária” (IBC E..., 1975, p. 4). Essa afirmação contrastava com a posição do Governo de Curitiba, que se esforçava em fazer o cafeicultor retomar a sua produção pré-geada.

Contudo, o Instituto Brasileiro do Café, principal órgão federal financiador desta cultura, juntamente com o Grupo Especial de Apoio à Racionalização da Agricultura (GERCA), opunham-se fortemente a isto. Eles demonstravam, em seus relatórios, entrevistas e ações que não pretendiam prolongar a era da monocultura cafeeira no Norte do Paraná, mas, sim, evidenciar novas oportunidades de trabalho

com a terra e dinamizar o uso do solo paranaense em outras culturas agrícolas (CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE PESQUISAS CAFEEIRAS, 1975), como é evidenciado, inclusive, pela reportagem da Figura 35.

Não era interessante, do ponto de vista do Governo Federal, manter o Estado do Paraná com a monocultura de exportação de café, haja vista que os planos para o estabelecimento de um agronegócio pujante nessas terras eram evidenciados pelos diversos planos de racionalização e erradicação que visavam alterar a matriz econômica do Paraná. Os jornais *O Diário do Norte do Paraná* e *Gazeta do Povo* exploram essa dubiedade no discurso, ora apoiando as medidas de Canet, ora assinalando que a intenção do Governo Federal era mais condizente com a nova realidade que o estado teria de viver.

No entanto, em uma direção, ambos os discursos se alinhavam e demonstravam que, independentemente do caminho que a agricultura tomasse, já não era mais possível, sobremaneira, manter as velhas bases que sustentavam a economia local. Segundo Oliveira (2017, p. 99): “o cultivo do café passa a caminhar lado a lado com a modernização agrícola, em que as lavouras temporárias, como a soja, o milho e o trigo, seriam plantadas, paralelamente, com o café”.

O Diário do Norte do Paraná, em 1975, após a geada, baseia as suas reportagens, logo após as efemérides já relatadas, em demonstrações de que a cafeicultura, na região de Maringá, poderia ter sofrido um baque amplamente irreversível. Ao mesmo tempo, *Gazeta do Povo* concentra-se em cobrir as agendas e as tratativas do Governador do Estado paranaense, no sentido de defender a produção rural regional, bem como de esclarecer as questões que envolviam o êxodo rural para as grandes metrópoles paranaenses, onde ela engendrou um quadro apocalíptico nas cidades do Paraná.

Em um último momento, estes jornais evidenciam a urgência da busca por uma diversificação da produção rural e da implantação das bases do que futuramente seria o agronegócio paranaense, hoje um dos mais importantes do país. No fechamento das redações do ano de 1975, os jornais relatam a necessidade urgente da modernização das lavouras da região Norte do Paraná, a “racionalização” da agricultura por meio da destruição dos cafeeiros e a implantação de outras culturas supostamente mais rentáveis do que a do “ouro verde”. Dessa forma, entendemos que, à medida que as negociações se desenrolam, as lutas políticas demonstraram que um novo momento se desenhava e os jornais

acompanharam esses movimentos sutis que a política institucional pretendia realizar.

Assim, a produção de café passa por um novo momento na História Ambiental do Norte do Paraná. Ela ocupa o imaginário do homem “pé-vermelho”, a partir de expressões como “Clássico do Café”, “Rodovia do Café”, “Café Futebol Clube”, dentre tantas outras, que serviram para manter, na memória coletiva, uma era de ouro na história paranaense, mas que foi suplantada por novos tempos e perfis agrícolas, que, cada vez mais, distanciam o homem do campo de seu Paraná passado e de seu café, relegando esse tempo às lembranças de um momento glorioso, mas que foi superado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As geadas são agentes naturais, hidrológicos e ecológicos, que influenciam toda a cadeia de um ecossistema. Comumente relacionadas aos climas frios, quando elas acontecem, geram um temor considerável naqueles que trabalham a agricultura, uma vez que, se a conhecida geada negra acontecer, com a morte de plantas, animais e substratos agrícolas, como sementes e outros implementos, as chances de perdas consideráveis e exacerbadas são grandes.

Por meio de elementos definidores da paisagem, as geadas marcam uma geração com o estigma do sofrimento e do fim de uma “era gloriosa” no Norte do Paraná. Contudo, isso não se sustenta integralmente nos fatos, uma vez que, desde a década de 1960, essa cultura já estava em um lento processo de declínio.

Apesar de, durante décadas, o café ter sido a “menina dos olhos” do Governo Federal e, mais especificamente, do paranaense, graças a uma combinação de preços altos no mercado internacional e a uma alta demanda de consumo durante muito tempo, na década de 1960, essa configuração se modificou sensivelmente. O café era, cada vez mais, entendido como uma cultura em decadência, que necessitava ser substituída ou consorciada com outras que pudessem sucedê-la.

Por esta razão, o Governo Federal, partindo do pressuposto de que os estados federados não poderiam mais basear-se na monocultura agrícola de exportação, inicia o Programa de Erradicação Geral da Cafeicultura, com o objetivo de remover quantos pés de café fossem possíveis, de mecanizar a agricultura, de substituí-los por outras culturas, como milho, soja etc., e de introduzir defensivos agrícolas químicos e fertilizantes na lavoura.

Na região de Maringá, esta substituição ocorre pelo cultivo da soja, capitaneado pela Cocamar, com o apoio maciço do governo e da iniciativa privada. Essa *commodity* passou a ser, até os dias atuais, o principal produto de exportação local. Em outras regiões, de clima mais temperado, o arroz (em Guarapuava), o trigo (nos Campos Gerais) e outras culturas ao Sul do Paraná ocupam cada vez mais espaço em relação ao uso do solo.

Se há algum ator político responsável pelo encolhimento e pela substituição da agricultura cafeeira, na década de 1960, ele foi o Governo Federal, pois, além do seu incentivo direto à troca da matriz econômica vigente, também estimulou diretamente a mecanização da agricultura e a sua modernização.

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), sancionado em 1963, foi, de acordo com os proprietários de terras, o responsável pelo êxodo rural de boa parte da população campesina. Para eles, o estatuto “obrigou-os” a demitir os trabalhadores, pois os lucros do café não abarcavam os custos de manter mão de obra vinculada às fazendas. Esse movimento é similar ao visto recentemente na disputa pelo Piso Salarial da Enfermagem, quando as redes hospitalares alegaram não ter condições de pagar o salário exigido e, no Supremo Tribunal Federal (STF), conseguiram uma liminar que o derrubasse. Dessa feita, o Estatuto do Trabalhador Rural, foi considerado como um mecanismo de demissão em massa dos trabalhadores dessa categoria, não um instrumento de dignidade e de garantia de direitos básicos deles.

Neste íterim, as geadas e as secas aparecem como uma “muleta”, na qual os proprietários de terras confortavelmente se apoiaram para recusar os pagamentos de direitos de seus empregados, para demiti-los e para recontratá-los como boias-frias, reduzindo salários e aumentando jornadas, ou ainda, para substituir a cafeicultura, que exigia uma maior intervenção humana no cafezal, por outra, como a pecuária, ou até mesmo para adquirir maquinários que reduzissem a presença do homem no plantio e na colheita, delegando a tratores e a colheitadeiras uma função que outrora era do camponês.

Apesar de a cultura do café ter sido reduzida na década de 1960, por ação direta do Governo Federal e por as intempéries climáticas que acontecem em toda a região Norte do Paraná, a geada de 1975 é narrada como a responsável pelo fim da cafeicultura e pela transformação decisiva da agricultura regional. No entanto, a troca dos cafezais já ocorria desde a década anterior e os incentivos do governo não eram direcionados a essa cultura em específico, mas, sim, às lavouras mecanizadas, como da soja, do trigo e do milho.

Os jornais *Gazeta do Povo* e *O Diário do Norte do Paraná* surgem, neste contexto, como agentes influenciadores da memória sobre a geada. As reportagens publicadas após a ocorrência do evento climático enfatizam os temas de interesse das regiões nas quais os suportes estão inseridos.

O veículo de mídia curitibano decreta o fim da cafeicultura como a mola-mestra do desenvolvimento regional. Ele declara o definitivo desaparecimento da “era do café” em todo o Estado do Paraná, e adota o discurso oficial do Governo Federal, no tocante ao destino da cafeicultura.

Já o periódico maringaense ia na direção oposta das notícias que chegavam da capital, procurando convencer os seus leitores de que a cafeicultura não acabaria com tanta facilidade, mas que perduraria por mais tempo do que a geada. A cafeicultura já havia passado por outras semelhantes no passado e havia sobrevivido. Revela que não existia motivo algum para achar que o café estava com os dias contados na região.

Esta “guerra de narrativas”, por um lado, consolida os interesses de uma parte quanto aos rumos da agricultura estadual. Assim, o periódico curitibano encampou a visão “vencedora” do processo ante os argumentos do maringaense.

Ao longo das décadas, as reportagens sobre o evento elaboram um discurso que não considera as mudanças no cenário agrícola, que já aconteciam desde a década de 1960. Elas buscam, majoritariamente, elencar a geada como a grande “vilã” de uma era de prosperidade e de desenvolvimento nas cidades do Norte do Paraná. Sendo assim, os dois jornais convergem na narrativa constituída que, mesmo apresentando oscilações dentro desse tempo, elege o evento climático como o pivô do fim de uma época que deixa os campos paranaenses e encontra-se com a memória das pessoas que ali viveram.

As geadas atingem os cultivos de café e afetam economicamente os proprietários, então, elas são consideradas como grandes desastres. Além disso, o grão possui grandes dificuldades quanto a sua adaptabilidade às condições climáticas da região. Logo, não é a geada que destruiu essa cultura, mas a própria ação do homem de produzir um tipo de planta, cuja condição é incompatível com o ambiente, onde ela é introduzida.

Analisar as reportagens dos jornais *Gazeta do Povo* e *d’O Diário do Norte do Paraná* nos permite compreender o processo que transformou um fenômeno climático natural e comum às áreas nativas de florestas, as quais existiam na região, em um desastre que abala a estrutura econômica de um Estado, sendo vista como sinônimo de destruição. Portanto, podemos inferir que esses impressos influenciaram a ideia de que o processo climático natural, na verdade, é o desastre que dizimou uma geração.

Após a geada de 1975, a cafeicultura compõe o imaginário popular das pessoas do Norte do Paraná, como nos nomes de lugares, eventos e lembranças de um passado grandioso. Exemplos não faltam: Rodovia do Café, Clássico do Café, cidades como Cafeara e Cafelândia etc. Essa memória popular, principalmente das

peças mais antigas, ainda lembra o dia 18 de julho de 1975 como a data que mudou as suas vidas.

Esta dissertação proporciona a ampliação da exploração de um tema ainda jovem na historiografia, a fim de analisar os eventos da geada negra de 1975. A influência do evento climático ultrapassa as barreiras do físico, do tangível (finanças e meio ambiente). Ela está fixa na memória de todos que viveram o momento, no Norte do Paraná, como o “dia em que a gente comeu gelo”, que alterou a vida da região, em definitivo. Podemos dizer que, mesmo sem o brilho de outrora, a cafeicultura, enquanto “rainha” da agricultura paranaense, foi destronada em 18 de julho de 1975.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Capítulo 1

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Meteorologia. **Dados históricos sobre o clima de 1975**. Brasília/DF: INMET, 2022. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CASCIOLA, Í. F. 18 de julho de 1975: A “Geada Negra” provocou a falência de Umuarama. **Coluna Ítalo**, 2021. Disponível em: <https://colunaitalo.com.br/trilha-da-historia/1591/a-geada-negra-provocou-a-falencia-de-umuarama>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FOI A pior geada. **Revista Panorama**, Londrina, 19 jul. 1975.

Capítulo 2

CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE PESQUISAS CAFEEIRAS. **Relatórios da Produção Cafeeira do GERCA**. Rio de Janeiro: IBC/GERCA, 1975. 325 p.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Universidade Federal do Paraná, Ciências Humanas, Letras e Artes. Ministério do Interior. Organização dos Estados Americanos. Centro Interamericano para o Desenvolvimento Social Integrado. **Projeto Planejamento de Recursos Humanos: análise da oferta e demanda de recursos humanos no Paraná**. Curitiba: UFPR, SUDESUL, OEA, CIDES, IPARDES, DEE, fev. 1975.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **From the Green Revolution to the Gene Revolution**. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/Y5160e/y5160e08.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Capítulo 3

A GEADA destrói todos cafezais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 19 jul. 1975.

AINDA os incêndios. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 16 ago. 1975.

ANTONELLI, D.; FERNANDES, J. C. Geada negra 40 anos: memórias talhadas no gelo. **Gazeta do Povo**, 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/memorias-talhadas-no-gelo-dj5cjs493dkqzf4aqb0xxrhu8/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

APOIO financeiro para o campo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jul. 1975.

CAFÉ no Norte do Paraná. Editorial. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 22 out. 1975.

CAFEZAIS de Terra Rica com futuro promissor. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 26 out. 1975.

CANET se encontra com Geisel e relata a situação do estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 jul. 1975.

CHUVA forte derruba parte de teto de shopping em Maringá. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 2013.

CORPO de Bombeiros continua enfrentando incêndios. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 24 ago. 1975.

CREATIVE HUT. Inverno de 1975: relembre a geada negra em Maringá e região. **GMC Online**, 16 maio 2021. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/cidade/inverno-de-1975-relembre-a-geada-negra-em-maringa-e-regiao-fotos/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CREPÚSCULO da cafeicultura. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 28 ago. 1975.

DAGANI NETO, G. **Uma bela fria e trágica manhã de sol**. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2001.

DESEMPREGADOS do café podem invadir cidades!. **Gazeta do Povo**, p. 3, jul. 1975.

EXPECTATIVAS, problemas e sugestões sobre a pior geada dos últimos anos. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 24 jul. 1975.

FROST in Brazil Said to Ruin Half of Coffee Crop and Peril Herds. **The New York Times**, New York, 18 July 1975.

GAZETA DO POVO. **Notas políticas**: Canet preocupado. Curitiba, p. 3, 19 jul. 1975.

GEADA extermina a lavoura paraguaia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 1975.

GEADA Negra de 1975. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (12min36s). Publicado pelo canal Maringá Histórica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HOQFftnfRS0>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GEADAS: café e trigo, os mais prejudicados. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 19 jul. 1975a.

GEADAS: governador recebe relatório. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 24 ago. 1975b.

GEADAS no Paraná. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p. 10-12, 22 jul. 1975c.

GEISEL anuncia providências quanto a geada e a enchente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 24 jul. 1975.

GOVERNO estuda medidas para recuperar as lavouras: geadas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jul. 1975a.

GOVERNO promete acudir o Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 jul. 1975b.

IBC E cafeicultores não chegam a acordo. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p. 4, 18 nov. 1975.

INCÊNDIO prossegue forte em Umuarama. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 8 set. 1975.

INVERNO: geada e neve. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jul. 1975.

LAVOURA cafeeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 9, 26 jul. 1975.

MAIS UM perigoso incêndio em nossa região: Mandaguaçu. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 7 ago. 1975.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Secretaria da Agricultura do Paraná. Cotação do Mercado Agrícola de 24/7/1975. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 1975.

MINISTRO confirma ajuda ao Proagro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jul. 1975.

NÃO HÁ motivos para alarmes. Opinião. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 3, 23 jul. 1975.

NEVE maravilha os curitibanos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, Capa, 18 jul. 1975.

NOVA Esperança envolvida por um violento incêndio. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 6 ago. 1975.

O CONVITE para você: plante café na Bahia. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p. 7, 7 out. 1975.

ORÇAMENTO estadual abalado em 20%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 23 jul. 1975.

PARANÁ. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (SAEB). Departamento de Economia Rural (Deral). Divisão de Estatísticas Básicas (DEB). **Levantamento da produção agrícola por município**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/deral/ProducaoAnual>. Acesso em: 30 dez. 2022.

PARANÁ vai erradicar cerca de 300 milhões de cafeeiros. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 20 jul. 1975.

PODPARANÁ. #34: Geada negra marca a história e gera impacto na economia do Paraná. [Locução de]: Angelo Aparecido Priori. [S. l.]: G1 PR, 16 jul. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2021/07/16/podparana-34-os-impactos-da-geada-negra-na-historia-e-economia-do-parana.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2022.

PREJUÍZOS no Norte são acima de Cr\$ 6 bilhões. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 19 set. 1975.

PURPUR: o reitor. **Folha do Norte do Paraná**, Maringá, Capa, 25 maio 1973.

SECRETARIA de Agricultura apresenta plano de ação para o exercício de 76. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 23 jul. 1975.

SERRA dos Dourados está ainda em chamas. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 5 ago. 1975.

SEVERO diz que o efeito da geada não poderia ser pior!. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 20 jul. 1975.

TÉCNICOS definem providências. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 2, 23 jul. 1975.

Outras referências

BAGLA, P. India Girds for Famine Linked With Flowering of Bamboo. **National Geographic**, June 2001. Disponível em: https://web.archive.org/web/20110805001517/http://news.nationalgeographic.com/news/2001/06/0621_bamboo.html. Acesso em: 25 set. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resumo de instruções para o beneficiário. **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)**, Brasília/DF, n. 7, p. 1-14, 25 jul. 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/proagro_docs/resumo_instrucoes_Proagro.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

BARKIN, D. **Food Production, Consumption, and Policy**. Chicago: Fitzroy Dearborn, 1997.

BARTA, P. Feeding Billions, A Grain at a Time. **The Wall Street Journal**, July 2007. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB118556810848880619>. Acesso em: 20 set. 2021.

BÍSCARO, G. A. **Meteorologia agrícola básica**. Cassilândia: UNIGRAF, 2007.

BOECHAT, C. A. **Região do colonato**: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste paulista. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BONDARIK, R. Especial 35 anos da geada de 1975: geada negra de 1975. **Revista Cafeicultura**, 17 jul. 2010. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=34023>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BORLAUG, N. E. **Wheat in the Third World** (Lads Development-Oriented Literature). Washington: Westview Press, 1982.

BRASIL. Lei 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Brasília/DF, ano 75, **Diário Oficial da União**, 18 de março de 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.

CABRAL, L. M.; SÁ, A. C. **Verbete**: Instituto Brasileiro do Café (IBC). Rio de Janeiro: CPDO/FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-caffe-ibc>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto 22.121, de 22 de novembro de 1932. Proíbe, pelo prazo de três anos, o plantio de lavouras de café em todo o território nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 21522, Brasília/DF, 25 nov. 1932.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 2001.

CARVALHO, M. S. **A pequena produção de café no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CASAGRANDE, I. O trabalhador rural volante (“Bóia-fria”): um estudo a respeito do Paraná. **Revista Raízes**, Campina Grande, Ano II, n. 2-3, p.137-147, jan./dez. 1983.

CASAGRANDE, I. O trabalhador rural volante (“Bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

CASTOR, B. V. J. **No tempo do Canet: a História do Paraná na década de 1970**. Curitiba: Underwater Books, 2015.

CLAPP, J. **Food**. Chicago: Fitzroy Dearborn, 1997.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **História**. 2022. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/historia/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

COSTA, A. J. V. da; WIZNIEWSKY, J. G. História Ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 35-49, jan./jun. 2010.

COTTER, J. *Troubled Harvest: Agronomy and Revolution in Mexico, 1880-2002*. **Contributions in Latin American Studies**, Westport, CT, Praeger, n. 22, p. 1-11, 2003.

CURRIER, A. The Failure of Input Subsidies and a New Path Forward to Fight Hunger in Malawi. **The Oakland Institute**, 2020. Disponível em: <https://www.oaklandinstitute.org/blog/malawi-failure-input-subsidies-new-path-forward-fight-hunger>. Acesso em: 10 out. 2021.

D'INCAO, M. da C. **O bóia-fria na Alta Sorocabana**. 1979. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1979.

DEZEMONE, M. **Do cativo à reforma agrária**: colonato, direitos e conflitos. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

DREW, D. **Processos interativos homem**: meio ambiente. São Paulo: Difel, 1986.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

DUARTE, R. H. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUGGER, C. W. Africa, Prosperity from Seeds Falls Short. **The New York Times**, Oct. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/10/10/world/africa/10rice.html>. Acesso em: 25 set. 2021.

ESTEVA, G. **The Struggle for Rural Mexico**. South Hadley MA: Bergin & Garvey Publishers, 1983.

FARMER, B. H. Perspectives on the 'Green Revolution' in South Asia. **Modern Asian Studies**, the United States of America, v. 20, n. 1, p. 175-199, 1986.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FREUD, S. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: LeBooks, 2019.

GAUD, W. S. The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions. **AgBioWorld**, Agency for International Development, Department of State, Washington, DC, March 1968. Disponível em: <http://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html>. Acesso em: 25 set. 2021.

GRECO, G. “Geada negra” que destruiu pés de café no Paraná completa 40 anos. [Entrevista cedida a] Rodrigo Saviani. **G1 PR (RPC)**: Norte e Noroeste, Londrina, jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cafe-no-parana-completa-40-anos.html>. Acesso em: 25 dez. 2022.

HAZELL, P. **The Asian Green Revolution**. Washington, D.C.: IFPRI, 2009.

HURT, G. **The Green Revolution in the Global South**. Johannesburgo: FAO, 2012.

LIMA, V. M. da S. **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná**. Paraná, 1905. 64 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135349>. Acesso em: 13 set. 2022.

MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCINTOSH, K. Will India's second Green Revolution be organic?. **The Borgen Project**, April 2019. Disponível em: <https://borgenproject.org/will-indias-second-green-revolution-be-organic/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MELO-ABREU, J. P. de; RIBEIRO, A. C. Os danos de geada: conceitos, mecanismos e modelos de simulação. *In: FIGUEIREDO, T. de et al. Clima e Recursos Naturais: Conferências de Homenagem ao Prof. Doutor Dionísio Gonçalves*. Bragança: Instituto Politécnico, 2010. p. 141-166.

MOREIRA, J. R. S. **Atividade cafeeira entre planos de governo e intempéries climáticas**: o caso da cafeicultura no Paraná (1960/1975). 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

MORO, D. A. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. Rio Claro, 1991. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

NASH, R. **Wilderness and the American Mind**. 4. ed. New Haven: Yale University Press, 2014.

OLIVEIRA, C. da S. **A “Geada Negra” de 1975 em Londrina**: Paraná, de evento climático a lugar de memória. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 24, v. 68, p. 81-101, 2010.

PAIXÃO, L. A. da. **Seca, geada e fogo**: considerações sobre um desastre ambiental (Paraná 1963). 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PASSOS, M. M. dos. Eco-história da paisagem. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 69-83, 1997.

PINGALI, P. L. Green Revolution: Impacts, limits, and the path ahead. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, the United States of America, v. 9, n. 31, p. 12302-12308, July 2012. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/109/31/12302>. Acesso em: 20 set. 2021.

POZZOBON, I. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmark, 2006.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROWLATT, J. IR8: The miracle rice which saved millions of lives. **BBC News**, Dec. 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-38156350>. Acesso em: 25 dez. 2022.

SAMPAIO, J. **Rasgando o papel**: jornal Gazeta do Povo, uma Startup de 100 Anos?. Curitiba: Ponto Virtual, 2018.

SAUER, C. O. La morfología del paisaje. **Polis**: Revista de la Universidad Bolivariana, Bolívia, v. 5, n. 15, 2006.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIAS, E. O dia que Recife inundou e meio Brasil congelou. **MetSul**, 2022. Disponível em: <https://metsul.com/o-dia-em-que-recife-inundou-e-meio-brasil-congelou/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SNYDER, R. L.; MELO-ABREU, J. P.; MATULICH, S. **Frost protection: fundamentals, practice and economics**. Rome: FAO, 2005

STAKMAN, E. C. **Campaigns Against Hunger**. Cambridge MA: Belknap Press, 1967.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAURO, A. C. **Effect of plant type and nitrogen level on growth characteristics and grain yield of indica rice in the tropics**. 2008. Disponível em: <http://agron.scijournals.org/cgi/content/abstract/60/6/643>. Acesso em: 21 set. 2021.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. História das Paisagens. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 47-62.

TOENNIESSEN, G. *et al.* Building an alliance for a green revolution in Africa. **Annals of the New York academy of sciences**, New York, v. 1136, n. 1, p. 233-242, 2008. Disponível em: <https://www.un.org/chinese/millenniumgoals/pdf/NYAS%20Building%20AGRA%20Of-f-print.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

TRUGILLO, M.; HERRERA, D. Diretoria de Comunicação. Melhor cidade para se viver: Maringá projeta futuro de olho na inovação e qualidade de vida. **Prefeitura Municipal de Maringá**, 2021. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/05/10/melhor-cidade-para-se-viver-maringa-projeta-futuro-de-olho-na-inovacao-e-qualidade-de-vida/37569>. Acesso em: 29 dez. 2022.

UNITED STATES SENATE. Art and History. **“Communists in Government Service” McCarthy says**. 2022. Disponível em: <https://www.senate.gov/about/powers-procedures/investigations/mccarthy-hearings/communists-in-government-service.htm>. Acesso em: 28 dez. 2022.

WELLHAUSEN, E. La agricultura en México. **Ciencia y Desarrollo**, Mexico, v. 1, n. 13, March-April 1977.

WESSMAN, J. W. **Agribusiness and Agroindustry**. Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 1997.

WORSTER, D. **Dust Bowl**: The Southern Plains in the 1930s. New York: Oxford University Press, 1982.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos 8**: História e Natureza, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991a.

WORSTER, D. **The ends of The Earth**: perspectives on Modern Environmental History. Cambridge University Press: Cambridge, 1991b.

WRIGHT, A. Innocence Abroad: American Agricultural Research in Mexico. *In*: COLMAN, B.; JACKSON, W.; WENDELL, B (org.). **Meeting the expectations of the land**: essays in sustainable agriculture and stewardship. San Francisco: North Point Press, 1984. p. 124-138.